

*direito constitucional*  
**DIREITO CONSTITUCIONAL**  
 MAPAS MENTAIS PARA CONCURSOS PÚBLICOS

# SEJA MUITO BEM-VINDO!

Obrigada por adquirir os Mapas da Lulu 3.0! Tenho certeza de que esse material fará toda a diferença em seus estudos e será um atalho para a sua tão sonhada aprovação!

Para quem ainda não me conhece, meu nome é Laura Amorim (@lulu.concurseira), tenho 28 anos, e, após pouco mais de um ano e meio de estudos, fui aprovada em quatro concursos públicos: Auditor Fiscal do Estado de Santa Catarina (7º lugar), Auditor Fiscal do Estado de Goiás (23º lugar), Consultor Legislativo (4º lugar) e Agente da Polícia Federal (primeira fase), tendo superado uma concorrência de mais de mil candidatos por vaga!

Aprendi que a revisão, muitas vezes ignorada, é a parte mais importante (e essencial!) do aprendizado! Após testar vários métodos, percebi que os meus mapas mentais são, com toda certeza, os melhores instrumentos de estudo e revisão. Ao longo da minha preparação, fiz e utilizei mais de 700 mapas mentais, desenvolvendo e aperfeiçoando um método próprio de sua construção até chegar aos Mapas da Lulu 3.0, aos quais você terá acesso a partir de agora:

Os Mapas da Lulu 3.0 visam, sobretudo, otimizar suas revisões e aumentar seu número de acertos de questões, te ajudando a chegar mais rápido à aprovação! Após resolver mais de 14.700 questões de concursos públicos nos últimos dois anos, percebi quais são os assuntos mais cobrados pelas bancas e suas principais pegadinhas, e todo esse conhecimento foi incorporado em meus mapas para que você, que confia no meu trabalho, possa sair na frente dos seus concorrentes!

Ah, e se você não quiser perder minhas dicas de estudos e motivação diárias, inscreva-se no meu canal do Youtube: Lulu Concurseira e no meu Instagram: @lulu.concurseira. Já somos uma comunidade de mais de 220 mil concurseiros em busca do mesmo sonho: a aprovação!



Um beijo,  
Laura Amorim  
@laura.amorimc



# PIRATARIA É CRIME

## ATENÇÃO:

Este produto é para uso pessoal. Não compartilhe o seu material.

Pessoal, os Mapas da Lulu são resultado de mais de dois anos de dedicação aos estudos. Ainda hoje, reservo boa parte do meu dia para produzir conteúdo, responder dúvidas, aconselhar e dar dicas sobre concursos públicos gratuitamente por meio dos meus perfis no Instagram (@laura.amorimc e @mapasdalulu) e no Youtube (Laura Amorim).

Nunca tive a pretensão de ganhar muito dinheiro com a venda desse material, até mesmo porque prestei concurso público para, dentre outros motivos, alcançar a estabilidade e segurança financeira que queria.

Mas preciso cobrir meus custos com site, servidores, distribuição, design e também minhas horas de trabalho empregadas, debruçada sobre a escrivaninha, dores nas costas, cansaço físico e mental.

São mais de 1.600 Mapas Mentais, com tempo médio de uma hora e meia para elaboração de cada um deles. Recebo menos de 50 centavos por hora trabalhada, para poder contribuir para sua aprovação.

Em razão disso, já agradecida pelo carinho e compreensão de todos, peço que **NÃO COMPARTILHE O MATERIAL** por nenhum meio (sites, e-mail, grupos de WhatsApp ou Facebook...). Se você vir qualquer compartilhamento suspeito, peço que denuncie essa fonte ilegal, por favor e também me envie no contato@mapasdalulu.com.br. **Pirataria é crime** e pode resultar penas de até QUATRO anos de prisão, além de multa (art. 184, CP).

O compartilhamento do material pelo aluno importará em seu bloqueio imediato.

Agradeço a todos pelo enorme carinho e respeito. Espero que aproveitem muito os Mapas da Lulu.

Um beijo,  
Laura Amorim

# ÍNDICE

---

## 1. DIREITO CONSTITUCIONAL

1.1 Constitucionalismo	07
1.2 Poder Constituinte	08
1.3 Sentidos, Elementos e Classificação das Constituições	09
1.4 Interpretação Constitucional	15
1.5 Hierarquia das Normas	17
1.6 Aplicabilidade das Normas Constitucionais	18
1.7 Princípios Fundamentais	19
1.8 Teoria Geral dos Direitos Fundamentais	23
1.9 Direitos e Garantias Individuais	36
1.10 Direitos Sociais	42
1.11 Nacionalidade	48
1.12 Direitos Políticos e Partidos Políticos	50
1.13 Organização Político-administrativa	54
1.14 Repartição de Competências	57
1.15 Intervenção	59
1.16 Poder Executivo	61



## ÍNDICE

---

### 1. DIREITO CONSTITUCIONAL

1.17 Poder Legislativo	64
1.18 Fiscalização e Controle (TC's)	71
1.19 Poder Judiciário - Aspectos Gerais	73
1.20 Supremo Tribunal Federal	80
1.21 Superior Tribunal de Justiça	85
1.22 Justiça Federal, Estadual, do Trabalho, Eleitoral e Militar	89
1.23 Funções Essenciais à Justiça	95
1.24 Administração Pública	102
1.25 Processo Legislativo	112
1.26 Reforma da Constituição	115
1.27 Controle de Constitucionalidade	117
1.28 Finanças Públicas e Orçamento	134
1.29 Estados de Defesa e de Sítio	149
1.30 Segurança Pública	151
1.31 Sistema Tributário Nacional	152
1.32 Seguridade Social	169

## ÍNDICE

---

### 1. DIREITO CONSTITUCIONAL

1.33 Meio Ambiente	170
1.34 Educação	171
1.35 Cultura	172
1.36 Desporto	173
1.37 Família, criança, adolescente, jovem e idoso	174
1.38 Ciência, tecnologia e inovação	175
1.39 Comunicação Social	176
1.40 Índios	177
1.41 Ordem Econômica	178
1.42 Política Urbana	179
1.43 Política Agrícola, Fundiária e Reforma Agrária	180
1.44 Previsões da EC 109/21	181



# CONSTITUCIONALISMO

## SENTIDOS DE CONSTITUCIONALISMO

1. Movimento **político-social** visando limitar a atuação estatal (normalmente usado pelas bancas)
2. Imposição da adoção de **cartas** constitucionais escritas
3. **Função** e **posição** das constituições
4. **Evolução** histórico-constitucional de um estado

## CONSTITUCIONALISMO ANTIGO

- Originado na **antiguidade clássica** (povo hebreu)
- = Necessidade de **limitar o poder** do estado  
 ↳ Garantindo a liberdade dos indivíduos perante o estado

## CONSTITUCIONALISMO MODERNO

- Viés **liberal**
- Canotilho: o constitucionalismo é uma técnica específica de limitação do poder **com fins garantísticos**
- Constituição dos **EUA** (1787) e Constituição da **França** (1791)

## NEOCONSTITUCIONALISMO

ou constitucionalismo contemporâneo

- Fundamento = **dignidade** da pessoa humana
- Surgido após a **2ª guerra** mundial  
 ↳ em resposta às atrocidades
- Agora também preveem:
  - **Valores**
  - Opções políticas **gerais**: redução das desigualdades sociais
  - Opções políticas **específicas**: promoção da educação e saúde
- Marcos importantes:
  - **Histórico**: estado constitucional de direito
  - **Filosófico**: pós-positivismo
  - **Teórico**:
    - Força normativa da constituição
    - Expansão da jurisdição constitucional
    - Nova dogmática da interpretação constitucional

## ASPECTOS GERAIS

- = Aquele que **cria a constituição**
- Aplica-se apenas aos estados com

constituição { Escrita e Rígida

- Titularidade = do **povo**  
(ainda quando seu exercício não seja democrático)

## TIPOS:

- Poder constituinte **originário**
- Poder constituinte **derivado**
  - Decorrente
  - Reformador

## PODER CONSTITUINTE DERIVADO

- É o poder de **modificar** a Constituição Federal (derivado **reformador**)
  - + Elaborar as constituições **estaduais**  
(derivado **decorrente**)
- É **fruto** do poder constituinte **originário**
  - = Previsto na própria constituição

# PODER CONSTITUINTE

## PODER CONSTITUINTE ORIGINÁRIO

- É o poder de criar uma nova constituição

## PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS



1. **Político**: é um poder de fato (Anterior ao direito)
2. **Inicial**: dá início a uma nova ordem jurídica
3. **Incondicionado**: não se sujeita a qualquer forma/procedimento predeterminado
4. **Permanente**: pode manifestar-se a qualquer tempo  
(não se esgota com a elaboração da constituição)
5. **Ilimitado juridicamente**; não se submete a limites do direito anterior  
→ Não há possibilidade do direito anterior invocar **direito adquirido**
6. **Autônomo**: tem liberdade para definir o conteúdo da constituição

## PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS



1. **Jurídico**: regulado pela Constituição vigente
2. **Derivado**: fruto do poder constituinte originário
3. **Limitado/subordinado**: é limitado pela Constituição vigente → deve respeitá-la!
4. **Condicionado**: seu exercício e procedimentos são regulados pela Constituição vigente

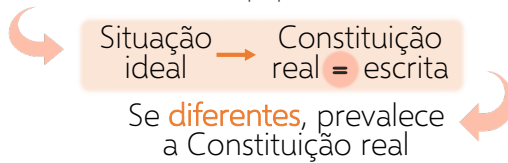


## SENTIDO SOCIOLÓGICO

- **Pensador** → Ferdinand Lassalle
- Constituição = **fato social**
  - Constituição **real** → soma de fatores reais de poder da sociedade



- Constituição **escrita** (jurídica) → reúne em um texto os fatores reais de poder (= mera folha de papel)



Todo e qualquer estado sempre teve e sempre terá uma **Constituição real** (ainda que não haja Constituição escrita)

# constituição

## = SENTIDOS =

## SENTIDO JURÍDICO

- **Pensador** → Hans Kelsen
- Constituição → norma jurídica pura
  - Organiza e estrutura o poder político
  - Limita a atuação estatal
  - Estabelece direitos e garantias individuais

### SENTIDOS:

- **Lógico-jurídico** → a Constituição é norma hipotética fundamental (imaginada) ordem de obediência à Constituição escrita
- **Jurídico-positivo** → a Constituição é norma positiva suprema: regulamenta todas as outras

## SENTIDO POLÍTICO

- **Pensador** → Carl Schmitt
- Constituição = decisão **política** fundamental = fruto da vontade do **povo** (Titular do poder constituinte) (teoria voluntarista)
- Para ele, **não importa** se a Constituição corresponde ou não aos fatores reais do poder

**Constituição** → matérias de grande relevância jurídica (ex.: organização do estado)

**Leis constitucionais** → só participam **formalmente** da constituição, mas tratam de assuntos de menor importância

## SENTIDO CULTURAL

- **Pensador** → Meirelles Teixeira
- Direito → objeto cultural

Não é: {  
Real  
Ideal  
Puro valor

- **Constituição total** → condicionada pela cultura e também condiciona
- Concepção que abrange todas as outras

# CONSTITUIÇÃO

= ESTRUTURA E ELEMENTOS =

## ESTRUTURA DA CONSTITUIÇÃO



Define as **intenções** do legislador e orienta sua **interpretação**

- Não é norma constitucional
- Não tem força normativa e nem caráter vinculante
- Não é de reprodução obrigatória pelas constituições estaduais

**Texto constitucional** propriamente dito ("corpo permanente")

PREÂMBULO

PARTE DOGMÁTICA

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Para integrar a antiga ordem jurídica à nova (segurança jurídica)

- São formalmente constitucionais
- Pode ser reformada
- Pode ser parâmetro de controle de constitucionalidade

## ELEMENTOS DA CONSTITUIÇÃO

1. **Elementos orgânicos:** regulam a estrutura do estado e do poder
2. **Elementos limitativos:** limitam a atuação estatal (direitos e garantias fundamentais) (direitos sociais não!)
3. **Elementos socioideológicos:** compromisso com o bem-estar social (estado social intervencionista e prestacionista)
4. **Elementos de estabilização constitucional:** normas para solução de conflitos constitucionais

+ defesa da { Constituição  
Estado  
Instituições democráticas

Ex.: ação de inconstitucionalidade, intervenção...

5. **Elementos formais de aplicabilidade:** regras de aplicação da constituição  
Ex.: preâmbulo ADCT...



## QUANTO À ORIGEM

### OUTORGADA:

- Impostas (sem a participação popular)
- Por **ato unilateral** de vontade de  $\left\{ \begin{array}{l} \text{Classe ou} \\ \text{Pessoa} \end{array} \right.$  dominante no sentido de limitar seu próprio poder

### DEMOCRÁTICA: (= promulgada)

- Nascem com a **participação popular** (normalmente através de uma assembleia nacional constituinte)

### CESARISTA: (= bonapartista)

- São **outorgadas**, mas exigem **referendo popular** (ratificação) (mas não há participação popular)

### DUALISTA: (= pactuada)

- Compromisso instável entre duas **forças antagônicas**:  
Monarquia x Burguesia  
(formam as monarquias constitucionais)

# CONSTITUIÇÃO

## = CLASSIFICAÇÃO =

## QUANTO À FORMA

### ESCRITA:

- Elaborada por um **órgão constituinte** e sistematizada em um documento solene
  - **Codificada**: normas em um único texto (= unitária)
  - **Legal**: normas espalhadas em vários documentos solenes (= variada)

### NAÕ-ESCRITA (= costumeira/consuetudinária)

- Normas em **várias fontes**:
  - Leis
  - Jurisprudência
  - Costumes
  - Acordos...
- Não há um órgão especializado
- Possui também normas escritas

## QUANTO AO MODO DE ELABORAÇÃO

### DOGMÁTICA: (= sistemática)

- Escrita e elaborada por um **órgão** constituído para essa finalidade em um **momento**
- **Ortodoxa**: reflete uma só ideologia
- **Heterodoxa**: reflete diversas ideologias (eccléticas)

### HISTÓRICA: (= costumeiras)

- Não escritas
- Criadas lenta e gradualmente com a **tradição** (= valores históricos consolidados)

## QUANTO À ESTABILIDADE

### IMUTÁVEL:

- Seu texto não pode ser modificado
- Pretensão de ser **eterna**

### SUPER-RÍGIDA:

- Há um **núcleo imutável** (cláusulas pétreas)
- Demais normas → alteráveis por processo Legislativo mais dificultoso

### RÍGIDA:

- Pode ser alterada, mas por **processo** legislativo mais **difícil**
- É sempre **escrita**

### SEMIRRÍGIDA OU SEMIFLEXÍVEL:

- Para **algumas normas**, o processo legislativo para sua alteração é **mais difícil**
- Para outras normas, não

### FLEXÍVEL:

- Modificável por **processo** legislativo **ordinário**  
(= ao das demais leis)

## QUANTO AO CONTEÚDO

### CONSTITUIÇÃO MATERIAL:

- Normas (escritas ou não) que regulam os **aspectos essenciais** da vida estatal
- Pode incluir normas fora do texto

### CONSTITUIÇÃO FORMAL:

- Normas inseridas no corpo de uma Constituição rígida  
→ **Independentemente** do seu **conteúdo**

*constituição*  
**= CLASSIFICAÇÃO =**

## QUANTO À EXTENSÃO

### ANALÍTICA: (= prolixas, longas)

- Contém normas **formalmente** constitucionais  
→ Trata de assuntos não materialmente constitucionais

### SINTÉTICA: (= curtas)

- Restringe-se a elementos **substancialmente** constitucionais  
→ Detalhamento a cargo das normas infraconstitucionais
- São constituições **negativas**  
(limitam a atuação estatal)



## QUANTO À CORRESPONDÊNCIA COM A REALIDADE

### NORMATIVA:

- Regulam **efetivamente** o processo político do estado
- Correspondem à realidade política e social do estado

### NOMINATIVA:

- Tentam **regular** o processo político do estado, mas não conseguem
- Não atendem à realidade social
- A decisão de sua promulgação foi provavelmente **prematura**

### SEMÂNTICA:

- Não objetivam regular a política estatal
- Visam apenas **formalizar a situação atual**, em benefício dos detentores do poder

## QUANTO À FUNÇÃO DESEMPENHADA

### CONSTITUIÇÃO-LEI:

- Tem status de **lei ordinária**
- É uma diretriz → não vincula o legislador

### CONSTITUIÇÃO-FUNDAMENTO:

- **Fundamento** de todas as atividades do estado e da vida social
- O legislador ordinário só dá efetividade a essas normas

# constituição

## = CLASSIFICAÇÃO =

## QUANTO À FINALIDADE

### CONSTITUIÇÃO-GARANTIA:

- Objetivo = proteger as **liberdades** públicas contra arbitrariedades do estado (direitos de primeira geração)
- = Constituição **negativa**
- Sempre **sintética**

### CONSTITUIÇÃO-DIRIGENTE:

- Traça **diretrizes** à ação estatal (normas programática)
- Incluiu também os direitos de segunda geração
- = Constituição **positiva**
- Sempre **analítica**

### CONSTITUIÇÃO-BALANÇO

- Visa reger o ordenamento jurídico durante um **certo tempo**
- Típica de regimes socialistas
- = **Constituição-registro**

### CONSTITUIÇÃO-QUADRO/MOLDURA:

- Só permite ao legislador atuar dentro de um **limite** estabelecido pelo constituinte
- Cabe à jurisdição constitucional verificar se os limites foram obedecidos

## QUANTO AO CONTEÚDO IDEOLÓGICO

### LIBERAL

- Busca **limitar** a atuação estatal
- Assegurando as liberdades negativas
- = Constituição garantia

### SOCIAL

- Atribui ao estado a tarefa de ofertar **prestações positivas** ao indivíduo para realizar a igualdade material

## QUANTO AO LOCAL DA DECRETAÇÃO

### HETERO CONSTITUIÇÃO

- Elaborada **fora do estado** em que produzirá seus efeitos

### AUTO CONSTITUIÇÃO

- Elaborada no **próprio estado** em que produzirá seus efeitos

# constituição

## = CLASSIFICAÇÃO =

## QUANTO AO SISTEMA

### CONSTITUIÇÃO PRINCIPIOLÓGICA/ABERTA

- Predominam os **princípios** (elevado grau de abstração)
- Demanda regulamentação pela legislação para adquirir mais concretude

### CONSTITUIÇÃO PRECEITUAL

- Predominam as **regras** (menor grau de abstração)

## CLASSIFICAÇÕES DA CF/88 DECORE!

- Democrática
- Escrita e codificada
- Dogmática e eclética
- Super-rígida (Alexandre de Moraes)
- Rígida
- Formal (considerada em sua totalidade)
- Analítica
- Normativa
- Constituição-dirigente
- Social
- Principiológica

# CONSTITUIÇÃO

= INTERPRETAÇÃO =

## MÉTODOS DE INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL

### MÉTODO JURÍDICO

- A Constituição deve ser interpretada como as **demaís leis** (regras tradicionais)
- Elementos: literal, lógico (sistemático), histórico, teleológico e genético.

### MÉTODO TÓPICO-PROBLEMÁTICO

- Prevalência do **problema** sobre a **norma**
- A interpretação tem **caráter prático**

### MÉTODO HERMENÊUTICO-CONCRETIZADOR

- Prevalência da **norma** sobre o **problema**
- Primeiro, o intérprete compreende o sentido do texto, para **só depois aplicá-la** em um caso concreto

## MÉTODO CIENTÍFICO-ESPIRITUAL/INTEGRATIVO

- A interpretação da Constituição deve **considerar a ordem** ou o sistema de **valores** subjacentes
- A Constituição deve ser interpretada **como um todo**, dentro da realidade do estado

## MÉTODO NORMATIVO-ESTRUTURANTE

- Norma jurídica  $\neq$  texto normativo

Atividade legislativa  
+ Jurisdicional  
+ Administrativa

Atividade legislativa

- Interpretação = texto + contexto (realidade social)

# CONSTITUIÇÃO

=INTERPRETAÇÃO=

## PRINCÍPIOS DA INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL

### PRINCÍPIO DA UNIDADE DA CONSTITUIÇÃO

- A Constituição deve ser interpretada de modo a **evitar contradições**
- Como um todo (não individualmente)
- Não há **antinomias reais** no texto constitucional
- Não há normas constitucionais **originárias inconstitucionais**

### PRINCÍPIO DA MÁXIMA EFETIVIDADE

- O intérprete deve atribuir à norma o sentido que lhe dê **maior efetividade social**
- Usado principalmente na aplicação dos **direitos fundamentais**

### PRINCÍPIO DA JUSTEZA

- O intérprete **não** pode **subverter** o esquema organizatório-funcional estabelecido
- Não pode alterar as **competências** estabelecidas pela constituição

### PRINCÍPIO DA CONCORDÂNCIA PRÁTICA

- Impõe a **harmonização** entre bens jurídicos conflitantes → para **evitar** o **sacrifício total** de um deles
- Usado principalmente para solucionar conflitos entre **direitos fundamentais**

### PRINCÍPIO DO EFEITO INTEGRADOR

- A interpretação deve **favorecer**:  
Integração { política + Reforço da  
social unidade política

### PRINCÍPIO DA FORÇA NORMATIVA DA CONSTITUIÇÃO

- Deve-se dar preferência a interpretações que possibilitem a **atualização** de suas normas
- Garantindo-lhes { eficácia e permanência
- A norma deve ser **conexa** à realidade { política jurídica social



## PIRÂMIDE DE Kelsen

- As normas jurídicas **inferiores** (normas fundadas) retiram seu fundamento de validade das normas **superiores** (normas fundantes)

## CONSTITUIÇÃO

### NORMAS CONSTITUCIONAIS:

- Originárias** → desde que a Constituição foi promulgada (não podem ser declaradas inconstitucionais!)
  - Derivadas** → emendas constitucionais
    - Podem ser objeto de controle de constitucionalidade
- Não há hierarquia entre elas

"Bloco de constitucionalidade"

- Constituição federal
- Emendas constitucionais
- Tratados internacionais de direitos humanos aprovados com quórum de E.C.

#### Nível **supralegal**:

- Tratados internacionais de direitos humanos aprovados pelo rito ordinário

São **fundamento de validade** das normas inferiores

- Leis complementares, ordinárias e delegadas
- Medidas provisórias
- Decretos legislativos e resoluções
- Tratados internacionais
- Decretos autônomos

= **Infraconstitucionais** (primárias)  
→ não há hierarquia entre si

- Normas **infralegais**
- Decretos executivos
- Portarias
- Instruções normativas

→ Não podem **contrariar** as **primárias** sob pena de **invalidez**  
= Normas **secundárias** (não podem por obrigações)

# HIERARQUIA das normas

## ENTENDIMENTOS IMPORTANTES

- Leis { Federais, Estaduais, Municipais, Distritais } têm **mesmo grau** hierárquico!

→ Conflitos entre elas **não** são resolvidos por um critério **hierárquico**, mas conforme a **repartição constitucional** de competência

- Há hierarquia:

CONSTITUIÇÃO FEDERAL



CONSTITUIÇÃO ESTADUAL



LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

- Os regimentos { Tribunais (Poder Judiciário), Casas legislativas (Senado+Câmara) }
- + Resoluções **CNMP / CNJ**  
São normas primárias (equiparadas hierarquicamente às leis ordinárias)

- Não há hierarquia entre lei **ordinária** e **lei complementar**. **CAI MUITO!**

→ Aprovada por um procedimento mais dificultoso

- Lei Complementar pode tratar de tema reservado à lei ordinária (será materialmente lei ordinária)
- Lei ordinária não pode tratar de tema reservado à lei complementar (inconstitucionalidade formal)

## NORMAS DE EFICÁCIA CONTIDA

- Já podem produzir seus efeitos, mas podem ser restringidas pelo poder público  
*Atuação discricionária do poder público* (normas infra constitucionais)

- Características
  - Aplicabilidade { Direta  
Imediata  
Possivelmente não integral
  - Autoaplicáveis
  - Restringíveis por:
    1. Leis
    2. Normas constitucionais
    3. Conceitos éticos-jurídicos indeterminados

## NORMAS DE EFICÁCIA LIMITADA

- Dependem de regulamentação para só depois produzir todos os seus efeitos
- Características
  - ↔ Não autoaplicáveis
  - ↔ Aplicabilidade { Indireta  
Mediata  
Reduzida
- A lei posterior amplia seus efeitos!
- Grupos
  - ↔ Normas declaratórias de princípios institutivos ou organizativos
  - ↔ Normas declaratórias de princípios programáticos  
(a serem desenvolvidos pelo legislativo)

# aplicabilidade das NORMAS CONSTITUCIONAIS

## NORMAS DE EFICÁCIA PLENA

- Produzem ou já podem produzir todos seus efeitos desde a entrada em vigor da CF/88
- Características
  - Autoaplicáveis
  - Não-restringíveis
  - Aplicabilidade { Direta  
Imediata  
Integral

## DOCTRINA AMERICANA (clássica)

- Normas autoexecutáveis:  
*Não há necessidade de complementação (bastam em si)*
- Normas não autoexecutáveis:  
*Dependem de complementação legislativa antes de serem aplicadas*

# PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

## ASPECTOS GERAIS

- Regra → comando concreto
- Princípio → comando abstrato
- = normas

Princípios Fundamentais =  
fundamentos + objetivos fundamentais  
+ princípios das relações internacionais

## HARMONIA E INDEPENDÊNCIA DOS PODERES

- Separação dos poderes = Limitação do poder estatal
  - É flexível → há poderes típicos e atípicos
- Os poderes são **independentes** e
  - Não há subordinação ou hierarquia entre os poderes
- harmônicos** entre si.
  - Há colaboração e cooperação

A independência é limitada pelo sistema de freios e contrapesos (permitida a interferência legítima)

## FUNDAMENTOS DA REPÚBLICA DO BRASIL

(RFB)

### SO CI DI VA PLU



#### Soberania

Só a RFB tem soberania, os entes não  
União, estados, municípios

#### Cidadania

#### Dignidade da pessoa humana

#### Implicações da dignidade da pessoa humana:

- STF considerou legítima a união **homoafetiva** como unidade familiar
- Não ofende o direito à vida e à dignidade a pesquisa com **células tronco embrionárias** de embriões produzidos por fertilização *in vitro*
- Não é possível a submissão compulsória do pai ao exame **DNA**

#### Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa

#### Pluralismo político

Exclui discursos de ódio

# PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

## FORMAS DE GOVERNO

- Como se dá a **instituição do poder** e a relação governantes-governados:
  1. Monarquia
  2. República:
    - Caráter { Transitório  
Eletivo  
Representativo
- Responsabilidade dos governantes
- Fundada na igualdade formal das pessoas
  - ➔ Brasil é um **república**

## FORMAS DE ESTADO

- Como o poder está **territorialmente** distribuído:
  1. Unitário ➔ centralizado
  2. Federal ➔ descentralizado
  - ➔ Vários entes **autônomos** unidos por um **vínculo indissolúvel** (cláusula pétrea)
- Brasil é uma **federação**:
  - De terceiro grau (união, estados e municípios)
  - Cooperativo (há competências comuns e cooperação técnica)
  - Por segregação (antes era unitário)

## REGIME POLÍTICO

- Democracia (Brasil)  
"todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de **representantes eleitos ou diretamente**"
  - ➔ Democracia semidireta ou participativa

### ATENÇÃO!

- **Plebiscito** ➔ convocado **antes** da criação da norma
- **Referendo** ➔ convocado **após** a edição da norma ( para ser ratificada)



# PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS = OBJETIVOS =

## OBJETIVOS DA REPÚBLICA DO BRASIL

1. Construir uma sociedade { Livre  
Justa  
Solidária
  2. Garantir o desenvolvimento nacional
  3. Erradicar { Pobreza  
Marginalização e  
redução das desigualdades { Sociais  
Regionais
  4. Promover o bem de todos, sem  
preconceitos de { Origem  
Raça  
Sexo  
Cor  
Idade
- Consagra a **igualdade material**  
(busca reduzir as disparidades  
econômicas e sociais)

## DICAS PARA LEMBRAR:

Conga objetiva não errar na prova



= conga erra pro.

- Formados por **verbos** no infinitivo!

Construir, garantir,  
erradicar...

## PRINCÍPIOS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

1. Independência nacional  
(*não é "desenvolvimento", nem "soberania"*)
2. Prevalência dos direitos humanos  
(*não é fundamento da RFB!*)
3. Autodeterminação dos povos
4. Não-intervenção
5. Igualdade entre os estados
6. Defesa da paz  
(*não há listas com hipóteses de guerras*)
7. Solução pacífica de conflitos
8. Repúdio ao { Terrorismo  
                              racismo       e
9. Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade
10. Concessão de asilo político  
(*diferente de refúgio!*)



Em verde, as principais pegadinhas das bancas

# PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

## INTEGRAÇÃO

- A RFB buscará a integração { Econômica  
  Política  
  Social  
  Cultural  
dos povos da América Latina  
  (*não é América do Sul!*)  
    ➤ Visando à formação de uma comunidade latino-americana das nações

## ASPECTOS GERAIS

### DIREITOS DO HOMEM

Direitos Naturais  
(válidos em todos os tempo)

- As **garantias** são formas de proteção dos direitos fundamentais (também são direitos!)

### DIREITOS FUNDAMENTAIS

Direitos consagrados em um determinado momento histórico (positivados)

Direitos positivados em tratados internacionais

### DIREITOS HUMANOS

## GERAÇÕES

(ou dimensões)

### 1ª GERAÇÃO

- Restringem a atuação estatal (= liberdades negativas)
- Valor fonte → **liberdade**
- São eles: direitos { Cíveis e Políticos

### 2ª GERAÇÃO

- Prestações positivas do estado (= liberdades positivas)
- Valor fonte → **igualdade**
- São eles: direitos { Econômicos, Sociais, Culturais

### 3ª GERAÇÃO

- São os direitos difusos e coletivos
- Valor fonte → solidariedade, **fraternidade**
- Exemplos: direito ao meio ambiente equilibrado e direito ao desenvolvimento



**ATENÇÃO!**  
Lembre-se do lema da Revolução Francesa:  
"liberdade, igualdade e fraternidade!"

# DIREITOS FUNDAMENTAIS

## EFICÁCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

- Eficácia:

### 1. VERTICAL:

- Relação estado ↔ cidadãos

### 2. HORIZONTAL:

- Relação cidadãos ↔ cidadãos = efeitos externos
- Brasil = teoria da eficácia direta e imediata

## CARACTERÍSTICAS

### 1. UNIVERSALIDADE

- O núcleo mínimo é outorgado a todas as pessoas
- Alguns são restritos a um grupo (ex.: direitos dos trabalhadores)

### 2. HISTORICIDADE

- São conquistas progressivas
- Mutáveis e sujeitos a ampliações

### 3. INDIVISIBILIDADE

- Não são considerados isoladamente
- Integram um conjunto único e indivisível

### 4. INALIENABILIDADE

- São intransferíveis e inegociáveis
- Não podem ter conteúdo econômico-patrimonial

### 5. IMPRESCRITIBILIDADE

- Não se perdem com o tempo
- São sempre exigíveis

### 6. IRRENUNCIABILIDADE

- Seu titular não pode deles dispor (mas pode deixar de exercê-los)
- Em algumas situações, é possível sua autolimitação voluntária

# DIREITOS fundamentais

## CARACTERÍSTICAS

### 7. RELATIVIDADE OU LIMITABILIDADE

- Não são absolutos
- São relativos e limitáveis por outros direitos fundamentais (no caso concreto)
- Há uma concordância prática ou harmonização → nenhum é totalmente sacrificado!

### 8. COMPLEMENTARIDADE

- Os direitos se complementam e devem ser interpretados conjuntamente

### 9. CONCORRÊNCIA

- Podem ser exercidos cumulativamente (ao mesmo tempo)

### 10. EFETIVIDADE

- O poder público tem a missão de concretizar os direitos

### 11. PROIBIÇÃO DO RETROCESSO

- Os direitos não podem ser suprimidos ou enfraquecidos (limita o legislador)

- Dimensão **objetiva**:  
Os direitos fundamentais têm alta carga valorativa → sua eficácia se irradia para todo o ordenamento jurídico
- Dimensão **subjativa**:  
São direitos exigíveis do estado



# DIREITOS FUNDAMENTAIS

## LIMITES

- Os direitos são limitados por outros direitos fundamentais
- A lei pode limitá-los, mas há um **núcleo essencial** inviolável e que deve ser protegido (= teoria dos "limites dos limites")  
 ↳ definido pelo legislador conforme o princípio da proporcionalidade
- Um direito fundamental não pode salvar práticas ilícitas
- Também podem ser limitados em situações de **crises institucionais** (estado de defesa, estado de sítio...)

## TEORIAS

1. Teoria Interna (absoluta)
  - Os limites dos direitos lhes são imanentes/ intrínsecos  
 ↳ Não são limitados por fatores externos.
2. Teoria Externa (relativa)
  - A diferença dos limites é um processo externo  
 ↳ Depende do caso concreto

## OS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA CF/88

### CATEGORIAS

1. Direitos e deveres individuais e coletivos
2. Direitos sociais
3. Direitos de nacionalidade
4. Direitos políticos
5. Direitos relacionados à existência, organização e participação em partidos políticos

## ART 5º



"Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza"

Garantindo-se a { brasileiros  
estrangeiros  
residentes no Brasil

A inviolabilidade do direito à { vida  
liberdade  
igualdade  
segurança  
propriedade

### DIREITO À VIDA

- Abrange a vida **intrauterina** (proibição do aborto)  
STF: é permitida a interrupção da gravidez de feto **anencéfalo**
- Não ofende o direito à vida e à dignidade a **pesquisa com células tronco** embrionárias de embriões produzidos por fertilização *in vitro*
- Nem o direito à vida é absoluto!  
É **admitida a pena de morte** em caso de guerra declarada

### PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

"Ninguém será obrigado a { fazer  
deixar de fazer

alguma coisa senão em virtude de lei"  
**Sentido amplo**

≠ reserva legal → exige lei em sentido estrito

### PRINCÍPIO DA IGUALDADE

- Homens e mulheres são **iguais**:
  - Na lei** → ao legislador
  - Perante a lei** → aos intérpretes/administradores

Pode haver tratamento desigual entre pessoas em situações diferentes  
**Ex.:** reserva de vagas em universidade para negros e índios (ações afirmativas)  
(= **igualdade material**)

#### STF:

- É admitida a política de cotas raciais em **concursos públicos**  
Sua aferição pode ser por critério de:
  - Autodeclararão
  - Heteroidentificação

### PRINCÍPIO DE EXPRESSÃO

- É **livre** a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.

= liberdade de expressão  
(é **legal** a participação em eventos e manifestações a favor da legalização de drogas, aborto, etc.)

+ vedação ao anonimato  
(STF **veda** o acolhimento de denúncias anônimas)

- Não protege o discurso de ódio!

# DIREITOS FUNDAMENTAIS

## DIREITOS IMPORTANTES

- Ninguém será submetido a
    - Tortura
    - Tratamento desumano ou degradante
  - É assegurado o direito de **resposta**
    - Material
    - Moral ou à imagem
    - (cumuláveis!)
- Proportional ao agravo

## LIBERDADE RELIGIOSA

- Liberdade de consciência e crenças
- Livre exercício dos cultos
  - é assegurada a prestação de **assistência religiosa** nas entidades civis ou militares de **internação coletiva**
- Brasil é um estado laico!

# DIREITOS FUNDAMENTAIS

## VEDAÇÃO À CENSURA

- É livre a expressão de atividade
    - Artística
    - Científica
    - Intelectual
    - De comunicação
- independentemente de
  - Censura
  - Licença

## ESCUSA DE CONSCIÊNCIA

- Ninguém será privado de direitos por motivos de
    - crença religiosa
    - convicção filosófica ou política
- DECORE!**
- Salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir a prestação alternativa, **fixada em lei**
- É norma de eficácia **contida**

## SIGILO BANCÁRIO

- Garantia de privacidade dos dados bancários
- Pode ser quebrado por:

1. Poder judiciário
2. CPI'S federais e estaduais
3. Autoridades fiscais

Desde que:

- Haja { processo administrativo instaurado  
procedimento fiscal em curso
- Informações consideradas indispensáveis

4. MP → Contas de titularidade de ente público ou procedimento administrativo para defesa de patrimônio público (excepcional)

### IMPORTANTE!

O **TCU** pode requisitar às instituições financeiras informações sobre operações de crédito originárias de recursos públicos.

## INTIMIDADE

- São invioláveis:
  1. Intimidade
  2. A vida privada
  3. A honra
  4. A imagem
- Assegurada a indenização por dano { Material ou Moral

### ENTENDIMENTOS IMPORTANTES (STF)

- Não é necessário ofensa à reputação para haver dano moral  
(ex.: cabe dano moral pela dor da perda de um familiar)
- São permitidas as **biografia não autorizadas**  
(não exclui possibilidade de indenização por dano material/moral se couber)

# DIREITOS FUNDAMENTAIS

## SIGILO DA CORRESPONDÊNCIA

(e das comunicações **telegráficas**, de **dados** e comunicações **telefônicas**)

- São invioláveis, salvo por **ordem judicial**, para fins de
  - Investigação criminal ou
  - Instrução processual penal

Nas hipóteses e formas da lei

→ Não pode ser utilizado para acobertar ilícitos!

### Intercepção telefônica:

Captação da conversa por terceiro **sem** conhecimento dos interlocutores

### Escuta telefônica:

Captação da conversa por terceiro com conhecimento de um dos interlocutores

### Gravação telefônica:

Captação da conversa por um dos interlocutores sem o conhecimento do outro





# DIREITOS FUNDAMENTAIS

## INVIOLABILIDADE DOMICILIAR

"A **casa** é asilo inviolável"

Sentido amplo: (STF)

- Qualquer compartimento habitado
- Qualquer aposento ocupado de habitação coletiva (ex.: quarto de hotel)
- Qualquer compartimento privado para exercício de profissão/atividade pessoal (ex.: escritório de advocacia, atelier...)

- Não pode ser invocada para acobertar atos ilícitos

STF: é válida ordem judicial para ingresso de autoridade policial em estabelecimento profissional para a instalação de escutas (inclusive à noite!)

- O ingresso na "casa" do indivíduo é **permitido** nas seguintes situações:

1. Consentimento do morador
2. Sem o consentimento do morador:

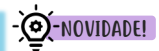
- Sob ordem judicial → somente durante o dia

- Em caso de {
  - Flagrante delito
  - Desastre ou
  - Prestar socorro

Mas é permitido que as atividades se prolonguem no período noturno

A qualquer hora

## PROTEÇÃO DE DADOS



(EC 115/2022)

É assegurado o **direito à proteção dos dados pessoais**, inclusive nos **meios digitais** (nos termos da lei)

## LIBERDADE DE ATIVIDADE PROFISSIONAL

- É livre o exercício de qualquer 

Trabalho  
Ofício  
Profissão

Atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer  
(= norma de eficácia contida)

### ENTENDIMENTOS IMPORTANTES (STF):

- É **inconstitucional** a exigência de diploma para o exercício da profissão de jornalista
- É **inadmissível** a exigência de fiança para a impressão de notas fiscais pelo contribuinte em débito com a fazenda

## DIREITO DE REUNIÃO

- Condições:
  1. Pacificamente
  2. Sem armas
  3. Locais abertos ao público
  4. Não frustrem outra reunião previamente convocada
  5. Prévio aviso à autoridade (independentemente de autorização)

STF: o aviso prévio é satisfeito com a veiculação de informação que permita ao poder público zelar para que o seu exercício seja pacífico e não frustre outra reunião



Protegido por **mandado de segurança**, não por *habeas corpus*!

## ASSOCIAÇÕES

- Três requisitos:
  1. Pluralidade de pessoas (com um fim determinado)
  2. Estabilidade
  3. Ato de vontade
- Independe de autorização → Vedada a interferência estatal em seu funcionamento
- Independe de aquisição de personalidade jurídica
- Vedadas as de caráter paramilitar

Dissolução → Sentença judicial transitada em julgado

Suspensão → Decisão judicial (nunca administrativa!)

- Ninguém será obrigado a filiar-se ou permanecer afiliado
- As associações podem representar

seus filiados { Judicial ou Extrajudicialmente

Quando expressamente autorizadas

# DIREITOS FUNDAMENTAIS

## DIREITOS IMPORTANTES

- Assegurado a todos o direito à informação, resguardado o **sigilo da fonte**, se necessário ao exercício profissional
- Sucessão de bens de estrangeiros no país: regulada pela lei que seja mais benéfica ao cônjuge/filhos

## DIREITO DE PROPRIEDADE

- A propriedade deve atender a sua **função social**
  - Desapropriação por {
    - necessidade pública
    - utilidade pública
    - interesse social
- Mediante **justa e prévia indenização em dinheiro**

SALVO CASOS NA CF/88:

TIPO DE DESAPROPRIAÇÃO	ENTE RESPONSÁVEL	INDENIZAÇÃO
Para reforma agrária	União	Títulos da dívida agrária resgatáveis em até 20 anos
Imóvel urbano não edificado não cumprindo a função social	Município	Títulos da dívida pública resgatáveis em até 10 anos
Desapropriação confiscatória		Não há!

Se houver cultura de plantas psicotrópicas ou trabalho escravo

**ATENÇÃO!**  
Benfeitoras úteis e necessárias: em dinheiro!

# DIREITOS FUNDAMENTAIS

## REQUISIÇÃO ADMINISTRATIVA

- Uso de propriedade particular
- No caso de iminente perigo público
- Indenização **posterior**
  - se houver **dano**
- O particular é obrigado a ceder

## IMPENHORABILIDADE

- **Pequena** propriedade rural
- Trabalhada pela **família**
- Para pagamento de débitos decorrentes da **atividade produtiva**
  - Para o STJ (REsp 1.591.298/RJ), ela não pode ser objeto de penhora mesmo no caso de **débitos estranhos** à atividade produtiva!

## IRRETROATIVIDADE DAS LEIS

- A lei não prejudicará (irretroatividade das leis)
  - direito adquirido
  - ato jurídico perfeito
  - coisa julgada
 Não é invocável pela entidade que a editou
- Não cabe invocar direito adquirido:
  - Normas constitucionais originárias
  - Mudança do padrão da moeda
  - Criação ou aumento de tributos
  - Mudança de regime estatutário

## DIREITO À INFORMAÇÃO

- Todos** têm direito a receber dos (pessoas físicas ou jurídicas) órgãos públicos informações de seu interesse
  - particular
  - coletivo
  - geral
 prestados no prazo da lei
- Sob pena de responsabilidade
- Salvo** informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do estado
- Remédio constitucional = mandado de segurança

# DIREITOS FUNDAMENTAIS

## DIREITO DE PETIÇÃO

- Independe do pagamento de taxas
  - Direito de petição → Em defesa de direitos ou contra
    - ilegalidade ou
    - abuso de poder
  - Obtenção de certidões → para defesa de direitos ou esclarecimento de situações de interesse pessoal
- Remédio constitucional = mandado de segurança



PEGADINHA!

Quando o cidadão solicita a certidão, ele já tem a informação **não cabe habeas data!**

## TRIBUNAL DO JURI

- Assegurados:
  - Plenitude de defesa
  - Sigilo das votações
  - Soberania dos vereditos
  - Competência para julgamento dos crimes **dolosos contra a vida**

## SÚMULA VINCULANTE Nº45

"a competência constitucional do tribunal do júri **prevalece** sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela Constituição estadual"


## PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

- Não há crime sem lei anterior que o defina
- Não há pena sem prévia cominação legal
- Em ambos: lei em sentido estrito  
(= irretroatividade da lei penal)

## INTRANSMISSIBILIDADE DAS PENAS

- "nenhuma pena passará da pessoa do condenado"  
 A obrigação de reparar o dano e decretação de perdimento de bens podem ser estendidas aos sucessores até o limite do patrimônio transferido


## INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO

- A lei não excluirá da apreciação do judiciário { lesão a direito ameaça
- Casos de jurisdição condicionada:  DECORE!

1. Habeas data
  - deve haver prévia negativa da administração
2. Controvérsias desportivas
  - após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva
3. Reclamação contra descumprimento de súmula vinculante pela adm. pública
  - após esgotarem-se as vias administrativas
4. Requerimento judicial de benefício previdenciário
  - após prévio requerimento administrativo

# DIREITOS FUNDAMENTAIS

## NÃO HAVERÁ PENAS

1. de morte, salvo em caso de guerra declarada  CAI MUITO!
2. de caráter perpétuo
3. de trabalho forçado
4. de banimento
5. cruéis

### NOVIDADE!

O pacote anticrime aumentou para 40 anos a pena máxima no Brasil



## DIREITOS IMPORTANTES



- “ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o **devido processo legal**”
- “aos litigantes em processo judicial e administrativo e aos acusados em geral são assegurados contraditório e ampla defesa”
- “é admitida **ação privada** nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal”

### SÚMULA VINCULANTE Nº 5:

“a falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a constituição”

### SÚMULA VINCULANTE Nº 21:

“é inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévio de dinheiros ou bens para admissibilidade de recurso administrativo”

# DIREITOS FUNDAMENTAIS

## MANDADOS DE CRIMINALIZAÇÃO

Punível com pena de reclusão	INAFIANÇÁVEL	IMPRESCRITÍVEL	INSUSCETÍVEL DE GRAÇA OU ANISTIA
Racismo	X	X	
Tráfico, terrorismo e tortura e crimes hediondos	X		X
Grupos armados contra ordem constitucional e	X	X	

para lembrar:  
3T+H não têm graça


## EXTRADIÇÃO

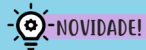
- Nenhum brasileiro **nato** poderá ser extraditado  
mas pode perder sua nacionalidade pela aquisição voluntária de outra nacionalidade
- O brasileiro **naturalizado** poderá ser extraditado em caso de:
  - Crime comum antes da naturalização
  - Tráfico de drogas a qualquer tempo
- Não será extraditado o estrangeira por crime
  - Político
  - De opinião

## ETAPAS DA EXTRADIÇÃO PASSIVA:

- Etapa administrativa (poder executivo) = solicitação administrativa  
Fundamento:
  - Tratado bilateral ou
  - Promessa de reciprocidade
- Etapa judiciária (STF)
  - Análise da legalidade e procedência do pedido
  - Deve haver processo penal ou investigação criminal + dupla tipicidade + respeito aos direitos humanos
- Etapa administrativa (poder executivo)
  - Decisão do presidente (discricionária) = **ato político**

## DIREITOS IMPORTANTES

- “ninguém será considerado **culpado** até o **trânsito em julgado** de sentença penal condenatória” 



STF: a execução provisória da sentença penal condenatória revela-se frontalmente incompatível com o direito fundamental do réu de ser presumido inocente até que sobrevenha o trânsito em julgado de sua condenação criminal.

- É possível a **prisão**:
  1. Flagrante delito
  2. Ordem de juiz { escrita fundamentada
 (Salvo transgressão militar ou crime propriamente militar)

# DIREITOS FUNDAMENTAIS

## PRISÃO POR DÍVIDA

- Possível para (somente!!)

- Responsável pelo **inadimplemento** voluntário e inescusável de **obrigação alimentícia**

- Depositário infiel

### SÚMULA VINCULANTE Nº 25

“É ilícita a prisão por dívida do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade”

## PROVAS ILÍCITAS

- São **inadmissíveis** as **provas** obtidas por meios ilícitos
  - Nos processos { Administrativos Judiciais
- Devem ser **expurgadas**, mas não invalidam todo o processo!

STF: 

- São **ilícitas** as provas obtidas por:

- Interceptação telefônica { Sem autorização judicial Determinada apenas a partir de denúncia anônima
- “interrogatório sub-reptício” (conversa informal com policial)
- Confissão durante prisão ilegal

- São **lícitas** as provas obtidas por:

- Gravação telefônica por um dos interlocutores se houver investida criminosa
- Gravação telefônica por um dos interlocutores se ausente causa legal de sigilo ou reserva
- Gravação ambiental por um dos interlocutores

## TEORIA DOS FRUTOS DA ÁRVORE ENVENENADA

- A prova ilícita contamina todas aquelas que dela derivam (= ilicitude por derivação)



## ASPECTOS GERAIS

- Sempre que alguém (pessoa física) **sofrer** (repressivo) ou se achar **ameaçado** de sofrer (preventivo) violência ou coação em sua **liberdade de locomoção** (direta ou indireta)

Por ilegalidade ou abuso de poder

STF admite *habeas corpus* coletivo

## TIPOS:

- Repressivo
- Preventivo
- Suspensivo → quando a prisão já foi declarada, mas o mandado de prisão ainda está pendente de cumprimento
- É ação de procedimento especial (rito sumário) → mas cabe liminar!

## SUJEITO ATIVO

= quem pode impetrar o HC

- Qualquer { pessoa física
- MP { pessoa jurídica
- Defensoria pública

= legitimidade universal

Pode ser concedido até de ofício pelo juiz

**Não** é necessário auxílio de advogado!

CAI MUITO!

# DIREITOS FUNDAMENTAIS = HABEAS CORPUS =

## SUJEITO PACIENTE

- Só pode ser impetrado em favor da **pessoa física**. (pessoa jurídica, não!)

## SUJEITO PASSIVO

- HC dirige-se à **autoridade coatora** (caráter público ou particular)

Determinou a prisão ou restrição à locomoção

## É INCABÍVEL O HC

ATENÇÃO!

- Impugnar decisões do STF
- Impugnar suspensão dos direitos políticos
- Impugnar pena de multa
- Já extinta a pena privativa de liberdade
- Discutir o mérito de punições disciplinares militares
- Contra imposição de pena de exclusão de militar ou perda de patente/função pública
- Para pleitear "visita íntima"

# DIREITOS FUNDAMENTAIS

## = MANDADO DE SEGURANÇA =

### ASPECTOS GERAIS

- Para proteger direito **líquido e certo** não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data* (é um remédio **residual**)
- Quando responsável pela {
  - Illegalidade
  - Abuso de poder
 for {
  - Autoridade pública **ou**
  - Agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público
 = ato de autoridade
- Tem rito sumário especial

→ Não há dilação probatória

### SUJEITO ATIVO

- Todas as pessoas **físicas** ou **jurídicas**, nacionais ou estrangeiras
  - Domiciliadas ou não no Brasil
- Universalidades** com capacidade processual (massa falida, espólio...)
- Órgãos públicos** de grau superior na defesa de suas prerrogativas e atribuições
- Ministério público**

**MDS COLETIVO** → impetrado por:

- Partido político com representação no Congresso Nacional
- Organização sindical ou entidade de classe
- Associação {
  - legalmente constituída em funcionamento há > 1 ano

### PRAZO

- Deve ser impetrado em até **120 dias** = prazo decadencial
  - Não é possível sua suspensão ou interrupção

### LIMINAR

- Em regra, possível, se presentes os **pressupostos** (*fumus boni iuris e periculum in mora*)

A Lei do Mandado de Segurança previa algumas **exceções** ao cabimento de liminar (compensação de créditos tributários, entrega de mercadorias do exterior...). No entanto, o STF as considerou **inconstitucionais!** (então agora não há mais essas limitações!) **NOVIDADE!**

### É INCABÍVEL O M.D.S.

- Contra decisão judicial ou ato administrativo dos quais caibam recurso efeito suspensivo
- Contra decisão judicial transitada em julgado
- Contra lei em tese (salvo se produtora de efeitos concretos)
- Contra atos de natureza jurisdicional
- Para assegurar direito à insubmissão a certa modalidade de tributação

## ASPECTOS GERAIS

- Concedido quando a falta de norma regulamentadora torna inviável o exercício de:

1. Direitos e liberdades constitucionais
2. Prerrogativas inerentes a:

- Nacionalidade
- Soberania
- Cidadania

Diante da falta de regulamentação de normas de eficácia limitada

- Não é gratuito
- É necessária a assistência de advogado
- Não cabe medida liminar

# DIREITOS FUNDAMENTAIS

= MANDADO DE INJUNÇÃO =

## SUJEITO ATIVO

- Todas as pessoas físicas ou jurídicas
- Para o M.D.I. coletivo:
  - Partido político com representação no Congresso Nacional
  - Organização sindical ou entidade de classe
  - Associação { Legalmente constituída em funcionamento a > 1 ano
- Ministério Público
- Defensoria Pública

## É INCABÍVEL

- Se já houver a norma regulamentadora
- Se faltar a norma regulamentadora de direito **infraconstitucional**
- Falta de regulamentação de **medida provisória** ainda não convertida em lei
- Se a regulamentação for **facultativa**

## OUTRAS OBSERVAÇÕES


- **Competência para julgar:** depende da autoridade inerte!
- Será deferido para:
  1. Determinar prazo para edição da norma
  2. Estabelecer condições para o exercício do direito, liberdade...
  3. Estabelecer condições para que o interessado promova a ação própria

## LEI 13.300/2016

- Adotou a corrente concretista intermediária individual
  - Em regra, o mandado de injunção tem efeitos **inter partes**
- Mas, **excepcionalmente**, pode ter efeito **erga omnes**



## ASPECTOS GERAIS

- Natureza civil e rito sumário
- Para:
  1. Assegurar o conhecimento de informações **relativas à pessoa do impetrante**  
 Em registros/bancos de dados de entidades governamentais ou de carácter público
  2. Retificar dados  
 Quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo
- É uma ação personalíssima

## REQUISITOS

- Comprovação da **negativa da autoridade** administrativa de garantir o acesso aos dados ( = jurisdição condicionada)
- Assistência de advogado

**DIREITOS FUNDAMENTAIS**  
*direitos fundamentais*  
 = HABEAS DATA =

## SUJEITO ATIVO

- Todas as pessoas **físicas** ou **jurídicas**, nacionais ou estrangeiras

## SUJEITO PASSIVO

- **Entidades governamentais** ou PJ de direito público com os registros ou bancos de dados ou
- PJ de **direito privado** detentora de bancos de dados de carácter público



## É INCABÍVEL

- Para que se possa ter acesso aos autos de processo administrativo (mandado de segurança)
- Para obter dados relativos a terceiros


# DIREITOS FUNDAMENTAIS

*direitos fundamentais*  
= AÇÃO POPULAR =

## ASPECTOS GERAIS

- Visa **anular ato lesivo** a:
  1. Patrimônio público ou de entidade de que o estado participe
  2. Moralidade administrativa
  3. Meio ambiente
  4. Patrimônio histórico e cultural
- O autor fica **isento** de custas judiciais e do ônus da sucumbência  salvo comprovada má-fé
- Depende de **advogado**
- **Não** há foro por prerrogativa de função em ação popular!  **IMPORTANTE!**

## SUJEITO ATIVO

- Qualquer **cidadão**  em pleno gozo dos direitos políticos e civis

## SUJEITO PASSIVO

(sofre a ação)

- **PJ** em nome das quais o ato ou contrato lesivo foi ou seria praticado
- **Autoridades e agentes** públicos que participaram ou se omitiram
- **Beneficiários** diretos do ato ou contrato

## GRATUIDADES

- São **gratuitos** aos reconhecidamente pobres:
  1. Registro civil do nascimento
  2. Certidão de óbitoOBS.: A lei estendeu esse direito a todos os cidadãos!
- São **gratuitos**:
  1. *Habeas corpus*
  2. *Habeas data*
  3. Atos necessários ao exercício da cidadania → na forma da lei
- **Assistência judicial** gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos

## DIREITOS IMPORTANTES

- É **livre a locomoção** no território nacional em tempos de paz
- Assegurada a **razoável duração** do processo e os meios que garantam celeridade de tramitação

# DIREITOS FUNDAMENTAIS

## PARÁGRAFOS DO ART 5º:

1. Normas definidoras dos direitos e garantias individuais → aplicação imediata!
2. Direitos e garantias expressos na CF não excluem outros → de seus regimes e princípios e de tratados internacionais (= sistema aberto de direitos fundamentais)
3. Tratados e convenções internacionais **sobre direitos humanos** aprovados em cada casa do Congresso, em 2 turnos, por 3/5 dos votos serão equivalentes às emendas constitucionais
4. O Brasil se submeterá à jurisdição de **tribunal penal internacional** a cuja criação tenha manifestado adesão

## ASPECTOS GERAIS

- Direitos fundamentais de 2ª geração  
→ prestações positivas (de fazer)
- = normas de ordem pública (natureza imperativa)
- Para melhorar a vida dos hipossuficientes

→ Normas de eficácia limitada e aplicabilidade mediata

## DIREITOS SOCIAIS (ART 6º)

- São eles: CF/88
  1. Educação
  2. Saúde
  3. Trabalho
  4. Lazer
  5. Segurança
  6. Previdência social
  7. Proteção à
    - { Maternidade
    - { Infância
  8. Assistência aos desamparados
  9. Moradia (EC 26/2000)
  10. Alimentação (EC 64/2010)
  11. Transporte (EC 90/2015)

STF: é rol **exemplificativo**  
(há outros espalhados na CF/88)

# DIREITOS SOCIAIS

## CONCRETIZAÇÃO

- Exige firma atuação estatal (Políticas públicas)

### PRINCÍPIOS

1. Reserva do possível
  - = devem ser efetivados "na medida do **financeiramente possível**"
  - Demonstração objetiva
    - Inexistência de recursos
    - Ausência de previsão orçamentária
  - Limitada pelo mínimo existencial
  - STF: o judiciário pode (excepcionalmente) determinar implementação de ações para concretização dos direitos sociais
2. Mínimo existencial
  - Prestações essenciais para uma **existência digna** (condições materiais mínimas)
  - Tem-se intensificado a **atuação do judiciário** na implementação de políticas públicas para concretização dos direitos fundamentais
  - **principalmente na saúde** (fornecimento de medicamentos)
3. Vedação do retrocesso
  - Evitar que conquistas sociais alcançadas pelo cidadão sejam desconstruídas
  - = **garantia institucional** e **direito subjetivo**

## ASPECTOS GERAIS

- Art. 7º da CF/88 = rol exemplificativo  
"além de outros que visem à melhoria de sua condição social"
- Aplicam-se aos trabalhadores urbanos e rurais

## ALGUNS DIREITOS IMPORTANTES

- Proteção contra despedida  
Nos termos de lei complementar { arbitrária  
sem justa causa  
→ Preverá indenização compensatória dentre outros

CF/88 previu 2 casos de vedação

absoluta à dispensa { Arbitrária  
Sem justa causa

1. Empregado eleito para direção de CIPAS (Do registro a 1 ano após término do mandato)
2. Empregada gestante (Da confirmação da gravidez até 5 meses após o parto)

- Seguro-desemprego (se desemprego involuntário)
- FGTS (recolhido pelo empregador)  
Alíquota: 8%  
→ não é direito dos servidores públicos estatutários



## ALGUNS DIREITOS IMPORTANTES

- Salário mínimo  
→ Fixado em lei (formal)  
→ Reajuste periódico  
→ Vedada sua vinculação para qualquer fim (STF deixa para pensão alimentícia)  
→ STF permite que os conscritos recebam remuneração inferior
- Piso salarial  
→ Proporcional a { extensão  
do trabalho complexidade
- Irredutibilidade do salário  
→ Salvo disposto em convenção ou acordo coletivo
- Garantia de salário não inferior ao mínimo aos que percebem remuneração variável
- 13º salário com base na remuneração integral ou valor da aposentadoria
- Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno  
→ Adicional noturno devido ainda que o empregado trabalhe em regime de revezamento (STF)

*Direitos Sociais*  
**= DIREITOS INDIVIDUAIS DOS TRABALHADORES =**



# DIREITOS SOCIAIS

## = INDIVIDUAIS DOS TRABALHADORES =

### ALGUNS DIREITOS IMPORTANTES

- Proteção ao salário  
→ É **crime** sua retenção dolosa
- Participação nos Lucros Resultados  
Desvinculada da remuneração  
e, excepcionalmente, participação na **gestão** da empresa
- Salário-família  
→ a dependente de trabalhador de **baixa renda**
- Duração normal do trabalho  
→ { 8 horas diárias  
44 semanais  
Facultada { Redução da jornada  
Compensação de horários  
mediante acordo ou convenção coletiva  
→ Jornada de **6 horas** para trabalho realizado em turnos **ininterruptos** de revezamento (salvo negociação coletiva)
- Repouso semanal remunerado, **preferencialmente** aos domingos

### ALGUNS DIREITOS IMPORTANTES

- Remuneração do serviço extraordinário (hora extra) **no mínimo 50% superior** → Serviço normal
- Férias anuais remuneradas com  $\geq 1/3$  a mais
- Licença { À gestante → 120 dias (sem prejuízo do emprego/salário)  
Paternidade → termos da lei  
→ A licença à adotante não pode ser inferior
- Proteção do mercado de trabalho da mulher
- Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço (mínimo = 30 dias)
- Redução dos riscos inerentes ao trabalho  
→ Normas de { Saúde  
Higiene  
Segurança
- Adicional de remuneração para Atividades { Penosas  
Insalubres  
Perigosas

## ALGUNS DIREITOS IMPORTANTES

- Aposentadoria
- Assistência gratuita a { filhos dependentes em creches/pré-escolas
- Reconhecimento de **convenção** ou **acordo** coletivo
- Proteção em face da automação
- Seguro contra acidentes de trabalho
- A cargo do empregador
- Não **exclui indenização** em caso de **dolo ou culpa**
- Igualdade de direitos entre { empregado permanente trabalhador avulso

## PEC Nº 72/2013

- Diz que altera a CF/88 para estabelecer a **igualdade de direitos** trabalhistas entre trabalhadores domésticos e demais trabalhadores urbanos/rurais
- Mas **não** atribuiu aos empregados domésticos todos os direitos dos demais

Parágrafo único do art. 7º

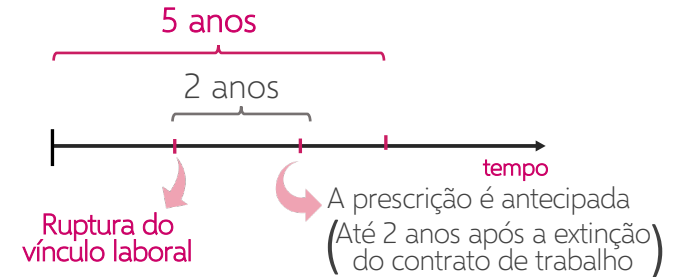
# DIREITOS SOCIAIS = INDIVIDUAIS DOS TRABALHADORES =

## AÇÕES RELACIONADAS A CRÉDITOS TRABALHISTAS

- Situação 1:** sem dissolução do contrato de trabalho



- Situação 2:** com dissolução do contrato



## PROIBIÇÕES



- Diferenças de { Salário Função Critério de admissão } por motivo de { Sexo Idade Cor Estado civil }
- Discriminação no tocante à { Salário Critério de admissão }
- Distinção entre trabalho { manual técnico intelectual } e seus respectivos profissionais
- Trabalho { noturno perigoso a menores de 18 anos e insalubre } de qualquer tipo a < 16 anos (Salvo aprendiz > 14 anos)

## ASPECTOS GERAIS

- **Art. 8º** da CF/88
  - ↳ É **livre** a associação
    - ↳ Profissional ou Sindical
  - ↳ Observadas disposições constitucionais
- Aplicam-se à organização de
  - Sindicatos rurais
  - Colônias de pescadores
- ↳ Atendidas as condições legais

Ninguém será obrigado a filiar-se ou manter-se filiado

## CRIAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SINDICAL

- A lei não pode exigir **autorização** do estado
  - ↳ Salvo registro
- **Vedado** ao poder público
  - ↳ interferência na organização sindical
  - ↳ intervenção
- Princípio da **unicidade da organização sindical**
  - ↳ Vedada a criação de > 1 organização sindical na mesma base territorial
    - ↳ Não inferior a um município

# DIREITOS SOCIAIS COLETIVOS DOS TRABALHADORES

## ATUAÇÃO DO SINDICATO

- Defesa dos interesses/direitos da categoria
  - ↳ Individuais
  - ↳ Coletivos
- ↳ Inclusive questões
  - ↳ Judiciais
  - ↳ Administrativas
- Os sindicatos têm **ampla legitimidade** ativa (substitutos processuais)
- sem necessidade de prévia autorização
- **Obrigatória** a participação do sindicato nas negociações coletivas de trabalho

## CONTRIBUIÇÕES



### CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA

- Facultativa
- Fixada pela assembleia geral
- Só é exigível dos filiados do respectivo sindicato

### CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

- Fixada em lei
- Recolhimento pelos empregadores apenas dos empregados que autorizarem

## ESTABILIDADE SINDICAL

- Vedada a dispensa do empregado sindicalizado
  - ➔ A partir do **registro da candidatura**
    - A cargo de direção ou representação sindical
- Se eleito: até **1 ano** após o final do mandato
  - ➔ Ainda que como suplente
- Não se aplica se cometer falta grave (nos termos da lei)

## OUTROS DIREITOS IMPORTANTES

- Assegurada participação de {trabalhadores empregadores} nos colegiados de **órgãos públicos** que discutam sobre seus interesses {profissionais previdenciários}
- Em empresas com mais de **200 empregados**
  - ➔ Eleição de um representante

Finalidade exclusiva de promover **entendimento** direto entre empregados e empregadores

- O **aposentado** filiado tem direito de {Voto Ser votado}
  - ➔ Aposentado pode ser eleito representante sindical

# DIREITOS SOCIAIS COLETIVOS DOS TRABALHADORES

## DIREITO DE GREVE

- É assegurado o direito de greve
  - ➔ Os trabalhadores decidem sobre a oportunidade e interesses defendidos
- A **lei** definirá {Serviços/atividades essenciais Atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade}
- Os **abusos** sujeitam os responsáveis às penas da lei

## ATRIBUIÇÃO DA NACIONALIDADE

- Originária → natos  
Involuntária, natural  
*Jus sanguini* ou *jus soli*
- Derivada → naturalidade  
Ato volitivo  
Podem ser extraditados!

## ASPECTOS GERAIS

- É o vínculo jurídico-político entre estado e povo  
Cada um legisla sobre sua nacionalidade  
Dimensão pessoal do estado
- Dimensões
  - Vertical: Estado ↑ Indivíduo
  - Horizontal: Indivíduo ↔ indivíduo

Conceito mais restrito  
(quem tem gozo dos direitos políticos)

Cidadania

Nacionalidade  
(mais amplo)

# NACIONALIDADE

## NO BRASIL:

### NACIONALIDADE ORIGINÁRIA:

- Regra = *jus soli*  
qualquer um nascido no Brasil será brasileiro nato
- Salvo:
  - Ambos os pais forem estrangeiros e
  - Pelo menos um deles estiver a serviço de seu país
- Situações *jus sanguini*:
  1. Pai ou mãe brasileiros e pelo menos um deles a serviço do Brasil
  2. Pai ou mãe brasileiros e ser registrado em repartição brasileira ou vier a residir no Brasil e optar, a qualquer tempo após a maioridade, pela nacionalidade

## NO BRASIL:

### NACIONALIDADE DERIVADA

#### NATURALIZAÇÃO ORDINÁRIA

- Cumprir os requisitos em lei
- Facilitado àqueles de países que falam português:

Residir no Brasil por 1 ano ininterruptamente + Idoneidade moral

#### NATURALIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

Requisitos objetivos:

Residir no BR por 15 anos ininterruptamente + Não possuir condenação penal + Requerimento do interessado (tem direito subjetivo)

# NACIONALIDADE

## PERDA DA NACIONALIDADE

💡 -NOVIDADE!  
(EC 131/23)

### HIPÓTESES:

Brasileiro que:

1. Tiver **cancelada a naturalização** por sentença judicial em virtude de:
  1. **fraude** relacionada ao processo **de naturalização** ou
  2. **atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático**

➡ Apenas para brasileiros naturalizados

2. Para brasileiros naturalizados e natos  
fizer **pedido expreso de perda da nacionalidade** brasileira perante autoridade brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia.
 

➡ não impede o interessado de readquirir sua nacionalidade brasileira originária, nos termos da lei.

## PORTUGUESES RESIDENTES NO BRASIL

- Terão os **mesmos direitos** que os naturalizados, salvo os casos expressamente previstos na CF/88
- ➡ Desde que haja reciprocidade em favor dos brasileiros

Não é atribuição de nacionalidade

## CARGOS PRIVATIVOS

- São privativos de **brasileiro nato** os cargos:
  - Presidente e Vice-Presidente da República;
  - Presidente da Câmara dos Deputados;
  - Presidente do Senado Federal;
  - Ministro do Supremo Tribunal Federal;
  - carreira diplomática;
  - oficial das Forças Armadas.
  - Ministro de Estado da Defesa.



## TIPOS

- **Direitos políticos positivos:** participação ativa dos indivíduos na política  
(Iniciativa popular, plebiscito, referendo)
- **Sufrágio** = Capacidade eleitoral **ativa** + Capacidade eleitoral **passiva**  
 Alistabilidade + direito de votar → Direito de ser votado (elegibilidade)
- **Direitos políticos negativos:** limitam o exercício da cidadania  
 = **inelegibilidade** + perda/suspensão dos direitos políticos

# DIREITOS POLÍTICOS

## ASPECTOS GERAIS

- Garantem a **participação** do povo no processo de condução da política nacional relacionados aos exercício da cidadania

## CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE

1. Nacionalidade brasileira
2. Pleno exercício dos direitos políticos
3. Alistamento eleitoral
4. Domicílio eleitoral na circunscrição
5. Filiação partidária
6. Idade mínima



35 anos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Presidente</li> <li>• Vice-presidente</li> <li>• Senador</li> </ul>
30 anos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Governador</li> <li>• Vice-governador</li> </ul>
21 anos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Deputado federal</li> <li>• Deputado estadual</li> <li>• Prefeito</li> <li>• Vice-prefeito</li> <li>• Juiz de paz</li> </ul>
18 anos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Vereador</li> </ul>

## REGIMES:

1. Democracia direta → Povo exerce o poder diretamente sem intermédio de representantes
2. Democracia indireta → O povo elege representantes que governam o país
3. Democracia semidireta ou participativa → = direta (Iniciativa popular, plebiscito, referendo) + indireta (eleições)

## IMPUGNAÇÃO DO MANDATO

- Ante a justiça eleitoral em **15 dias** da diplomação
  - Com provas de {
    - Abuso de poder econômico
    - Corrupção
    - Fraude
- Tramitará em segredo de justiça
- O autor responderá se temerária ou de manifesta má-fé

## INELEGIBILIDADES

- Relativas: (não são exaustivas) → Lei complementar pode estabelecer outras
  1. Por motivos funcionais
    - No máximo 2 mandatos consecutivos no mesmo cargo (Aplica-se apenas aos cargos do poder executivo (do legislativo não!))
    - Para concorrerem a outros cargos, os chefes do executivo devem renunciar aos respectivos mandatos até 6 meses antes do pleito

## INELEGIBILIDADES

- **Absolutas:** (taxativas)
  1. Analfabetos
  2. Inalistáveis

# DIREITOS POLÍTICOS

2. Por motivo de casamento
  - Afeta a exigibilidade de terceiros relacionados ao chefe do executivo no território de sua jurisdição
    - salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição
    - cônjuge, parentes consanguíneos ou afins até o 2º grau ou por adoção
    - ou quem o haja substituído dentro de 6 meses anteriores ao pleito

3. Relativa à condição de militar

É eleito se cumprir:

1. Se < 10 anos de serviço

Deve afastar-se

2. Se > 10 anos de serviço

Será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente à inatividade no ato da diplomação

## AUSTAMENTO ELEITORAL

- **Obrigatório** → maiores de 18 anos
- **Facultativo** → {
  - Analfabetos
  - 16 e < 18 anos
  - > 70 anos
- **Vedado** {
  - Estrangeiros (portugueses equiparados podem!)
  - Conscritos (Durante o serviço militar obrigatório!)

## PRIVAÇÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS

- Em hipótese alguma há cassação dos direitos políticos **ATENÇÃO!**

## SUSPENSÃO = temporária

- Prazo determinado ou não
- Reaquisição automática
- Hipóteses:
  - Incapacidade civil absoluta
  - Condenação criminal transitada em julgado   
 Enquanto durarem os efeitos
  - Improbidade administrativa

## PERDA = definitiva

- Prazo indeterminados
- Reaquisição não automática
- Hipóteses:
  - Cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado
  - Recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa

# DIREITOS POLÍTICOS

## PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE ELEITORAL

- A lei que alterar o processo eleitoral não se aplica à eleição que ocorra até 1 ano da data da sua vigência

Mas ela já entra em vigor na data da sua publicação

## ASPECTOS GERAIS

- São entidades de direito **privado** →
- É **livre** sua { criação  
fusão  
incorporação  
extinção } Aquisição com a inscrição do ato constitutivo no registro!
- Devem **resguardar**:
  - Soberania nacional
  - Regime democrático
  - Pluripartidarismo
  - Direitos fundamentais
- Adquirem **capacidade política** com o registro de estatuto no **TSE**

## OUTRAS OBSERVAÇÕES

- Têm direito a: { recursos do fundo partidário  
acesso gratuito ao rádio e tv }
- ⚠ **ATENÇÃO!** Após a EC 97/2017, só serão concedidos aos partidos que cumprirem a **cláusula de barreira**
- Vedada a utilização de **organização paramilitar**
- Desde as eleições de 2020, foram vedadas as **coligações** nas eleições pelo sistema **proporcional**

### CLÁUSULA DE BARREIRA:

- Obtiveram nas eleições da Câmara dos Deputados  $\geq 3\%$  dos votos válidos em pelo menos  $\frac{1}{3}$  das unidades da federação, com  $\geq 2\%$  dos votos válidos em cada uma; ou
- Tiverem eleito  $\geq 15$  deputados federais em  $\geq \frac{1}{3}$  das unidades da federação

## PRECEITOS A SEREM OBSERVADOS

- Caráter nacional
- Proibição de recebimento de valores de governos estrangeiros ou submissão a eles
- Prestação de contas à justiça eleitoral
- Funcionamento parlamentar conforme a lei

## AUTONOMIA PARTIDÁRIA

- Para definir { Organização  
Estrutura interna  
Funcionamento  
Coligações eleitorais }

Não precisa haver vinculação entre as candidaturas nacional, estadual, distrital e municipal

## INCLUSÃO DA MULHER

💡 **NOVIDADE!** (EC 117/022)

- os partidos devem aplicar **no mínimo 5%** dos recursos do **fundo partidário** em programas de promoção/difusão da **participação política das mulheres** (de acordo com os interesses intrapartidários)

- { montante do Fundo Especial de Financiamento de Campanha  
parcela do fundo partidário destinada a campanhas eleitorais  
tempo de propaganda gratuita no rádio e na televisão  
no **mínimo 30% às mulheres**, proporcional  
ao número de candidatas  
a distribuição seguirá critérios definidos pelos respectivos  
órgãos de direção e pelas normas estatutárias, considerados  
a autonomia e o interesse partidário }

partidos  
políticos

# FEDERAÇÃO

## CARACTERÍSTICAS:

1. Autonomia política:
  - Auto-organização
  - Auto legislação
  - Autoadministração
  - Autogoverno
2. Repartição constitucional de competências e de rendas
3. Indissolubilidade do vínculo
4. Nacionalidade única
5. Rigidez constitucional
6. Mecanismos de intervenção
7. Existência de um tribunal federativo
8. Participação dos entes na vontade nacional

## CLASSIFICAÇÕES:

1. Quanto à origem
  - Por agregação (centrípeto)  
Reunião de estados soberanos
  - Por segregação (centrífugo)  
Descentralização de um estado unitário
2. Quanto à concentração de poder
  - Centralizado
  - Descentralizado
  - De equilíbrio
3. Quanto ao equacionamento de desigualdade
  - Simétrica  
(Distribuição igualitária de competências e receitas)
  - Assimétrica  
(Reconhecimento de que há desigualdades socioeconômicas entre os entes e busca reduzi-las)
4. Quanto à repartição de competências
  - Dual  
(Cada ente tem suas competências e não há comunicação)
  - Cooperativa  
(Os entes exercem suas competências em conjunto)

organização  
= **POLÍTICO-ADMINISTRATIVA** =

## ESTADO

= { Território  
Povo  
Governo soberano

## CLASSIFICAÇÕES

1. Estado unitário: centralização política do poder
  - Admite-se descentralização administrativa
2. Estado federado: poder político é territorialmente descentralizado
  - Há várias P.J. com capacidade política → há uma pluralidade de ordenamentos jurídicos

**FEDERAÇÃO** = união **indissolúvel** de entes **autônomos**, fundamentada em uma **constituição**. Não há direito de secessão

≠

**CONFEDERAÇÃO** = reunião de estados **soberanos**, fundamentada em um tratado **internacional**. É uma união **dissolúvel**

**ATENÇÃO!**

## UNIÃO

- Pode editar leis { nacionais  
federais } (= descentralização administrativa)
- Os **territórios** integram a União
  - Não são entes federativos (não têm autonomia)
  - Governador nomeado pelo presidente
  - Têm 4 deputados federais e nenhum senador
  - Podem ser divididos em municípios
 Esses terão autonomia!

## ESTADO

- Auto-organização (Constituições estaduais)
- Auto-legislação (Leis estaduais)
  - Devem observar princípios constitucionais
- Poder Legislativo = unicameral (Assembleia legislativa)
- \* Deputados = Triplo do #dep. federais e, se  $\geq 36$ , somar o #dep. federais acima de 12 **DECORE!**
- Poder Executivo = governador + vice
  - Subsídio fixado por lei de iniciativa da assemb. legislativa
- Poder Judiciário = organizado pelo Estado observada a CF/88
  - Competência dos tribunais → Constituição estadual
  - Lei de organiz. jurídica → Iniciativa do TJ.
- Podem instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões → Lei complementar

# FEDERAÇÃO BRASILEIRA

## ASPECTOS GERAIS

- Federação de 3º grau (todos autônomos) { União  
Estados + DF  
Municípios }
- Capital federal = Brasília

## DF

- Auto-organização → lei orgânica
- Competência cumulativa: estados + municípios
- Não pode ser dividido em municípios
- Competência para organizar e manter MP + judiciário + PM + CBM é da União

## MUNICÍPIOS

- Auto-organização → lei orgânica
- Eleição do prefeito:
  - $\leq 200$  mil eleitores: 1 turno
  - $> 200$  mil eleitores: 2 turnos
- Julgamentos do prefeito:
  - Justiça comum → TJ
  - Crimes eleitorais → TRE
  - Crimes federais → TRF
  - Crimes de responsabilidade
- Próprios → Câmara municipal
- Impróprios → judiciário



# FEDERAÇÃO BRASILEIRA



## VEDAÇÕES FEDERATIVAS

1. Estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los ou embaraçá-los  
↳ pode colaboração de interesse público
2. Recusar fé dos documentos públicos
3. Criar distinções ou preferências entre os brasileiros

## BENS DA UNIÃO

- Rol exemplificativo
- Bens importantes:
  1. Terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras
  2. Águas que { Banhem > 1 estado  
Limites com outros países
  3. Ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; praias marítimas. Ilhas oceânicas e costeiras, excluídas sedes de municípios
  4. Recursos naturais da { Plataforma continental
  5. Mar territorial { Zona econômica exclusiva
  6. Terrenos da marinha
  7. Potenciais de energia hidráulica
  8. Recursos minerais
  9. Cavidades naturais e sítios arqueológicos
  10. Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios

## ALTERAÇÕES NOS ESTADOS

- Podem incorporar-se ou desmembrar-se para { anexarem-se a outros  
formarem novos estados

↳ Aprovação pela população diretamente interessada  
= toda a população do estado!  
mediante plebiscito e do Congresso Nacional via  
lei complementar  
↳ ato discricionário do Congresso !

## ALTERAÇÕES NOS MUNICÍPIOS

- Podem ser { Criados  
Incorporados  
Fundidos  
Desmembrados  
↳ Ato discricionário
- Mediante lei estadual dentro do período determinado por lei complementar federal
- Dependem de:
  - consulta via plebiscito às populações dos municípios
  - estudos de viabilidade municipal

## BENS DOS ESTADOS

- ↳ Ressalvadas as de obras da União
- 1. Águas emergentes, fluentes e em depósito
- 2. Áreas nas ilhas oceânicas e costeiras sob seu domínio, salvo as da união e dos municípios
- 3. Ilhas fluviais e lacustres não pertencentes à União
- 4. As terras devolutas não compreendidas entre as da União

## ASPECTOS GERAIS

### Princípios:

1. Da predominância do interesse { União: geral  
Estados: regional  
Municípios: local } DF
2. Da subsidiariedade: as questões devem ser resolvidas pelo ente que estiver mais próximo da tomada de decisão

### Técnicas:

1. Horizontal: cada ente atua em uma área específica, sem a interferência do outro (competências exclusivas/privativas)
2. Vertical: exercidas em conjunto pelos entes (Atuação coordenada) (Competências comuns e concorrentes)

a CF/88 adotou ambas!

### ATENÇÃO!

#### COMPETÊNCIAS ADMINISTRATIVAS:

Relacionadas à execução e prestação de serviços-públicos

#### COMPETÊNCIAS LEGISLATIVAS:

Relacionadas à criação das leis

## COMPETÊNCIAS CONCORRENTES

Direito	{	Penitenciário	• Proteção do meio ambiente
		Urbanístico	• Educação
	{	Financeiro	• Cultura
		Econômico	• Ensino
	{	Tributário	• Ciência
		Orçamento	• Desporto
			• Tecnologia
			• Pesquisa, desenvolvim. e inovação
			• Previdência social
			• Proteção e defesa da saúde

## REPARTIÇÃO NA CF/88

- Enumera expressamente as competências da União (exclusivas e privativas) e dos municípios

Administrativas e indelegáveis

Legislativas e delegáveis aos estados via lei complementar

- Não lista as competências dos estados (residual)  
Mas prevê: explorar diretamente ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei (vedada edição de medida provisória)

# REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS

## COMPETÊNCIAS COMUNS

= todos os entes (repartição vertical)

Relacionadas a interesses difusos

(saúde, meio ambiente, moradia  
Patrimônio { Histórico  
Cultural  
Artístico  
pobreza, segurança no trânsito...)

## COMPETÊNCIAS CONCORRENTES:

União = normas gerais (municípios não!)  
Estados/DF = normas complementares

Inexistindo lei federal, os estados exercerão competência legislativa plena para atender suas peculiaridades

Superveniência de lei federal suspende a eficácia da lei estadual no que lhe for contrário (não revoga!)

## COMPETÊNCIAS DA UNIÃO

### EXCLUSIVAS: (administrativas)

Relacionadas a:

1. Relações com outros estados
2. Atividades nucleares
3. Defesa nacional e matérias bélicas
4. Estado de sítio, defesa, intervenção
5. Moeda e câmbio
6. Serviço postal e de telecomunicações
7. Exploração de serviços de transporte interestadual e internacional
8. Assuntos de abrangência nacional (classificações indicativas, estatísticas...)
9. Inspeção do trabalho
10. Garimpagem

**NOVIDADE!** (EC 118/022)  
sob regime de **permissão**, são autorizadas:

- { produção, comercialização, utilização de radioisótopos para **pesquisa e uso médicos**
- { comercialização, utilização de radioisótopos para **pesquisa e uso agrícolas e industriais**

**NOVIDADE!** (EC 115/022)  
Compete à União **organizar e fiscalizar a proteção e o tratamento de dados pessoais**.  
(nos termos da lei)

## REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS

### PRIVATIVAS: (legislativas)

São delegáveis:

**Requisitos:**

- Lei complementar
- Delegação de questões específicas
- Deve abranger todos os estados

- |   |  |
|---|--|
| 1. Direito: Processual, eleitoral, civil, penal, comercial, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial, do trabalho | 8. Poupança  |
| 2. Desapropriação   | 9. Nacionalidade, cidadania                          |
| 3. Serviços { Postal, Monetário, câmbio   | 10. Populações indígenas                             |
| 4. Comércio exterior/interestadual  | 11. Seguridade social                                |
| 5. Diretrizes { Política nacional de transporte, Da educação nacional   | 12. Defesa   |
| 6. Trânsito e transporte  | 13. Propaganda comercial                             |
| 7. Consórcios e sorteios  | 14. Normas gerais de licitação e contratação         |
|   | 15. <b>proteção e o tratamento de dados pessoais</b> |

**NOVIDADE!** (EC 115/022)

## COMPETÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS

1. Legislar sobre assuntos de interesse local
2. Suplementar a legislação { Federal, Estadual
3. Criar/organizar/suprimir distritos (observada legislação estadual)
4. Prestar serviços de interesse local (transporte coletivo tem carácter essencial)
5. Manter programas de ensino fundamental e educação infantil
6. Prestar atendimento à saúde da população com cooperação técnica e financeira da União e dos estados
7. Promover adequado ordenamento territorial (planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano)
8. Promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual

### SÚMULAS IMPORTANTES:

**SU. 38:** "é competente o município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial"

**SU. 49:** "ofende a livre concorrência lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área"

Salvo questões de segurança (ex.: postos de gasolina)

Não pode para estabelecimentos bancários (União)

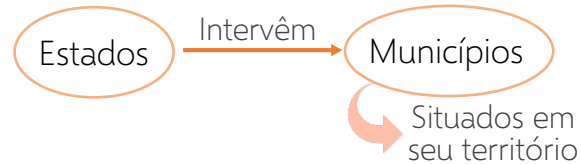
# INTERVENÇÃO

## TIPOS

### INTERVENÇÃO FEDERAL



### INTERVENÇÃO ESTADUAL



## ASPECTOS GERAIS

- É elemento de **estabilização constitucional** (quando o princípio federativo estiver em risco)
- Suprime **temporariamente** a autonomia do ente
- Competência para decretação:  
**Chefe do executivo**  
(Presidente da República/governador)
- Em situações **excepcionais**  
→ Taxativamente prevista na CF/88

### CONTROLE POLÍTICO

- O decreto interventivo será submetido ao **poder legislativo** em até **24hs**  
→ Se rejeitado, o chefe do executivo deve cessar a intervenção imediatamente
- Dispensado nos casos de intervenção federal
  - Prover execução de { Lei federal ou Ordem/decisão judicial
  - Afronta aos princípios sensíveis

## INTERVENÇÃO NOS MUNICÍPIOS

### HIPÓTESES:

1. Deixar de ser paga a **dívida fundada** por **2 anos** consecutivos (salvo força maior)
2. **Não** forem **prestadas contas** devidas
3. Não tiver sido **aplicado o mínimo** exigido da receita municipal em:
  - Manutenção e desenvolvimento do **ensino**
  - Ações e serviços públicos de **saúde**
4. TJ der provimento à representação do **PGJ** para:
  - Promover execução de { Lei ou Ordem/decisão judicial
  - Afronta aos princípios indicados na Constituição Estadual

## HIPÓTESES

### INTERVENÇÃO ESPONTÂNEA O presidente age de ofício

1. Manter a integridade nacional
2. Repelir invasão estrangeira, ou de uma unidade da federação em outra
3. Pôr termo a grave comprometimento da ordem pública
4. Reorganizar as finanças da unidade da federação que:
  - Suspende o pagamento da dívida fundada por > 2 anos consecutivos (salvo força maior)
  - Deixar de entregar aos municípios receitas tributárias nos prazos

### INTERVENÇÃO PROVOCADA

1. Garantir o livre exercício de qualquer dos poderes
2. Prover execução de { Lei federal ou Ordem/decisão judicial
3. Assegurar a observância dos princípios constitucionais sensíveis \*

#### \* PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS SENSÍVEIS:

1. Forma republicana, sistema representativo, regime democrático
2. Direitos da pessoa humana
3. Autonomia municipal
4. Prestação de contas da administração pública
5. Aplicação do mínimo exigido da receita dos impostos estaduais em { Manutenção e desenvolvimento do ensino  
Ações e serviços públicos de saúde

# INTERVENÇÃO

## = NOS ESTADOS =

## FORMAS DE PROVOCAÇÃO

### SOLICITAÇÃO

- Pelo poder { Executivo ou legislativo } coagido
- O atendimento é **discrecionário**

### REQUISIÇÃO

- A decretação será **ato vinculado**
- No caso de impedimento do livre exercício do **poder judiciário** (pelo STF)
- + Prover execução de ordem ou **decisão judicial**

COMPETÊNCIA	ORDEM/DECISÃO
STF	STF Justiça do trabalho Justiça militar
TSE	Justiça eleitoral
STJ	STJ Justiça estadual Justiça federal

## PROVIMENTO DE REPRESENTAÇÃO DO PGR (pelo STF)

- Assegurar a observância dos **princípios sensíveis** (=ADI Interventiva)
- + Prover **execução de lei federal** (= ação de executoriedade)
- A decretação será **ato vinculado** (em até 15 dias)

# FUNÇÕES DO PODER EXECUTIVO

- Função **típica**: = função **executiva**
  - Função de governo → Decisões políticas
  - Função administrativa → Prestação de serviço público
- Função **atípica**
  - Legislativa: medidas provisórias, leis delegadas, decretos autônomos
  - Julgamento: no contencioso administrativo (ex.: processo administrativo disciplinar)

## PRESIDENCIALISMO X PARLAMENTARISMO

**CHEFIA DO EXECUTIVO**  
Unipessoal e monocrática

**VÍNCULO COM O LEGISLATIVO**  
Inexistente

**MANDATO**  
Prazo determinado

Dual (chefe de estado ≠ chefe de governo)

Interdependentes

Prazo indeterminado (Enquanto tiver o apoio do Parlamento)

**MACETE:**  **DECORE!**  
Sistemas de governo **pres**idencialismo

# PODER EXECUTIVO

## INVESTIDURA E POSSE

- Requisitos:**
  - Brasileiro nato
  - Alistamento eleitoral
  - Pleno gozo dos direitos políticos
  - > 35 anos
  - Não se enquadrar nos casos de inelegibilidade
  - Possuir Filiação Partidária

- Eleição:** sistema majoritário de 2 turnos (primeiro e último domingos de Outubro)

Se antes do 2º turno houver { Morte, Desistência, de Impedimento } candidato, será chamado o próximo de maior votação (**não** será convocado o vice!)

Se decorridos 10 dias da data da posse e o presidente ou vice não tiverem assumido teremos cargo **vago** (poder ocorrer de só um deles assumir!)

## IMPEDIMENTO E VACÂNCIA

= afastamento temporário → substituição

= afastamento definitivo → **sucessão**

- Hipóteses:**

- Não comparecer em 10 dias para a posse
- Morte, renúncia, perda ou suspensão dos direitos políticos e perda da nacionalidade
- Crime de responsabilidade ou comum
- Ausência do país por > 15 dias sem autorização do Congresso Nacional



**Linha sucessória** do Presidente da República:

- Vice-presidente
- Presidente da Câmara dos Deputados
- Presidente do Senado
- Presidente do STF



## ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE

- **Grupos:** (rol exemplificativo)
  1. Direção da administração pública federal
  2. Relação com o Congresso Nacional e atuação no processo administrativo
  3. Atribuições no plano das relações internacionais
  4. Atribuições concernentes à segurança interna, preservação da ordem institucional e da harmonia das relações federativas
  5. Nomeação de juizes do STF e tribunais superiores
- **Competências delegáveis** aos { Ministros de estado  
AGU e PGR
  1. Edição de decretos autônomos
  2. Conceder indulto e comutar penas
  3. Prover (e desprover) cargos públicos na forma da lei



## MINISTROS DE ESTADO

- Assessores diretos do presidente
    - ↳ Livre nomeação e exoneração
  - Natos ou naturalizados
    - ↳ Salvo o ministro da defesa
  - Brasileiros > 21 anos
  - Expedem instruções para execução de { Leis  
Decretos  
Regulamentos
- e referendam os decretos do presidentes
- Julgados no STF { Crimes comuns  
Crimes de responsabilidade "autônomos"
  - Julgados pelo Senado nos crimes de responsabilidade conexos com os do presidente

# PODER EXECUTIVO

## RESPONSABILIZAÇÃO DO PRESIDENTE

- ↳ O presidente possui apenas imunidades **formais**:  
(não possui imunidade material)
- 1. Irresponsabilidade **penal** relativa: presidente não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício da função → Após o término do mandato, ele poderá ser responsabilizado
- 2. Vedação à prisão cautelar → É necessária sentença penal condenatória pelo STF
- 3. Autorização da Câmara dos Deputados (2/3 dos membros)
  - ↳ Juízo de admissibilidade político

## VICE-PRESIDENTE

- Suceder e substituir o presidente
- Atribuições previstas em lei complementar
- Participar dos conselhos da república/defesa

## SUSPENSÃO DO PRESIDENTE

- Crime comum: desde o **recebimento da denúncia** ou queixa-crime
- Crime de responsabilidade: desde a **instauração do processo** pelo Senado
  - ↳ Penalidades:
    1. Perda do cargo
    2. Inabilitação por 8 anos

# PODER EXECUTIVO



## CONSELHO DA REPÚBLICA III

- Órgão colegiado de natureza consultiva
  - ↳ Natureza meramente opinativa
- **Competente** para se pronunciar sobre:
  1. Intervenção federal, estado de defesa, estado de sítio
  2. Questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas
- **INTEGRANTES:** **CAI MUITO!**
  1. Vice-presidente
  2. Presidente da Câmara dos Deputados
  3. Presidente do Senado
  4. **Líderes de maioria e minoria da Câmara dos Deputados**
  5. **Líderes da maioria e minoria do Senado**
  6. Ministro da justiça
  7. **6 cidadãos** → Brasileiros natos
    - ≥ 35 anos
    - Mandatos de 3 anos



## CONSELHO DE DEFESA NACIONAL III

- Órgão colegiado de natureza consultiva
  - ↳ Natureza meramente opinativa
- Competente para:
  1. Opinar sobre
    - Guerra e paz
    - Intervenção federal, estado de defesa, estado de sítio
  2. Propor critérios/condições para uso de áreas indispensáveis à segurança (especialmente área de fronteira)
  3. Estudar, propor e acompanhar o desenvolvimento de iniciativas necessárias à independência nacional e defesa do estado democrático
- **INTEGRANTES:** **CAI MUITO!**
  1. Vice-presidente
  2. Presidente da Câmara dos Deputados
  3. Presidente do Senado
  4. Ministro da justiça
  5. **Ministro de estado da defesa**
  6. **Ministro das relações exteriores**
  7. **Ministro do planejamento**
  8. **Comandantes:**
    - Marinha
    - Exército
    - Aeronáutica

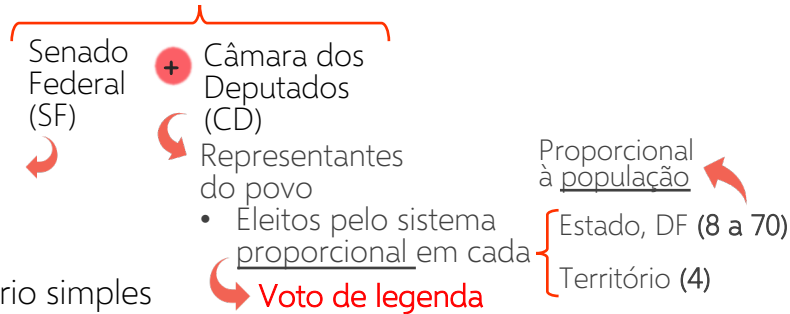
# PODER LEGISLATIVO

## FUNÇÕES

- Típicas: legislar e fiscalizar (= predominantes)
- Atípicas: administrativa e de julgamento

## ESTRUTURA

- Legislativo **federal**: bicameral  
Congresso nacional (CN)



- Sistema majoritário simples
- Cada estado/DF elege **3** senadores. (total=**81**)
- Mandato de **8 anos** e eleição a cada **4 anos** (1 e 2 senadores alternadamente)

### FIDELIDADE PARTIDÁRIA:

Perderá seu mandato o deputado que se desfiliar sem razão legítima  
Mudança significativa de orientação programática ou perseguição política



## FUNCIONAMENTO

- **LEGISLATIVO FEDERAL:**
- **Regra geral:** Senado Federal e Câmara dos Deputados atuam de forma autônoma (sem subordinação)
- **Sessão conjunta:** para deliberar sobre matérias de competências do Congresso Nacional mas os votos são contados separadamente dentro de cada casa

### Hipóteses:

1. Elaborar o regimento comum e regular a criação de serviços comuns
  2. Receber o compromisso do presidente e vice-Presidente da República
  3. Conhecer do veto e sobre ele deliberar
  4. Discutir/votar lei orçamentária
  5. Delegar ao presidente poderes para legislar
- **Sessão unicameral:** C.N. atua como uma única casa (contagem conjunta de votos)
    - Hipóteses: processo simplificado de **revisão constitucional** (5 anos após a promulgação da CF/88)

## REUNIÕES

- **Legislatura** : 4 anos (4 SLO'S)
- **Sessão Legislativa Ordinária (SLO)**
  - 02/fev – 17/jul  
E 01/ago – 22/dez } Composta por dois **períodos legislativos**
- A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei da **LDO** (lei de diretrizes orçamentárias)
- Antes da **1ª SLO** e da **3ª SLO** de cada legislatura:
  - Sessões preparatórias → Posse dos parlamentares (1ª SLO)
  - Eleição das mesas (1ª e 3ª SLO)
- **Sessão Legislativa Extraordinária (SLE):**
  - Aquela durante os recessos parlamentares (delibera sobre { Matéria para que foi convocada / Medidas provisórias })
  - Não há pagamento de verbas indenizatórias

CONVOCAÇÃO	HIPÓTESES
Presidente do Senado	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Decretação { Estado de defesa / Intervenção federal</li> <li>• Pedido de autorização para decretação de estado de sítio</li> <li>• Compromisso e posse do Presidente da República e seu vice</li> </ul>
Presidente da República; da Câmara dos Deputados ou do Senado; ou maioria dos membros de ambas as casas	<ul style="list-style-type: none"> <li>→ com a aprovação da maioria dos membros de ambas as casas</li> <li>• Urgência</li> <li>• Interesse público relevante</li> </ul>

## PODER LEGISLATIVO

### MESAS DIRETORAS

- Uma mesa em cada casa.
  - Condução dos trabalhos { Legislativos / Administrativos
- Mesa do Congresso Nacional
  - Presidida pelo presidente do Senado (demais cargos alternadamente pelos ocupantes de cargos equivalentes na C.D. e no S.F.)
- Mandatos = 2 anos
  - Vedada a recondução para o mesmo cargo (dentro de uma mesma legislatura (STF))

### COMISSÕES

- Órgãos de natureza técnica
- Por cada casa separadamente ou pelo Congresso Nacional (comissão mista)
- **Tipos:**
  - { Permanentes: integram estrutura da casa
  - { Temporárias: para determinada matéria
    - Encerram-se:
      - Término da legislatura
      - Expiração do prazo
      - Realizam seu objetivo


## ASPECTOS GERAIS

- Exercício da função típica de fiscalização
  - Controle político-administrativo
- Realização investigação parlamentar
  - Função meramente investigativa
  - Produzem o inquérito legislativo
- Suas conclusões são enviadas ao M.P. para que se promova responsabilização civil ou criminal dos infratores
- Por cada casa separadamente ou pelo Congresso Nacional (comissão mista)





## PODER LEGISLATIVO

### COMISSÕES PARLAMENTARES = DE INQUÉRITO =

## REQUISITOS PARA SUA CRIAÇÃO

1. Requerimento de 1/3 dos membros da casa (não há limite de CPI's em funcionamento)
2. Fato determinado a ser investigado
  - Pode investigar > 1 fato e fatos conexos ao principal  PEGADINHA!
3. Fixação de prazo certo
  - Permite prorrogações sucessivas até o término da legislatura (= termo final)

## PODERES DE INVESTIGAÇÃO

- Têm competência para:  **IMPORTANTE!**
  1. Convocar particulares e autoridades públicas para depor
    - Testemunhas ou indiciados
    - Obrigadas a ir  Não cabe condução coercitiva
    - Cabe assistência de advogado
  2. Realização de perícias e exames
  3. Determinar a quebra dos sigilos 
    - Bancário
    - Fiscal
    - Telefônico 
    - Medidas restritivas de direitos:
      - Só acesso aos registros, não às conversas (= interceptação telefônica)
    - Decisão fundamentada
    - Maioria dos membros **(princípio da colegialidade)**
- Não têm competência para:
  1. Decretar prisões (salvo flagrante delito)
  2. Aplicar medidas cautelares
  3. Proibir/restringir assistência jurídica
  4. Anular atos do poder executivo
  5. Determinar a quebra de sigilo judicial
  6. Determinar a interceptação telefônica
  7. Determinar a busca e apreensão domiciliar de documentos
  8. Apreciar atos de natureza jurisdicional
  9. Convocar o chefe do executivo
    - Pode convocar ministros de estado e titulares de órgãos subordinados à presidência

# PODER LEGISLATIVO

## PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES

### ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL

#### 1. Atribuições que **dependem de sanção**: (edição de lei)

- Dispor sobre todas as matérias de competência da União
- Sistema tributário e orçamento
- Planos/programas de desenvolvimento
- Concessão de anistia
- Organização administrativa, judiciária, do MP e da DP da união e dos territórios
- Organização judiciária e do MP do DF
- Moeda e seus limites de emissão
- Matéria { Financeira + Instituições Cambial + Monetária + financeiras
- Fixação do subsídio dos ministros do STF
- Iniciativa privativa do STF
- Criação } de cargos públicos
- Transformação }
- Extinção }
- Se vagos, pode por decreto autônomo

#### 2. Atribuições que **não dependem de sanção** (= atribuições exclusivas) (via decreto legislativo)

- Aprovar tratados internacionais
- Após a aprovação, o presidente pode ratificar e editar o decreto executivo que o internaliza **Aí entra em vigor no plano interno**
- Aprovar ou suspender o estado de defesa  
Decretado pelo Presidente da República
- Sustar os atos normativos do poder executivo que exorbitem { O poder regulamentar  
Limites da delegação legislativa
- Fixar os subsídios:
  - Presidente da República e de seu vice
  - Ministros de estado
- Julgamento das contas do Presidente da República  
(com parecer prévio do TCU) Deve prestar contas em até 60 dias após abertura da sessão legislativa
- Fiscalizar e controlar os atos do poder executivo
- Escolher 2/3 dos membros do TCU
- { Autorizar referendo } O Congresso apresenta a matéria para a população depois da elaboração
- { Convocar plebiscito } População é convocada antes de a matéria ser elaborada pelo Congresso



# PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES

Mediante resolução

## ATRIBUIÇÕES DO SENADO FEDERAL

( = competências privativas)

### Julgar, nos crimes de responsabilidade:

1. Presidente da República
2. Vice-Presidente da República
3. Ministros do STF
4. Membros do CNJ e CNMP
5. PGR
6. AGU
7. Ministros de estado, em crimes conexos com o Presidente da República

### Aprovar, previamente, a nomeação e escolha de importantes autoridades:

1. Ministros do STF
2. Chefes de missões diplomáticas permanentes
3. Magistrados (casos na CF/88)
4. Ministros do TCU
5. Governador de território
6. Presidente/diretores do BACEN
7. PGR (e sua exoneração antes do prazo)
8. Outros casos em lei

### Autorizar operações externas de natureza financeira (por estados, DF, municípios e territórios)

### Avaliar periodicamente a funcionalidade do sistema tributário nacional

### Suspender a execução de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do STF

### Estabelecer limites globais e condições para o montante

da dívida mobiliária dos { Estados, DF  
Municípios

### Dispor sobre limites e condições para concessão de garantia da União em operações de crédito externo/interno

PODER  
LEGISLATIVO

## ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Mediante resolução

( = competências privativas)

- Autorizar (2/3 membros) a instauração de processos contra { Presidente da república  
Seu vice  
Ministros de estado
- Proceder à tomada de contas do presidente se ele não a fizer em até 60 dias da abertura da sessão legislativa **CAI MUITO!**

• Elaborar seu regimento e dispor sobre sua organização e funcionamento

• Iniciativa privativa de projeto de lei para fixação da remuneração de seus servidores

• Eleger membros do conselho da república

também são competências do Senado

### Dispor sobre limites e condições para operações de crédito

externo/interno de { União  
Estados e DF + Suas autarquias e entidades controladas pelo poder público federal  
Municípios

### Fixar limites globais para a dívida consolidada

de { União  
Estados e DF  
Municípios

## IMUNIDADES PARLAMENTARES

- Garantias funcionais → irrenunciáveis

### 1. IMUNIDADE MATERIAL

- Deputados e senadores são invioláveis civil e penalmente, por quaisquer de suas 

{	Opiniões	no <u>exercício de sua função</u>
	Palavras	
	Votos	

 se no Congresso Nacional = Presunção absoluta de relação à função
- É **permanente**: persiste após a legislatura

### 2. IMUNIDADE FORMAL

- É **limitada** no tempo: Só durante o mandato
- Relativa à **prisão**:
  - Desde a expedição do diploma
  - = Impossibilidade de ser/permanecer preso, salvo:
    1. Flagrante delito por crime inafiançável
    2. Sentença judicial transitada em julgado (conforme o STF)
- Relativa ao **processo**:
  - Para crimes cometidos após a diplomação
  - Processo pode ser susgado a pedido de partido político com representação na casa legislativa (decisão: voto da maioria dos membros) (ostensivo e nominal)

PODER  
LEGISLATIVO  
= ESTATUTO DOS  
CONGRESSISTAS

## PRERROGATIVA DE FORO

- Deputados e senadores são julgados pelo **STF**
  - Desde a expedição do diploma
- Só abrange infrações **penais** comuns (civis, não!)  
Inclusive ação popular
- Processo com vários acusados (com e sem foro privilegiado) a regra geral é o desmembramento do processo, salvo se houver prejuízo à Justiça

### NOVIDADE! NOVO ENTENDIMENTO DO STF:

O STF limitou o foro por prerrogativa de função dos parlamentares → só se aplica a crimes:

1. Praticados durante mandato
2. Relacionados ao exercício da função parlamentar

## OUTRAS PRERROGATIVAS

1. Isenção do dever de testemunhar
  - Sobre informações recebidas/prestadas em razão do mandato
2. Necessidade de prévia licença para incorporação às forças armadas
  - Ainda que seja militar ou haja guerra
3. Imunidade durante o estado de sítio
  - Podem ser suspensas pelo voto de 2/3 da casa respectiva

# INCOMPATIBILIDADE DOS PARLAMENTARES

## DESDE A EXPEDIÇÃO DO DIPLOMA:

1. Firmar/manter **contrato** (salvo se possuir cláusulas uniformes)

com {  
PJ de direito público  
Autarquia  
Empresa públicas e S.E.M.  
Empresa concessionária de serviço público

2. Aceitar/exercer {  
Cargo  
Função  
Emprego

em {  
PJ de direito público  
Autarquia  
Empresa pública e S.E.M.  
Empresa concessionária de serviço público

## DESDE A POSSE:

1. Ser **proprietário, controlador ou diretor** de empresa que goze de favores decorrentes de contrato com PJ do direito público **ou nela exercer função remunerada**

2. Aceitar/exercer cargo/ função demissíveis

*Ad nutum* em {  
PJ de direito público  
Autarquia  
Empresa pública e S.E.M.  
Empresa concessionária de serviço público

3. Patrocinar coisa em que seja interessada uma das entidades acima
4. Ser titular de > 1 cargo ou mandato público eletivo

## PERDA DO MANDATO

- Perda depende do juízo do plenário da casa legislativa:
  1. Infringir proibições do art. 54 (incompatibilidades)
  2. For incompatível com **decoro parlamentar**
  3. For **condenado** criminalmente em sentença transitada em julgado
- Perda **declarada pela mesa** de ofício ou mediante provocação
  - + ampla defesa
  - Membro Partido com representação no Congresso
  1. Deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, a **1/3** das sessões ordinárias, salvo:
    - Licença
    - Missão autorizada
  2. Perder ou tiver suspensos os **direitos políticos**
  3. Quando o decretar a **justiça eleitoral**

Não perderá o mandato o deputado/senador:

1. Investido no cargo de {  
Ministro de estado  
Governador de território  
Secretário de estado/DF  
Território, de prefeitura de capital,  
Chefe de missão diplomática
2. Licenciado pela casa por motivo de **doença** ou para tratar de **assunto particular** (sem remuneração) e até **120 dias** por sessão legislativa

## IMUNIDADE DOS DEPUTADOS ESTADUAIS (e distritais)

- A eles aplicam-se as regras da CF/88:
- Têm imunidade material e formal

## IMUNIDADE DOS VEREADORES

- **Não** têm imunidade formal (processual)
- Têm imunidade material na circunscrição do município

**PODER LEGISLATIVO**  
= ESTATUTO DOS CONGRESSISTAS =

# fiscalização



## ASPECTOS GERAIS

### CONTROLE INTERNO

- No âmbito de **cada poder**
- Deve **apoiar** o controle externo
- Ao tomar conhecimento de qualquer **irregularidade ou ilegalidade**, deve cientificar o **TCU**

### CONTROLE EXTERNO

- Por órgão que **não** integra o poder sendo fiscalizado
- Pelo poder **legislativo** (pode haver participação popular)

## FISCALIZAÇÃO (C.O.P.O)

- Fiscalização **contábil, orçamentária, patrimonial e operacional**
- Pelo **Congresso Nacional**, com auxílio do **TCU** (Assembleia Legislativa) (TCE)
- Objeto:
  - Legalidade
  - Aplicação de subvenções
  - Renúncia de receitas
  - Legitimidade
  - Economicidade

## TRIBUNAIS DE CONTAS

Auxiliam o Poder Legislativo

- Órgão **independentes** e **autônomos** sem subordinação hierárquica a qualquer dos poderes
- Sua atuação alcança **toda** a administração pública (direta e indireta) de todos os **poderes**

**SÚMULA 347 (STF):** "Os TCs, no exercício de suas atribuições, podem apreciar a constitucionalidade de leis e atos do poder público" **⚠ SUPERADA!**

Em 2021, o Plenário Virtual do STF consolidou o entendimento de que os **TCs não podem realizar o controle de constitucionalidade com efeitos abstratos e vinculantes** das normas e a súmula 347 foi tecnicamente afastada.

- **Não** têm função jurisdicional

## TCU

- = 9 ministros

têm prerrogativas, vencimentos, impedimentos e vantagens dos ministros do STJ

Escolha dos membros: { 1/3 → Presidente da República  
2/3 → Congresso Nacional

## REQUISITOS

1. Entre **35** e **70** anos **⚡-NOVIDADE!** (EC.122/22)
2. Notável saber jurídico, contábil, econômico, financeiro ou de administração pública
3. Reputação ilibada e idoneidade moral
4. **> 10 anos** de exercício de função ou atividade profissional relacionada

- Decisões de que resultem **título executivo** { Débito ou Multa } terão eficácia de **título executivo**
- Relatório de atividades → trimestral e anual

# fiscalização

## = TRIBUNAIS DE CONTAS =

### TCU

#### PRINCIPAIS COMPETÊNCIAS

- Apreciar as contas anuais do Presidente da República (via parecer prévio)
- Julgar contas dos administradores e demais responsáveis de bens/valores públicos
- Apreciar (para registro) legalidade de:
  - Admissão de pessoal (salvo em comissão)
  - Concessões de aposentadorias, reformas e pensões
- Fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela união (convênio, acordo...)
- Sustar execução de ato impugnado, se a entidade não tomar as providências
  - No caso de contrato → a sustação será feita pelo Congresso Nacional

### TCEs

- Obedecem no que couber às regras do TCU
- Membros = 7 conselheiros
  - Escolha dos membros { 1/3 → poder executivo  
2/3 → poder legislativo
- Responsáveis pelo controle externo da administração pública estadual
- **FISCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS:** pelo poder legislativo municipal + sistemas de controle interno do poder executivo municipal
  - Com auxílio de:
    - TCE
    - Tribunais de contas dos(s) município(s)
    - Conselhos dos municípios
  - onde houver

### TCMs

- É vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou Órgãos de contas municipais
  - Atualmente, existem o TCM-SP e TCM-RJ (existiam antes da CF/88)
- Pode-se criar órgão estadual com competência sobre todos os municípios: TCM-GO, TCM-BA e TCM-PA

## ASPECTOS GERAIS

- **Função típica** → judicial (ou **jurisdicional**)  
Características:
  1. Secundária: primeiro resolver entre as partes
  2. Instrumental: é instrumento do direito
  3. Desinteressada: age conforme o direito
  4. Provocada: não age de ofício
- **Função atípica** → legislativa e administrativa  
Edição de seus regimentos internos → Licitações, concursos, contratos
- Brasil adota o sistema inglês de jurisdição  
Só o Judiciário faz **coisa julgada material**  
= inafastabilidade de jurisdição

## PODER JUDICIÁRIO

### JUSTIÇA COMUM

- Justiça Estadual (TJs e Juízes de Direito)
- Justiça Federal (TRFs e Juízes Federais)

### JUSTIÇA ESPECIAL

- Justiça do trabalho
  - Justiça militar
  - Justiça eleitoral
- Dentro os tribunais superiores, só o **STJ** não integra nenhuma justiça

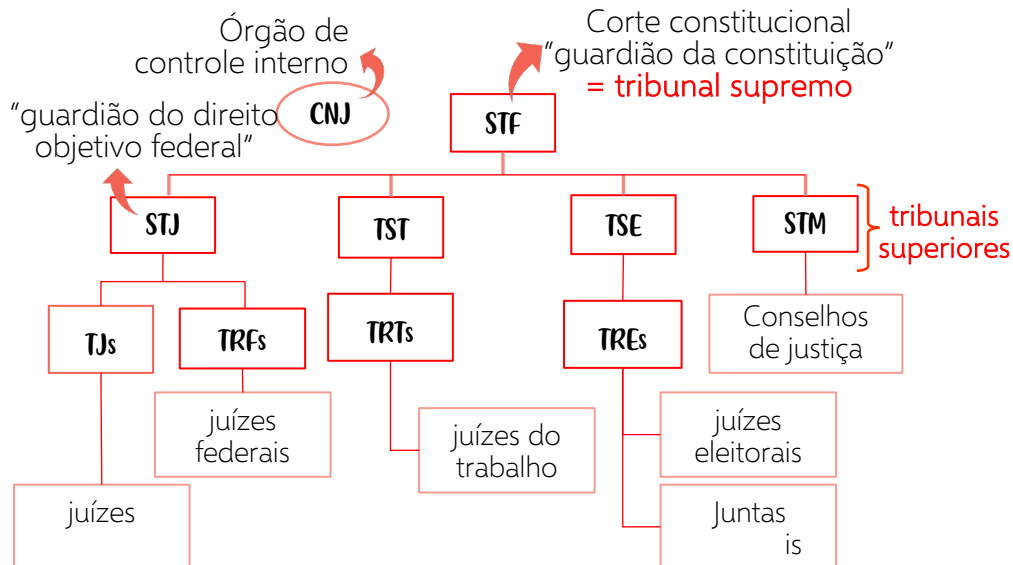
### JUIZADO ESPECIAL

- Juízes togados ou togados e leigos
- **Causas:**
  - Cíveis: de menor complexidade
  - Penais: de menor potencial ofensivo
- **Procedimentos:** oral e sumaríssimo
- **Permitidos:**
  - Transação
  - Recursos por turmas de juízes de 1º grau

### JUSTIÇA DE PAZ

- para { celebrar casamentos  
verificar a habilitação  
conciliações não jurisdicionais
- Por cidadãos eleitos (ainda não houve eleição)  
para mandato de 4 anos

## ESTRUTURAS





## GARANTIAS FUNCIONAIS

- Visam garantir {independência  
imparcialidade} dos

membros do judiciário

Elencadas no art. 95, CF/88

## VITALICIEDADE

- O magistrado só pode ser exonerado por **sentença judicial transitada em julgado**
- Aquisição:
  - Para juízes do primeiro grau: Após **2 anos** de exercício  
(nesse período, pode perder por deliberação do tribunal)
  - Para os que não entram no primeiro grau: desde a **posse**  
(exs.: nomeados pelo "quinto constitucional", como ministro do STF...)

## IRREDUTIBILIDADE DO SUBSÍDIO

- Proteção contra qualquer retaliação dos poderes executivo e legislativo
- Limita-se ao valor **nominal**  
(não há proteção ao valor real)

## INAMOVIBILIDADE

- Impede que o juiz seja **removido**, salvo por interesse público  
(relacionado ao princípio do juiz natural)
- Também pode: { A pedido  
Por promoção (pode recusar)
- É adquirida desde a **posse**  
(não há prazo para aquisição)

↪ Não é absoluto!

**PODER JUDICIÁRIO**  
= GARANTIAS=

## GARANTIAS INSTITUCIONAIS

### AUTONOMIA

#### 1. Organizacional e administrativa

- Têm ampla competência em matéria administrativa (prover cargos, conceder licenças...)
- Podem propor ao legislativo: (dentre outros)
  - Alterações no número de membros dos tribunais inferiores
  - Criação/extinção de cargos e de tribunais inferiores
  - Alteração da organização e divisão judiciárias
  - Fixação do subsídio de seus membros

#### 2. Financeira

- Os tribunais elaboram suas próprias propostas orçamentárias  
devem estar dentro dos limites da LDO, ou o chefe do executivo procederá aos ajustes necessários

# PODER JUDICIÁRIO

## VEDAÇÕES AOS MAGISTRADOS || (art. 95)

- Fundamentadas na **ética** → manter a confiança na função jurisdicional
- Aos juízes é vedado:
  - Exercer outro cargo/função
    - Salvo uma de magistério
    - Ainda que em disponibilidade
  - Receber custas/**participação em processos**
  - Dedicar-se à **atividade político partidária**  
(deverá afastar-se definitivamente)
  - Receber auxílio** ou contribuição de
    - peças físicas ou
    - entidades públicas/privadas
 ressalvadas exceções em **lei**
  - Exercer a advocacia** no { juízo / Tribunal } do qual se afastou antes de **3 anos** do afastamento  
(aposentadoria ou exoneração)

## ESTATUTO DA MAGISTRATURA

- Deve ser estabelecido por **lei complementar**  
 Ainda **não** editada →  
 Atualmente é a LC 35/79
- Deve obedecer os **princípios** do art. 93 (CF/88)

## ESTATUTO DA MAGISTRATURA ||

### INGRESSO NA CARREIRA

- Concurso** público de provas e títulos  
 → Participação da **OAB** em todas as fases  
 → Exige-se: { Bacharelado em **direito**  
**3 anos** de atividade jurídica

### PROMOÇÃO

- De entrância para entrância
- Por **antiguidade** e **merecimento**  
 (alternadamente)  
 → Será **obrigatória** para o juiz que figurar em lista de merecimento { 3x seguidas ou 5x alternadas
- O tribunal só pode recusar o mais antigo pelo voto fundamentado de **2/3** dos membros
- Não será promovido o juiz que **retiver autos** em seu poder além do prazo legal  
 → E não pode devolvê-los sem o devido despacho/decisão
- Acesso ao tribunal de 2º grau:  
 Promoção por **antiguidade** e **merecimento**  
 (alternadamente)  
 apurados na **última/única** entrância

## ESTRUTURA REMUNERATÓRIA

- Em **subsídio** → parcela única (vedado acréscimo de gratificação, abono...)

STF

Teto remuneratório (100%)

TRIBUNAIS SUPERIORES

95% do subsídio do STF

DEMAIS MAGISTRADOS

Até 95% do subsídio dos trib. superiores

Fixado em lei e **escalonados** (diferença entre classes de **5% a 10%**)

- É inconstitucional estabelecer limites **diferentes** ao judiciário federal e estadual (STF)

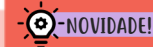
## JULGAMENTOS

- Serão todos **públicos** e suas decisões **fundamentadas**  
A lei pode limitar a presença a { partes advogados para preservação da intimidade do interessado e o sigilo não prejudique o interesse público
- Decisões **administrativas** serão motivadas e em sessão pública  
Decisões disciplinares = Por maioria absoluta dos membros

**PODER JUDICIÁRIO**  
= ESTATUTO DA MAGISTRATURA =

## REMOÇÃO E DISPONIBILIDADE

- São **sanções** aplicadas aos magistrados
- Decisão por voto de **maioria absoluta** do respectivo **tribunal** ou do **CNJ** (assegurada ampla defesa)
- Há remoção a pedido e permuta (regras da promoção)



**-NOVIDADE!**  
A reforma da previdência **retirou** da CF/88 a previsão da **aposentadoria compulsória** como **punição**

## ININTERRUPTABILIDADE DE JURISDIÇÃO

- Atividade jurisdicional é ininterrupta
- = vedadas férias coletivas nos { juízos tribunais de segundo grau
- Em dias em que **não** houver expediente forense, haverá juízes em **plantão** permanente

### CF/88 DETERMINA QUE:

- Número de juízes → proporcional a Demanda judicial e população
- Distribuição de processos é imediata
- Servidores poderão praticar atos de { Administração (sem caráter decisório) Mero expediente

## QUINTO CONSTITUCIONAL

- TRF's e TJs → 1/5 das vagas serão de membros
  - Da advocacia → Notório saber jurídico e reputação ilibada + 10 anos de atividade profissional
  - Do MP → Mais de 10 anos de carreira
- Os órgãos de representação do MP/advocacia farão **lista sêxtupla** e tribunal faz um **lista tríplice** → Enviada ao executivo → Escolhe um em 20 dias

### OBSERVAÇÕES:

- Também se aplica a { TST  
TRT
- Não se aplica a
  - STF
  - STM
  - TSE } Só há representantes da
  - TRE } advocacia (MP não)
- Divergência sobre o STJ: nele, 1/3 dos membros são da advocacia ou MP

*PODER*  
*JUDICIÁRIO*  
= ESTATUTO DA  
MAGISTRATURA =

## ÓRGÃO ESPECIAL

- Exerce atribuições { administrativas  
jurisdicionais
- Delegadas pelo pleno
- Em tribunais com mais de 25 julgadores
- Entre 11 e 25 membros
  - Metade das vagas: antiguidade
  - Metade das vagas: eleição pelo pleno

### ⚙️-NOVIDADE! EC 130/23

- Também deverão **respeitar o quinto**:
  - remoção a pedido** de magistrados de comarca de igual entrância
  - a **permuta de magistrados** de comarca de igual entrância e do mesmo segmento de **justiça** (inclusive entre os juízes de segundo grau) vinculados a **diferentes tribunais estaduais**, federais ou do trabalho!
- a EC 130 passou a permitir a permuta entre juízes de diferentes TJs!

## OUTROS PRINCÍPIOS IMPORTANTES

- Aposentadoria e pensão pelos RPPS
- O juiz titular deve residir na respectiva comarca (salvo autorização do tribunal)

## ASPECTOS GERAIS

- Criado pela EC nº 45/2004  
(declarada constitucional pelo STF)
- Finalidade** → controle:
  - Da atuação { Administrativa Financeira do Judiciário
  - Do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes



É o órgão de controle interno do judiciário (órgão administrativo)

Não exerce função jurisdicional

## ATUAÇÃO

- O P. Judiciário é { Nacional Uno → o CNJ } não há poder judiciário municipal
- controla sua atuação em nível { Nacional e estadual
- sem qualquer violação ao pacto federativo
- É **inconstitucional** a criação de órgão de controle administrativo do judiciário por Constituição **estadual**

# PODER JUDICIÁRIO

## CONSELHO NACIONAL = DA JUSTIÇA (CNJ) =

## COMPOSIÇÃO

(15 membros)

(mandato de 2 anos + uma recondução)

1. Presidente do STF
  2. 1 ministro do STJ { Indicado pelo respectivo tribunal }
  3. 1 ministro do TST { Indicado pelo respectivo tribunal }
  4. 1 desembargador de TJ }
  5. 1 juiz estadual { Indicado pelo STF }
  6. 1 juiz de TRF }
  7. 1 juiz federal { Indicado pelo STJ }
  8. 1 juiz de TRT }
  9. 1 juiz do trabalho { Indicado pelo TST }
  10. 1 membro de MPU (indicado pelo PGR )
  11. 1 membro do MPE (indicado pelo PGR )
  12. 2 advogados { Indicados pelo conselho federal da OAB }
  13. 2 cidadãos { 1 indicado pelo Senado e 1 pela Câmara dos Deputados }
- De notável saber jurídico e reputação ilibada

- Presidente do CNJ = presidente do STF
- Ausências e impedimentos** = vice-presidente do STF

2 a 13 são nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado

PGR e presidente do conselho federal da OAB oficiam junto ao CNJ (não são membros)

# PODER JUDICIÁRIO

## CONSELHO NACIONAL = DA JUSTIÇA (CNJ) =



### MINISTRO-CORREGEDOR

- Exercida pelo ministro do STJ
- Fica excluído da distribuição de processos

### COMPETÊNCIAS

- Receber reclamações/denúncias relativas a { Magistrados  
Serviços judiciários
- Funções executivas do conselho (inspeção e correição geral)
- Requisitar/designar magistrados e servidores

### JULGAMENTOS DOS MEMBROS

- Crimes de responsabilidade:** pelo Senado Federal
- Crimes comuns:**
  - Não há previsão de foro especial! Cada membro será julgado conforme sua origem (STF, STJ...) pelo tribunal correspondente



### COMPETÊNCIAS (rol não exaustivo)

- Zelar pela autonomia do judiciário e pelo cumprimento do estatuto da magistratura
  - Tem poder **regulamentar** (edita normas primárias)
- Apreciar (de ofício ou por provocação) a **legalidade dos atos** administrativos dos membros do judiciário
  - CNJ pode { desconstruí-los  
revê-los  
fixar prazo para adequação
  - (não pode fazer controle de constitucionalidade dos atos!)
  - IMPORTANTE!** O CNJ não pode examinar os atos de natureza jurisdicional!
- Receber reclamações contra membros do poder judiciário
  - Pode { Avocar processos disciplinares em curso  
Determinar { Remoção  
Disponibilidade  
Aplicar outras sanções administrativas
- Representar ao MP: { Crime contra a adm. pública  
Abuso de autoridade
- Rever (de ofício ou por provocação) processos disciplinares de juízes/membros de tribunal julgados há **menos de 1 ano (poder revisional)**
- Elaborar relatórios
  - Semestrais: processos e sentenças por unidade da federação.
  - Anuais: providências sobre situação do judiciário



## ASPECTOS GERAIS

- = Supremo Tribunal Federal
- É o guardião da **Constituição Federal**  
(= órgão máximo do poder judiciário)
- Composto por:
 

2 turmas

+

Plenário

Competências idênticas
- O **presidente do STF** não ocupa nenhuma das turmas
 

↪

Eleito por seus pares  
(mandato de 2 anos)

STF

## COMPETÊNCIAS

- São **taxativamente** previstas no CF/88
- Tipos:
  - **Ordinárias**: ajuizadas diretamente no STF  
(sem passar por outras instâncias do judiciário)
  - **Recursais**: chegam ao STF em razão de um recurso de uma decisão de outro órgão do judiciário (competência originária de outro tribunal)
 

↪

Pode ser recurso { ordinário  
extraordinário

## MEMBROS



- São **11 ministros** = "Somos um Time de Futebol" (11 jogadores)
 

↪

Requisitos:
 
  1. Entre **35** e **70** anos - **NOVIDADE!** (EC.122/22)
  2. Notável saber jurídico
  3. Reputação ilibada
  4. Brasileiro **nato**
  5. Estar em pleno gozo dos direitos políticos

- Nomeação :

**Maioria absoluta**

Indicação pelo  
Presidente da  
República

Aprovação  
pelo Senado  
Federal  
("sabatina")

Nomeação pelo  
Presidente da  
República

## COMPETÊNCIAS RECURSAIS

### RECURSOS ORDINÁRIOS

1. *Habeas corpus*  
*Habeas data*  
Mandado de segurança  
Mandado de injunção
 

}

Decididos em **única instância** pelos **tribunais superiores**

↪

Se denegatória a decisão
2. Crime político  
(competência originária dos juízes federais)

## COMPETÊNCIAS RECURSAIS

### RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS

- = Controle difuso de constitucionalidade
- Hipóteses:
  - Causas julgadas em { única ou última instância quando a **decisão recorrida**:
    1. Contrariar dispositivo da **CF/88**
    2. Declarar a **inconstitucionalidade de tratado** ou **lei federal**
    3. Julgar válida **lei ou ato** de governo local contestado em face do **CF/88**
    4. Julgar válida lei local contestada em face de **lei federal**  
(= conflito constitucional de competências)

#### DICA!

Todas essas hipóteses são relacionadas a uma controvérsia constitucional.

STF

- Requisitos:
  1. Decisão prolatada em { Única ou Última instância
  2. Prequestionamento (a matéria constitucional já deve ter sido questionada no órgão no órgão de origem)
  3. Repercussão geral (a matéria é significativa social, econômica, política ou juridicamente)
    - só pode ser **recusada** pela manifestação de 2/3 de seus membros

## COMPETÊNCIAS ORIGINÁRIAS

- = processar e julgar, originariamente

1. A.D.I. de { Lei ou Ato normativo } **federal** ou **estadual**

A.D.C. de { Lei ou Ato normativo } **federal** (estadual, não!)

2. **Autoridades** em crimes { Comuns De responsabilidade: não há foro especial em ação popular } **PEGADINHA!**

## COMPETÊNCIA PARA JULGAR

AUTORIDADE	CRIME COMUM	CRIME DE RESPONSABILIDADE
Presidente/vice da república + Ministros do STF + P.G.R. + A.G.U.	STF	Senado Federal
+ Ministros de estado comandantes do exército, marinha e aeronáutica	STF	STF (regra geral) ou Senado Federal (conexo com o do presidente)
Membros do CNJ ou CNMP		Senado Federal
Ministros dos tribunais superiores + Ministro do TCU + Chefes da missão diplomática	STF	STF
Deputados federais + senadores	STF	- (Não praticam crime de responsabilidade)



Como os Senadores não precisam ser formados em Direito, não faria sentido eles julgarem alguém por Crime Comum!

STF

= COMPETÊNCIAS ORIGINÁRIAS =



- Habeas corpus** que tenham como **pacientes** as autoridades julgadas pelo STF (tabela anterior)
- Habeas corpus** que tenham como:
  - Coator → tribunal superior ou
  - Coator ou paciente → autoridade ou funcionário cujos atos estejam diretamente sujeitos à jurisdição do **STF** ou
  - Crime sujeito à jurisdição do STF em única instância
- Mandado de segurança + **habeas data** contra atos de:
  - Presidente da República
  - Mesas da Câmara/Senado
  - TCU
  - PGR
  - STF



- Mandado de segurança + **habeas data** contra atos de um **tribunal** → julgados pelo **próprio tribunal**
- Habeas corpus** contra atos de um tribunal → impetrados na **instância** imediatamente **acima**

STF

= COMPETÊNCIAS ORIGINÁRIAS =

## COMPETÊNCIAS ORIGINÁRIAS

- = **processar** e **julgar**, originariamente

6. Litígio entre:

Estado estrangeiro ou  
organismo internacional

X

União, estado/DF ou  
território federais

municípios não!!

PEGADINHA!

7. Causas e conflitos entre:

União X Estados/DF

Estados/DF X Estados/DF

Inclusive as respectivas entidades  
da **administração indireta**

- Conflitos envolvendo **municípios** = Justiça Federal

- Jurisprudência (STF):  
Estado x autarquia federal, só se houver  
risco à hierarquia do pacto federativo

8. Extradicação solicitada por estado  
estrangeiro (extradição passiva)

9. Revisão criminal } de seus julgados  
+ ação rescisória }

10. Reclamações  
(para preservação de sua competência  
+ garantia da autoridade de suas decisões)

11. Execução de sentenças nas causas de sua  
competência originária

Facultada delegação de atribuições  
para prática de atos processuais

12. Ação em que **todos os membros** da

magistratura sejam interessados { direta ou  
Indiretamente

13. Ação em que **mais da metade** dos **membros**

do tribunal de origem estejam impedidos ou  
sejam { direta ou interessados  
Indiretamente

14. Conflitos de competências entre:

STJ	↔	Quaisquer tribunais
Tribunal superior	↔	Quaisquer tribunais
Tribunal superior	↔	Tribunal superior

ATENÇÃO!

Por vezes **não há conflito de competência**,  
mas **hierarquia de jurisdição**

Ex.: conflitos ente: STJ ↔ TRF  
TST ↔ TRT

STF

= COMPETÊNCIAS ORIGINÁRIAS =

## COMPETÊNCIAS ORIGINÁRIAS

- = **processar** e **julgar**, originariamente

15. Pedido de **medida cautelar** em A.D.I

16. **Mandado de injunção** → se elaboração da norma for atribuição de:

- Presidente da República
  - Congresso nacional
  - Câmara dos Deputados
  - Senado Federal
  - T.C.U.
  - Um dos tribunais superiores
  - S.T.F.
- } Ou suas mesas

17. Ações contra { CNJ ou CNMP  
incluir questões **mandamentais** (tipicamente constitucionais) e também **ações ordinárias**

{ Mandado de segurança,  
Mandado de injunção,  
*Habeas Corpus*  
*Habeas Data*

**ATENÇÃO!**

Não cabe ao STF o controle de **deliberações negativas** do CNJ (aquelas que mantêm decisões de outros órgãos)

## ASPECTOS GERAIS

- = Superior Tribunal de Justiça
- É o guardião do **direito federal**
  - ↳ Busca uniformizar a interpretação da legislação federal
- É órgão de **convergência** e **superposição**

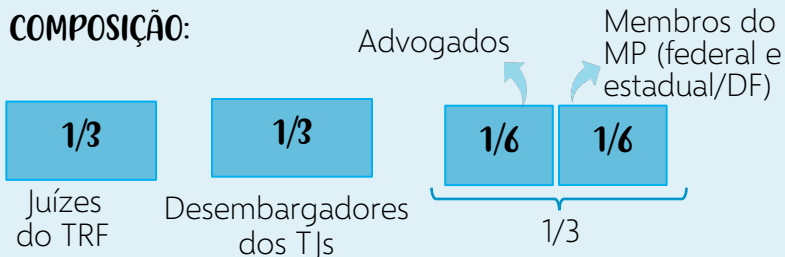
## COMPETÊNCIAS

- Tipos:
  - **Originárias**: ajuizadas diretamente no **STJ** (sem passar por outras instâncias do judiciário)
  - **Recursais**: chegam ao **STJ** em razão de um recurso de uma decisão de outro órgão do judiciário (competência originária de outro tribunal)
    - ↳ Pode ser recurso
      - { Ordinário
      - { Especial → **Não confunda com o extraordinário (do STF)**
- PEGADINHA!**

## MEMBROS

- Tem no mínimo **33 ministros**
  - = Somos Todos Jesus (faleceu aos 33 anos)
- Requisitos:
  1. Entre **35** e **70** anos **💡NOVIDADE!** (EC.122/22)
  2. Notável saber jurídico
  3. Reputação ilibada
  4. Brasileiro (nato ou naturalizado)
  5. Estar em pleno gozo dos direitos políticos

### COMPOSIÇÃO:



**STJ**

## NOMEAÇÃO

**STJ** elabora **lista tríplice** com indicadores dos **TRFs** e **TJs**

**OAB** e o **MP** elaboram **lista sêxtupla**, enviam ao **STJ**, que elabora **lista tríplice**

Presidente da República seleciona um nome

**Maioria absoluta**

Nomeação pelo Presidente da República

Aprovação pelo Senado Federal ("sabatina")



STJ

= COMPETÊNCIAS ORIGINÁRIAS =

## COMPETÊNCIAS ORIGINÁRIAS

- = processar e julgar, originariamente
- Mandado de segurança + *habeas data* contra atos de:
    - Ministros de estado
    - Comandantes do { Exército  
Marinha e  
Aeronáutica
    - Do próprio tribunal
  - Autoridades em crimes { comuns  
de responsabilidade:

## COMPETÊNCIA PARA JULGAR

AUTORIDADE	CRIME COMUM	CRIME DE RESPONSABILIDADE
Governador	STJ	Tribunal especial
Desembargadores dos TJs	STJ	STJ
Membros dos TCEs e TCMs	STJ	STJ
Membro dos TRFs + TREs + TRTs	STJ	STJ
Membros do MPU que oficiem junto a tribunais	STJ	STJ

### 3. Conflitos de competência entre:

- Quaisquer tribunais (exceto casos sujeitos ao STF)
- Tribunal ↔ Juiz vinculado a outro tribunal
- Juiz vinculado a um tribunal ↔ Juiz vinculado a outro tribunal

### 4. Revisão criminal + ação rescisória } de seus julgados

### 5. Habeas corpus que tenham como as autoridades julgados pelo STJ (tabela anterior) { Coator ou Paciente

- ou coator = {
- Tribunal sujeito à sua jurisdição
  - Ministros de estado
  - Comandantes do { Exército  
Marinha e  
Aeronáutica

Ressalvada a competência da justiça eleitoral

STJ

= COMPETÊNCIAS ORIGINÁRIAS =

## COMPETÊNCIAS ORIGINÁRIAS

= processar e julgar, originariamente

6. Conflitos de atribuições entre:

Autoridades administrativas da união ↔ Autoridades judiciárias da união

Autoridades administrativas de um estado/DF ↔ Autoridades judiciárias de outro

Autoridades judiciárias de um estado/DF ↔ Autoridades administrativas da união

7. Mandado de injunção, se elaboração da norma for atribuição de

- Órgão
  - Entidade
  - Autoridade
- Federal da administração direta ou indireta

Exceto casos sujeitos a { STF Justiça { Eleitoral Militar Do Trabalho Federal

8. Reclamações (para preservação de sua competência + garantia da autoridade de suas decisões)



9. Homologação de sentenças estrangeiras (para que ela tenha validade no Brasil)

+ Concessão de exequatur às cartas rogatórias

Instrumentos que viabilizam a cooperação judiciária internacional

só pode ser executada no Brasil após a concessão de exequatur pelo STJ

## RECURSOS ORDINÁRIOS

1. Causas em que forem **partes**:

Estado estrangeiro ou organismo internacional

X

Município ou pessoa { residente no país domiciliada

(julgados por juízes federais com recurso direto ao STJ)

2. *Habeas Corpus* decididos em **única** ou **última instância** pelos TRFs ou TJs (se denegatória a decisão)
3. Mandado de segurança decididos em **única instância** pelos TRFs ou TJs (se denegatória a decisão)

## DESLOCAMENTO DE COMPETÊNCIAS

- = Federalização de graves violações de direitos humanos
- **Desloca** processos ou inquéritos: (Em qualquer fase)
  - Âmbito estadual → Âmbito federal
- Para assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de **tratados internacionais de direitos humanos**
  - **Titular** = Procurador-geral da ação da república
  - Apresentada no **STJ**

## RECURSOS ESPECIAIS

- **Hipóteses:**
- Causas julgadas em { Única Última instância pelos { TRFs TJs

quando a **decisão recorrida**:

1. Contrariar **tratado** ou **lei federal**, ou negar-lhe a vigência
2. Julgar válido **ato** de governo local contestado em face de **lei federal**
3. Der a **lei federal interpretação divergente** da que lhe haja atribuído outro tribunal

Só **ato**!  
Se for **lei local**, a competência é do STF  
**PEGADINHA!**

💡 **NOVIDADE!** (EC.125/22)

- o recorrente deve demonstrar a **relevância das questões** de direito federal infraconstitucional discutidas no caso
  - haverá relevância no caso de:
    - ações penais;
    - ações de improbidade administrativa;
    - ações cujo valor da causa ultrapasse 500 salários mínimos;
    - ações que possam gerar inelegibilidade;
    - hipóteses em que o acórdão recorrido contrariar jurisprudência dominante do STJ
    - outras hipóteses previstas em lei.
- o Tribunal pode **não conhecer** do recurso com base na falta de relevância pela **manifestação de 2/3 dos membros do órgão** competente para o julgamento.

📣 **IMPORTANTE!**

A apresentação de recurso especial ao STJ **independe** de "repercussão geral" (é só para o recurso extraordinário no STF)

STJ

## ÓRGÃOS

Tribunais Regionais Federais (TRFs)

Segundo grau

Juízes Federais

Primeiro grau

## TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS

- Podem funcionar **descentralizadamente** (câmaras regionais)
  - Facilitar o acesso ao judiciário
- Instalação **justiça itinerante**
  - Servindo-se de equipamentos { Públicos Comunitários
  - Garantir o acesso a pessoas que moram afastadas dos grandes centros
- Composição:
  - No mínimo **7 juízes** Nomeados pelo Presidente da República
  - (brasileiros de 30 a 70 anos) **NOVIDADE!** (EC.122/22)
- 1/5 : Advogados (≥ 10 anos de atividade profissional)  
Membros do MP (≥ 10 anos de carreira)
- 4/5 : Promoção { Por antiguidade ou merecimento (alternadamente) de juízes federais (≥ 5 anos de exercício)

## TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS

### COMPETÊNCIAS MAIS RELEVANTES

- Competência **originária**:
- Processar e julgar:
  - Juízes federais e membros do MPU nos crimes { comuns e de responsabilidade
    - Ressalvada competência da justiça eleitoral
  - Revisões criminais e ações rescisórias** { De seus julgados ou dos juízes federais da região
  - Mandados de segurança e habeas data** contra ato { do próprio tribunal de juiz federal
  - Habeas corpus** → Autoridade coatora = Juiz federal
  - Conflitos de competência** entre juízes federais vinculados ao tribunal
- Competência **recursal**: causas decididas pelos:
  - Juízes federais
  - Juízes estaduais no exercício da competência federal

justiça  
federal

# JUSTIÇA FEDERAL

= JUÍZES FEDERAIS =

## JUÍZES FEDERAIS

- Cada estado/DF = seção judiciária
  - Sede = capital
  - Varas conforme a lei
- Territórios federais = suas atribuições cabem aos juízes locais (na forma da lei)

## COMPETÊNCIAS MAIS RELEVANTES (Taxativamente definidas na CF/88)

- Processar e julgar:
  1. Causas em que a { União  
Entidade autárquica ou  
Empresa pública federal  
for interessada  
↳ Autora, ré, assistente ou oponente
  2. Causas entre:
 

Estado estrangeiro ou organismo internacional → Município ou pessoa domiciliada/residente no país
  3. Crimes políticos
  4. Habeas corpus { Matéria criminal de sua competência  
Constrangimento por autoridade não sujeita a outra jurisdição
  5. Mandado de segurança/habeas data contra ato de autoridade federal (salvo competências dos tribunais)

## OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- Causas em que a união for autora: = aforadas na seção de domicílio da outra parte
- Causas intentadas contra a União:
  - Podem ser aforadas:
    1. Na seção em que domiciliado o autor
    2. Na seção em que houver ocorrido o ato/fato
    3. Na seção em que situada a coisa
    4. No Distrito Federal
- Serão julgados na justiça estadual, as causas entre:
 

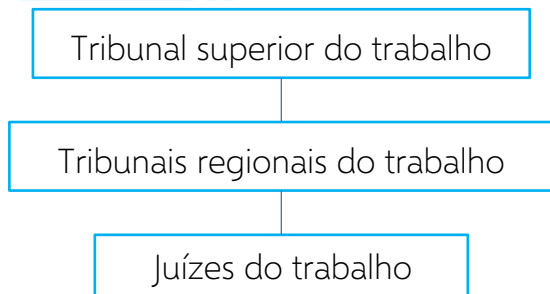
Segurados e beneficiários → Previdência social

 ↳ no domicílio destes quando a comarca não for sede de vara da Justiça Federal

Se houver grave violação dos direitos humanos, o PGR pode suscitar perante o STJ o deslocamento de competência para a Justiça Federal

↳ para assegurar o cumprimento de obrigações de tratados internacionais de direitos humanos

## ÓRGÃOS



# JUSTIÇA DO TRABALHO

## TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO

- Composição: 7 juízes entre 30 e 70 anos **NOVIDADE!**
  - 1/5 : Advogados (≥ 10 anos de atividade profissional)  
Membros do MPT (≥ 10 anos de carreira)
  - 4/5 : Promoção { Por antiguidade ou merecimento (alternadamente) de juízes do trabalho
- Podem funcionar **descentralizadamente**  
Facilita o acesso ao judiciário
- Instalarão **justiça itinerante**  
Servindo-se de equipamentos { Públicos Comunitários
- Garantir o acesso a pessoas que moram afastadas dos grandes centros

## TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

- Composição: 27 ministros ("Trinta sem Três" = 30 - 3 = 27) entre 35 e 70 anos **NOVIDADE!**
  - 1/5 : Advogados (≥ 10 anos de atividade profissional)  
Membros do MPT (≥ 10 anos de carreira)
  - 4/5 : Juízes dos TRTs indicados pelo TST
- Funcionam junto ao TST:
  - Escola nacional de formação e aperfeiçoamento de magistrados do trabalho
  - Conselho superior da justiça do trabalho

**COMPETE AO TST:** processar e julgar, originariamente, a reclamação para { preservar sua competência e garantir a autoridade de suas decisões

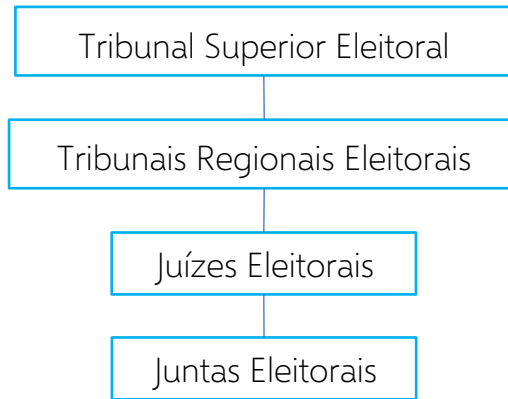
## COMPETÊNCIAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO

### PROCESSAR E JULGAR

- Ações oriundas das relações de trabalho
  - Ações sobre representação sindical
  - Mandados de segurança, *habeas corpus*, *habeas data* com ato relacionado à sua jurisdição
  - Ações que envolvam o exercício de greve
  - Ações relativas a penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização
  - Controvérsias relacionadas às **relações de trabalho**
- IMPORTANTE!** A justiça do trabalho **não alcança**:
- Ações entre o poder público e servidores públicos estatutários
  - Ações fundadas em relações de consumo



## ÓRGÃOS



## TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS

### COMPOSIÇÃO:

- Mediante eleição (voto secreto)
  - 2 juizes: dentre desembargadores do TJ
  - 2 juizes: dentre juizes de direito, escolhidos pelo TJ
- Escolhido pelo TRF:
  - 1 juiz do TRF com sede na capital do estado/DF
- Nomeação do Presidente da República
  - 2 juizes: dentre 6 advogados indicados pelo TJ (notável saber jurídico + idoneidade moral)
  - Eleição de presidente + vice presidente: dentre os desembargadores



Das decisões dos TRE's só **cabe recurso** quando:

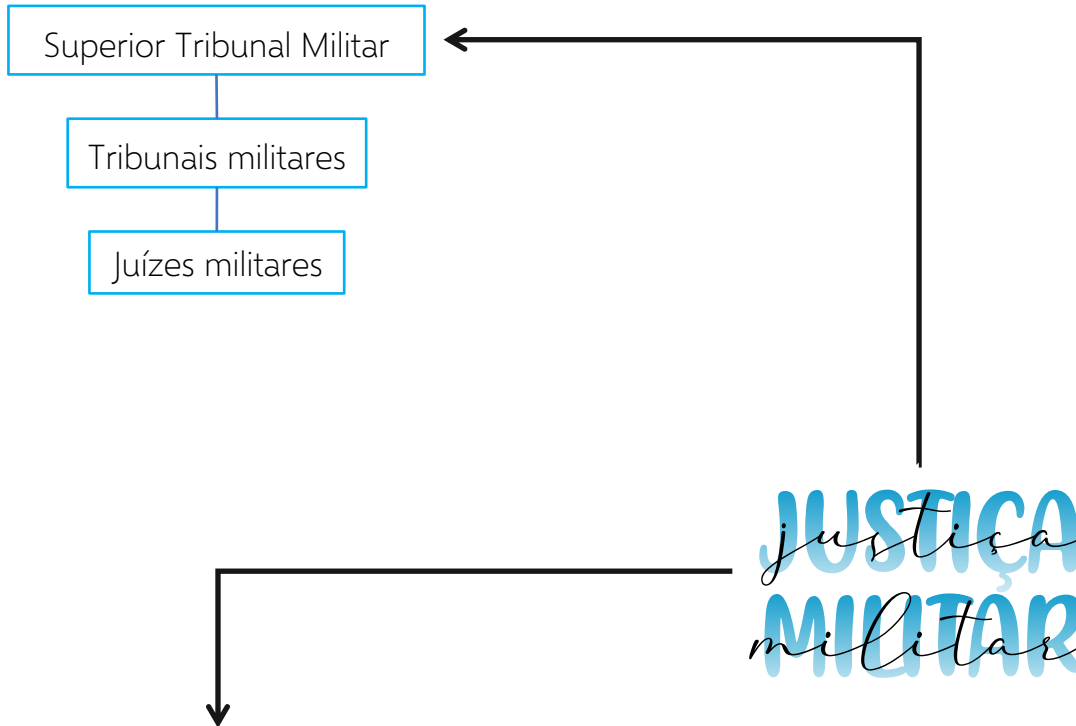
- Contrárias a disposições expressas da Constituição ou de lei
- Houver divergência entre 2 ou mais tribunais eleitorais na interpretação da lei
- Versarem sobre inelegibilidades ou expedição de diplomas de eleições federais/estaduais
- Anularem diplomas ou decretarem a perda de mandatos eletivos federais/estaduais
- Denegarem
  - Habeas corpus
  - Habeas data
  - Mandado de segurança
  - Mandado de injunção

## TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

- Composição:** no mínimo 7 membros (TSE: "SET" = Sete)
  - Mediante eleição (voto secreto)
    - 3 juizes: dentro ministros do STF
    - 2 juizes dentre ministros do STJ
  - Nomeação do Presidente da República
    - 2 juizes: dentre 6 advogados indicados pelo STF (notável saber jurídico + idoneidade moral)
  - Eleição de:
    - Presidente + vice presidente: dentre ministros do STF
    - Corregedor eleitoral: dentre ministros do STJ

justiça  
eleitoral

## ÓRGÃOS



## COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR

- Processar e julgar os crimes militares definidos em lei  
→ No Código Penal Militar

A lei disporá sobre  
da justiça militar

{ Organização  
Funcionamento  
Competência

## SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

- Composição: 15 ministros vitalícios,  
→ Nomeados pelo Presidente da República  
após aprovação do Senado Federal → entre 35 e 70 anos  
💡-NOVIDADE! (EC.122/22)

Sendo:

- 3 dentre oficiais-generais da marinha
- 4 dentre oficiais-generais do exército
- 3 dentre oficiais-generais da aeronáutica
- 5 dentro civis { 3 dentre advogados  
2 dentre juizes auditores e  
membros do MP da justiça militar

## ASPECTOS GERAIS

- CF/88: compete aos estados a organização de sua justiça
- **Lei de organização administrativa** é de iniciativa do TJ
- Podem funcionar **descentralizadamente** → visa facilitar o acesso ao judiciário
- Instalarão **justiça itinerante**

# JUSTIÇA ESTADUAL

## JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

- Pode ser criada por **lei estadual** (iniciativa do TJ)

2º grau: TJ ou TJM

Estados com efetivo militar > 20.000

1º grau:

Juízes de direito + Conselhos de justiça

### COMPETÊNCIA:

Processar e julgar os militares do estado nos:

- Crimes militares definidos em lei
- Ações judiciais contra atos disciplinares militares

## COMPETÊNCIAS

- Competências dos TJs são definidas na **Constituição estadual** → Observados os princípios da CF/88
- É competência **residual** → tudo que não é de atribuição da justiça { Federal  
Do trabalho  
Eleitoral
- Os estados devem instituir representação de inconstitucionalidade de { Leis ou  
**estaduais** ou **municipais** Atos normativos

## CONFLITOS FUNDIÁRIOS

- Para **dirimir** conflitos fundiários, o TJ proporá criação de varas especializadas com competência exclusiva para questões agrárias
- Sempre que necessário, o **juiz** irá ao **local do litígio**

## ASPECTOS GERAIS

- Instituição **permanente** incumbida da **defesa**:
  - Da ordem jurídica
  - Do regime democrático
  - Dos interesses sociais e individuais indisponíveis
- É autônomo e **independente**  
Não pertence a nenhum dos três poderes

Autonomias

Funcional  
Administrativa  
Orçamentário-financeira

## ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA

- Com base em **leis complementares** federal (MPU) e estaduais (MPEs)

Iniciativa concorrente:  
presidente da  
república + PGR

Iniciativa concorrente:  
Governador + PGJ

- + Lei (ordinária) federal de normas gerais sobre organização dos MPEs

MPU (Ministério Público da União)

- = MPF (federal)
- + MPT (do trabalho)
- + MPM (militar)
- + MPDFT (do DF e territórios)

Não é estadual, mas organizado e mantido



- Não** há **hierarquia** entre MPU e MPEs
- O **PGR** só chefia o **MPU** (não os MPEs!)
- Conflitos de atribuições → resolvidos pelo **CNMP**

## PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DO MP

- Unidade**:
  - O MP deve ser considerado um **único órgão** sob direção de uma pessoa (procurador-geral)
  - Está **organicamente dividido**
  - Aplica-se dentro de **cada MP**
- Indivisibilidade**
  - Integrantes do MP **podem substituir-se** ao longo dos processos
    - Eles **não** estão **vinculados** a um processo
- Independência funcional**:
  - Acepções:
    - Externa/orgânica → MP como um todo
      - MP não está sujeito a qualquer interferência de outro órgão/poder
    - Interna → cada membro individualmente
      - Os membros vinculam-se apenas a:
        - Ordenamento jurídico
        - Sua própria convicção

### PRINCÍPIO DO "PROMOTOR NATURAL"

- A **designação** de um membro do MP para atuar em um processo deve obedecer:
  - Regras objetivas
  - + Critérios preestabelecidos

*funções essenciais à justiça*  
**= MINISTÉRIO PÚBLICO =**

# funções essenciais à justiça

= MINISTÉRIO PÚBLICO =

## FUNÇÕES INSTITUCIONAIS

- = Guardião da sociedade + da lei
- Principais funções: (art. 129, CF/88) (rol não exaustivo)
- Promover:
  - Ação penal pública (privativamente)
  - Inquérito civil e ação civil pública
    - proteção de { Patrimônio público/social  
Meio ambiente  
Interesses difusos e coletivos
  - ADI ou representação para intervenção (união/estados)
- Exercer o controle externo da atividade policial (na forma da lei complementar)
- Requisitar:
  - Diligências investigatórias
  - Instauração de inquérito policial
- Defender judicialmente os direitos indígenas
- Outras que lhe forem conferidas
- ↳ Vedadas { Representação judicial  
Consultoria jurídica } de entidades públicas

## INGRESSO

- Concurso público de provas e títulos com a participação da OAB. (em todas as fases)
  - Exige-se:
    - Bacharelado em direito
    - 3 anos de atividade jurídica (Na inscrição definitiva)
- A partir de 2016

## GARANTIAS FUNCIONAIS

### VITALICIEDADE

- Adquirida após 2 anos de exercício
- Só perde o cargo por sentença judicial transitada em julgado

### INAMOVIBILIDADE

- Só pode ser removido de ofício por interesse público (decisão de órgão colegiado, com ampla defesa) (maioria absoluta) ou como sanção administrativa do CNMP

### IRREDUTIBILIDADE DO SUBSÍDIO (NOMINAL)

## VEDAÇÕES

- Receber { percentagens  
honorários  
custas } processuais
- Exercer:
  - Advocacia
  - Atividade político-partidária
  - Outra função pública (salvo magistério)
- Participar de sociedade comercial (na forma da lei)
- Receber auxílios/contribuições de pessoas físicas ou entidades públicas/privadas

# funções essenciais à justiça = MINISTÉRIO PÚBLICO =

## CHEFIA DO MP

### PGR

- Chefia do MPU (Dentre integrantes da carreira) *Não há tríplice!*
- Nomeado pelo Presidente da República após aprovação da maioria absoluta do Senado
- > 35 anos *Sem limite de número*
- Mandato = 2 anos + permitida a recondução
- Pode ser destituído pelo presidente da república com autorização da maioria absoluta do Senado

### PGJ

- Chefia do MPEs e MPDFT (Dentre integrantes da carreira) *Formam lista tríplice!*
- Nomeado pelo chefe do Executivo *Não há participação do Poder Legislativo*
- Mandato = 2 anos + uma recondução (única!)
- Pode ser destituído pelo chefe do executivo *Com autorização da maioria absoluta:*
  - { MPEs → da Assembleia Legislativa
  - { MPDFT → do Senado Federal

## MP JUNTO ÀS CORTES DE CONTAS

(há simetria!)

- MP junto ao TCU
  - Integra a própria estrutura do TCU (não pertence ao MPU)
  - Lei que regulamenta sua estrutura = iniciativa do TCU
  - Atua exclusivamente na área de competência do TCU
- MP junto aos TCEs
  - Integra a própria estrutura do TCE (não pertence ao MPE)
  - Lei que regulamenta sua estrutura = iniciativa do TCE
  - Atua exclusivamente na área de competência do TCE

## ASPECTOS GERAIS

- Criado pela **EC 45/2004** ↖ Não integra o MP!
- Órgão de **controle externo** do MP
  - Controle da atuação do MP { Administrativa Financeira
  - Cumprimento dos **deveres institucionais** de seus membros
- Tem atuação em todo o território **nacional**

## COMPOSIÇÃO

- São **14** membros
- Não há idade mínima/máxima
- Mandato **= 2 anos**
  - + uma **recondução** (única)
- Nomeados pelo Presidente da República
  - ↪ Após aprovação da maioria absoluta do Senado
- Membros:
  1. PGR (presidente)
  2. 4 membros do MPU } um deles será o
  3. 3 membros dos MPEs corregedor nacional
  4. 2 juízes (1 pelo STF, 1 pelo STJ)
  5. 2 advogados (indicados pelo C.F. OAB)
  6. 2 cidadão (1 pela Câmara, 1 pelo Senado)
    - ↪ De notável saber jurídico e reputação ilibada

Os membros do CNMP são processados e  julgados , nos  crimes de responsabilidade  pelo  Senado  Federal

## COMPETÊNCIAS

(principais)

1. Zelar pela autonomia { Administrativa Funcional do MP
  - Podendo:
    - Expedir atos regulamentares
    - Recomendar providências
2. Zelar pela observância do **art. 37**
  - + apreciar legalidade dos **atos administrativos**
    - Podendo:
      - Revê-los
      - Desconstituí-los
      - Fixar prazos para providências
3. Receber/conhecer das reclamações contra { Membros Órgãos do MP
  - ↪ Podendo:
    - Avocar processos disciplinares
    - Aplicar sanções administrativas
4. **Rever**, de ofício ou por provocação os **processos disciplinares** de membros do MP julgados há **menos de um ano**
  - ↪ **PEGADINHA!** Bancas adoram trocar por "mais de um ano!"
5. Elaborar relatório anual
  - Propondo providências

*funções essenciais*  
**FUNÇÕES ESSENCIAIS**  
*à justiça*  
**= CNMP =**



# funções essenciais à justiça = ADVOCACIA PÚBLICA =

## ASPECTOS GERAIS

- Responsável pela **defesa jurídica** dos entes federativos
- Integra o **poder executivo**

## TAREFAS PRINCIPAIS (AGU)

1. Representar a união { Judicial e Extrajudicialmente
  - Decorre de lei → dispensa instrumento de mandato
  - Não impede que o estado constitua mandatário *ad judicia* para causas específicas
2. Realizar { Consultoria e Assessoramento } jurídicos do **poder executivo** (nos termos de lei complementar)
  - Ingresso na AGU → concurso público de provas e títulos
  - Advogado-geral da união:
    - Livre nomeação do Presidente da República
    - Cidadãos maiores de **35 anos**
    - Notável saber jurídico
    - Reputação ilibada

→ Não é necessária a aprovação do Senado

## ESTADOS E DF

Remuneração por subsídio

- Por **procuradores** dos estados/DF
- Ingresso: concurso público de provas e títulos com a participação da **OAB**.  
(em todas as fases)
- É **inconstitucional** a criação de procuradorias autárquicas

## OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- Única das funções essenciais à justiça que há no âmbito **municipal**  
(procuradorias municipais)
- Execução da **dívida ativa tributária** da união: sua representação será pela procuradoria geral da fazenda nacional

- Promotores + Procuradores da república → Membros do MP
- Procuradores estaduais e federais + Advogados da união + Procuradores da fazenda nacional → "advogados públicos"

## ASPECTOS GERAIS

Direitos  
individuais e  
coletivos

- Presta assistência jurídica aos que comprovarem **insuficiência** de recursos
- Competência para legislar sobre
  - Assistência jurídica
  - Defensoria públicaé **concorrente** (união + estados/DF)
- Desde a EC 69/2012, a DP do DF passou a ser organizada e mantida pelo próprio DF (antes, era pela união)

## OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- Quando a DP atua contra a PJ de direito público à qual pertence (em defesa dos hipossuficientes), se o Estado perder a ação na, ele pode ser **condenado a pagar honorários advocatícios** (ônus da sucumbência).
- A DP tem **iniciativa** de sua **proposta orçamentária**. (dentro dos limites da L.D.O.)
- É **inconstitucional** a norma estadual que **vincule a DP** estadual a alguma **secretaria** de estado (viola sua autonomia)

# funções essenciais à justiça = DEFENSORIA PÚBLICA =

### NOVIDADES COM A EC 80/2014:

- Tornou-se uma **estrutura permanente**
- Defenderá os necessitados na esfera **judicial** ou **extrajudicial**
- Princípios institucionais:
  - Unidade
  - Indivisibilidade
  - Independência funcional
- Regras de organização da magistratura serão aplicadas no que couber
- Ganhou mais **autonomia** (iniciativas privativas de lei de sua organização)

## MEMBROS DA DP

- **Ingresso**: concursos público de **Provas e Títulos**
- Remuneração por **subsídio**
- **Não** podem exercer **advocacia** fora das atribuições institucionais
- Têm garantia da **inamovibilidade**, mas **não** de **vitalidade**

# FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA = ADVOCACIA PRIVADA =

## ASPECTOS GERAIS

- **Princípio da indispensabilidade** do advogado (não é absoluto!)

Ex.: Dispensado em *habeas corpus*  
+ ações em juizados especiais...

## ADVOGADOS

- É **inviolável** por seus atos e manifestações no exercício da profissão  
= imunidade **material**

**Não** é absoluta: o advogado pode responder pelos crimes de calúnia e desacato, ou pelos excessos que cometer;

## ORGANIZAÇÃO DA A.P.U.

- Administração direta = órgãos
  - Atividade centralizada
- Administração indireta = entidades
  - Atividade descentralizada → Não têm PJ própria
- **Autarquias**
  - Criadas por lei
  - P.J. de direito público
  - Atividades típicas da A.P. → Têm PJ própria
- **Fundações públicas**
  - De direito:
    - Público: criadas por lei
    - Privado: autorizadas por lei
- **Empresas públicas**
  - Autorizadas por lei
  - Em regra, exploradora de atividade econômica
  - P.J. de direito privado (qualquer formato aceito no direito)
  - Capital social 100% público
- **Sociedade de economia mista**
  - Autorizadas por lei
  - Em regra, exploradora de atividade econômica
  - P.J. de direito privado → só sociedade anônima!
  - Maioria do capital social pertencente ao estado (público)

# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

## ASPECTOS GERAIS

- Refere-se a todos órgãos e entidades governamentais dos 3 poderes (não só poder executivo)
- Sentido:
  - Objetivo** → atividades relacionadas à função administrativa
  - Subjetivo** → órgãos e entidades (formal/orgânico)

Atividades típicas da administração:

1. Fomento
2. Polícia administrativa
3. Serviços públicos
4. intervenção

## REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO

- A administração se submete a **ambos os regimes**, conforme preceitua a CF/88 e as leis
  - Mas nunca será integralmente privado!



## REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO

- Normas que disciplinam **poderes, deveres, direitos** vinculados à **supremacia e indisponibilidade** dos direitos fundamentais
  - (= relação vertical)
  - Os interesses da sociedade são indisponíveis
  - ↓
  - Limitam a liberdade da administração

# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



## RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO

- É **objetiva**  
 = independe de dolo e culpa
- Cabe ação regressiva contra o **agente público** que causou o dano, se dolo ou culpa  
 a responsabilidade do agente é **subjetiva**
- Alcança os **danos** causados a terceiros usuários e não usuários do serviço público

### ! ATENÇÃO!


As empresas públicas e sociedades de economia mista exploradoras de atividades econômicas não são alcançadas pela responsabilidade civil objetiva.



## IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

- Natureza **civil**
- Tipificados em **lei federal**
- Tipos:
  1. Geram enriquecimento ilícito
  2. Causam prejuízo ao erário
  3. Atentam contra os princípios da administração
- Resultarão em:
  1. Perda do cargo/função
  2. Suspensão dos direitos políticos
  3. Indisponibilidade dos bens
  4. Ressarcimento ao erário

### NÃO CONFUNDIR:

- Perda do cargo
- Suspensão dos direitos políticos  
 ( Não é "perda dos direitos políticos"!! )  **PEGADINHA!**

## PUBLICIDADE

- 2 sentidos:
  - Publicidade em órgãos oficiais como requisito de eficácia.
  - Exigência de transparência na atuação administrativa.
- Não é absoluto!
  - Exceções:
    - Dados pessoais (Intimidade)
    - Informações sigilosas (Segurança)

## EFICIÊNCIA

- 2 sentidos:
  - Modo de atuação do agente público.
  - Organização e funcionamento da administração. (Administração Gerencial)

## MORAIDADE

- Administração deve agir conforme moral e bons costumes, honestidade...
- 3 sentidos:
  - Princípio da Probidade
  - Observância dos costumes administrativos
  - Concretização dos valores da lei
- Verificada no conteúdo do ato → Não importa

## LEGALIDADE

- 2 sentidos:
  - Aos particulares : ninguém é obrigado a fazer algo, senão em virtude de lei. Pode fazer tudo o que não for proibido (Princípio da autonomia da vontade)
  - À administração pública: a adm. só pode agir quando houver previsão legal. (Princípio da legalidade estrita)

Exceções: { Medida provisória  
Estado de defesa  
Estado de sítio

ADMINISTRAÇÃO  
pública

= PRINCÍPIOS  
EXPRESSOS =

## IMPESSOALIDADE

- Tem 5 sentidos:
  1. P. da Finalidade: o ato adm. deve seguir (= interesse público) o fim público e a finalidade especificada (geral) (específico) em lei.
  2. P. da Igualdade: atender a todos os (= isonomia) administrados sem discriminação indevida.
  3. Vedação à promoção pessoal.
  4. Impedimento e suspeição: afastar dos processos pessoas impossibilitadas de imparcialidade.
  5. Validade dos atos dos agentes de fato.

## P. DA MOTIVAÇÃO

- A administração deve indicar os fundamentos de { fato  
direito
  - + correlação lógica.
  - **Todos** os atos devem ser motivados, salvo exoneração de cargo comissionado.
- Mas, se motivar, aí o ato vincula-se aos motivos apresentados.

PEGADINHA!

## P. DO CONTROLE OU TUTELA

- Administração indireta deve observar o princípio da **especialidade** (Finalidade institucional)



## P. DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE

Atuar conforme critérios racionais e sensatos.

Equilíbrio entre meios e fins.

- Adequação
- Necessidade
- Proporcionalidade em sentido estrito

## P. DA AUTOTUTELA

- Adm. Pública pode controlar seus próprios atos:
  - Anular → Ilegais (O controle judicial também pode)
  - Revogar → Inconvenientes ou inoportunos

## P. DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO

= Prerrogativas administrativas

- Na elaboração e execução das leis
- Aplicação:
  1. Atributos dos atos administrativos
  2. Cláusulas exorbitantes
  3. Poder de Polícia
  4. Intervenção do Estado na propriedade privada

## P. DA INDISPONIBILIDADE DO INTERESSE PÚBLICO

= Sujeições administrativas

- Presente em toda a atuação da Adm. Pública (Seguir a vontade da Lei)
- Poder-dever de agir
- Inalienabilidade dos direitos concernentes ao interesse público

## P. DA CONTINUIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO

- A qualquer atividade administrativa
- Consequências { Limitação de greve dos servidores  
Necessidade de suplência, delegação...  
Encampação...
- Não é descontinuidade do Serviço Público sua interrupção em situação de emergência ou após o prévio aviso, quando { por razões técnicas ou de segurança  
por inadimplemento do usuário.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS



## P. DA ESPECIALIDADE

- Decorre dos princípios

da {

- Legalidade
- Indisponibilidade do interesse público

- Relacionado à **descentralização administrativa**

Criação das entidades para **finalidades específicas**

→ Vedadas atividades diversas das previstas em lei.

## P. DA SEGURANÇA JURÍDICA E PROTEÇÃO À CONFIANÇA

- Para assegurar a estabilidade das relações jurídicas **já consolidadas**

→ {

- Direito adquirido
- Coisa julgada
- Ato jurídico perfeito

- É a base para a edição das Súmulas Vinculantes
- Veda a **aplicação retroativa** de novas interpretações

ADMINISTRAÇÃO  
pública

= PRINCÍPIOS  
= IMPLÍCITOS =

## P. DO CONTRADITÓRIO E

### AMPLA DEFESA

→  
Direito de saber das alegações e delas se contrapor

→  
Valer-se de todos os meios e recursos válidos para provar o que alega

- Aos litigantes em processo {
  - judicial
  - administrativo

- Relacionados ao princípio do devido processo legal





Em Processos Administrativos Disciplinares (PAD), não é obrigatória a defesa técnica por advogado.

# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA


## RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO


- Responsabilidade **objetiva** do Estado, na modalidade **Risco Administrativo** + Teoria da **Culpa Administrativa** no caso de **danos** decorrentes de omissão.
- Permite **direito de regresso**:  
= **reaver** do agente o que pagou ao lesado se aquele procedeu com **dolo ou culpa**. (Análise subjetiva)

## REQUISITOS PARA A DEMONSTRAÇÃO

- Dano:  = juridicamente tutelado pelo Estado
  - Deve ser **jurídico**. (Não só econômico)
  - Pode decorrer de uma ação **lícita**.
  - **Material ou moral**.
- Conduta administrativa:
  - Por **agente público agindo nessa qualidade**.  
(sentido amplo)
- Nexo causal:
  - Conduta  Dano

## IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

 **NOVIDADE!**  
(Lei 14.230/21)

- = As **condutas tipificadas** nos Arts. 9, 10 e 11..  
 "Rol taxativo" (Polêmica nos arts. 9 e 10, com "notadamente")
- Ilícito de natureza **civil e política**.

### ESPÉCIES:

- Enriquecimento ilícito
- Dano ao erário
- Lesão a princípios
- \* Concessão de benefícios indevidos **não** é mais espécie.
- Resultarão em:
  - Perda da função pública
  - Perda dos bens acrescidos ilicitamente
  - Multa civil
  - Suspensão dos direitos políticos
  - Proibição de contratar com o poder público e receber benefícios

## CONCURSO PÚBLICO

- Para acesso a cargos ou empregos públicos
  - Provas ou provas + títulos
    - Não se aplica aos cargos em comissão
    - Sozinhos não!
  - Validade: até 2 anos, prorrogável por igual período
  - Aprovados dentro do número de vagas têm direito subjetivo à nomeação

Contratação por tempo determinado → Excepcional interesse público (sem concurso)

Hipóteses expressamente previstas em lei

## ACESSO A CARGOS PÚBLICOS

- Brasileiros → cumpram requisitos em lei
- Estrangeiros → na forma da lei (lei autorizadora)

## ENTENDIMENTOS IMPORTANTES

- Devem ser previstos em lei:
  - Exigência de exame psicotécnico
  - Limite de idade
  - Exigência de experiência profissional

Editais não podem restringir pessoas com tatuagens, salvo conteúdo que viole valores constitucionais

# AGENTES PÚBLICOS

**CARGO EM COMISSÃO**  
Percentual mínimo por servidor de carreira

x

**FUNÇÃO DE CONFIANÇA**  
Somente por servidores de carreira

- Livre nomeação e exoneração
- Direção, chefia e assessoramento

## DIREITOS SOCIAIS DO SERVIDOR PÚBLICO

- Têm direito à **livre associação sindical**
- Direito de **greve**: norma de eficácia limitada
- Aos militares são **vedadas**:
  - A sindicalização
  - A greve

### TÊM DIREITO A:

- Salário mínimo
- 13º salário
- Jornada  $\leq$  8hs diárias e 44hs semanais
- Repouso semanal remunerado preferencialmente aos domingos
- Férias
- Licença gestante e paternidade
- Proteção ao mercado de trabalho da mulher
- Redução dos riscos de trabalho
- Proibição de diferença de salários, funções e admissão por sexo, cor, estado civil
- Adicional noturno
- Salário-família
- Auxílio alimentação (salvo inativos)

### NÃO TÊM DIREITO A:

- Seguro desemprego
- FGTS
- Piso salarial
- Aviso prévio

## REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES

- Fixada por **lei específica** (Iniciativa privativa em cada caso)
- Subsídio = parcela única  
 Vedado qualquer acréscimo, salvo verbas indenizatórias
- Teto remuneratório geral = Subsídios dos ministros do STF
  - Não se aplica aos empregados públicos de empresas estatais não dependentes
  - Não se aplica às parcelas indenizatórias!

### NOS ESTADOS/DF:

- Subteto por poder
- Podem fixar subteto único  
 = subsídio dos **desembargadores**

### NOS MUNICÍPIOS:

- Subteto = subsídio do **prefeito**

# AGENTES PÚBLICOS

## SERVIDORES E MANDATO ELETIVO

- Investido em mandato { Federal, Estadual, Distrital } → Afastado do cargo
- Investido em mandato de **prefeito** { Afastado do cargo e pode optar pela remuneração }
- Investido em mandato de **vereador**, poderá:
  - Se houver compatibilidade → acumular os cargos de horários (único que pode acumular!)
  - Se não → mesmo caso do prefeito

# agentes públicos

## APOSENTADORIAS DO RPPS (Atualizado conforme a EC 103/2019)

- Valor:  $\begin{cases} \geq \text{salário mínimo} \\ \leq \text{limite máximo do RGPS} \end{cases}$

(EC 103/2019): os entes federativos passam a ser obrigados a instituir esse regime (por lei de iniciativa do executivo)

- As regras para cálculo das aposentadorias serão disciplinadas em lei do respectivo ente
- Aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho (anterior "aposentadoria por invalidez")

Condições:

- Servidor permanentemente incapacitado
- Não ser possível a readaptação

- Aposentadoria compulsória

- 70 anos ou 75 anos, na forma de lei complementar
- Não se aplica aos ocupantes de cargos exclusivamente em comissão (STF)

- Aposentadoria voluntária:

- No âmbito da União: Estados, DF e municípios podem definir os próprios requisitos de idade

	Idade
Homem	65 anos
Mulher	62 anos

- Abono permanência → ao servidor que pode aposentar, mas continua em serviço  
(EC 103/2019): equivalente, no máximo, ao valor de sua contribuição previdenciária
  - Cada ente decide se institui ou não


## REGIME PREVIDENCIÁRIO

- RGPS aplica-se a:
  - Empregados públicos
  - Ocupantes de cargo em comissão
  - Ocupantes de função temporária
  - Ocupantes de cargo eletivo (EC 103/2019)
- RPPS aplica-se a servidores efetivos
  - Tem caráter contributivo e solidário
  - Fontes de contribuição:
    - Ente público
    - Servidores ativos
    - Aposentados e pensionistas

A EC 103/2019 vedou:

- A criação de novos regimes previdenciários pelos entes federativos
- A existência de > 1 RPPS e > 1 órgão ou entidade gestora por ente federativo

## ESTABILIDADE ||

- Após **3 anos** de efetivo exercício  
+ avaliação de desempenho
- Só **perde o cargo** nos casos de:  **DECORE!**
  - Sentença judicial transitada em julgado
  - Processo administrativo (com ampla defesa)
  - Avaliação periódica de desempenho
  - Excesso de despesa com pessoal

## READAPTAÇÃO ||

- O servidor ocupante de **cargo efetivo** pode ser readaptado ao exercício de um cargo com {atribuições  
responsabilidade} **compatíveis** com a **limitação** que tenha sofrido
- Enquanto o servidor permanecer em condição de **limitação** (na capacidade física ou mental)
- Manterá a **remuneração** do cargo de origem

agentes  
públicos

## REINTEGRAÇÃO ||

- Invalidada por **decisão judicial** a demissão do servidor
- Eventual **ocupante** de vaga será, se estável:
  - Reconduzido ao cargo de origem,
  - Aproveitado em outro cargo ou
  - Posto em disponibilidade

## DISPONIBILIDADE ||

- **Extinto** o cargo ou declarada sua **desnecessidade**:
- Remuneração proporcional ao tempo de serviço

# processo LEGISLATIVO

## APLICAÇÃO

- Compreende a elaboração de:
  - Emendas constitucionais
  - Leis complementares
  - Leis ordinárias
  - Decretos legislativos
  - Medidas provisórias
  - Leis delegadas
  - Resoluções

Os decretos autônomos e regimentos de tribunais são atos normativos primários, mas não fazem parte do processo legislativo

- Desrespeito ao processo legislativo  
= **inconstitucionalidade formal**

## PRINCÍPIOS

- Princípio da não-convalidação das nulidades**
  - A sanção presidencial não convalida o vício de iniciativa ou emenda
- Princípio da simetria**
  - As regras do processo legislativo estabelecidas pela CF/88 são de observância obrigatória pelos estados, DF e municípios

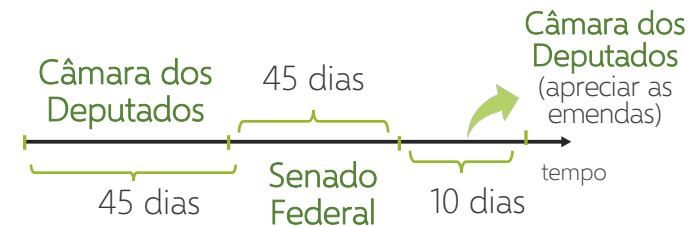
## TIPOS

### ORDINÁRIO

- É o mais **completo**
- Não há prazos definidos

### SUMÁRIO

- O **Presidente da República** pode solicitar **urgência** para apreciação de projeto de lei que ele tenha apresentado  
→ Deve terminar em até **100 dias**



### ABREVIADO

- Discutido e votado diretamente nas **comissões** (dispensada discussão/votação no plenário)  
→ Assuntos definidos no **regimento interno**
- Por  **$\geq 1/10$**  dos membros de casa, o projeto irá ao **plenário**



## INICIATIVA

### PRIVATIVA (exclusiva ou reservada)

- O projeto só pode ser apresentado pela autoridade que possui a iniciativa privativa

### GERAL (ou comum)

- Podem apresentar projetos sobre **quaisquer** matérias (que não tenham iniciativa privativa)
  - Presidente da República
  - Comissões de Câmara/Senado/Congresso
  - Senadores • Deputados • Cidadãos

### POPULAR

- Apresentação de projetos de lei pelos **cidadãos**  
Ordinária ou complementar  
≥ 1% do eleitorado nacional em ≥ 5 estados  
com ≥ 0,3% dos eleitores de cada um (para leis da União)

**PRINCÍPIO DA IRREPETIBILIDADE** → matéria de projeto rejeitado só pode ser objeto de novo projeto na mesma sessão legislativa por proposta de maioria absoluta dos membros, em qualquer das casas

## DELIBERAÇÃO E VOTAÇÃO

### CASA INICIADORA

Quase sempre = Câmara.  
Só é Senado se a iniciativa for de um senador ou comissão do Senado

### CASA REVISORA

Se "aprovado com emendas" retorna à casa iniciadora para sua apreciação (pode ser **rejeitadas**, e o projeto ir para sanção/veto sem as emendas!)

### REQUISITOS PARA APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

- Pertinência temática
- Se iniciativa privativa do chefe do executivo ou sobre organização dos serviços administrativos de Câmara, Senado, tribunais federais e MP: **não** podem acarretar aumento de despesa

Salvo LOA ou LDO

# PROCESSO LEGISLATIVO

## = PROCEDIMENTO ORDINÁRIO =

## SANÇÃO

- = Ato unilateral irretratável do Presidente da República de **concordância** com projeto de lei.
  - Expressa
  - Tácita → se ele **não** se manifestar em até **15 dias úteis**

## VETO

- = Ato unilateral do Presidente da República de **discordância** com o projeto de lei
- Sempre **motivado** e **expresso**

VETO	CONSIDEROU O PROJETO DE LEI
Jurídico	Inconstitucional
Político	Contrário ao interesse público

Texto integral de:

- Artigo
- Parágrafo
- Inciso
- Alínea

- Pode ser **total** ou **parcial**
- O veto pode ser **rejeitado** pela **maioria absoluta** da Câmara e Senado (sessão conjunta)

## PROMULGAÇÃO

- = Ato que atesta a existência da lei (já pronta)
- Pelo Presidente da República
- Em até **48 horas** (Se não: Presidente do Senado → Vice-presidente do Senado)

## PUBLICAÇÃO

- = Ato de **divulgação oficial** da lei (é sua condição de eficácia)

## MEDIDAS PROVISÓRIAS

### PRESSUPOSTOS

- Editadas pelo **Presidente da República**
- Por razões de **relevância** e **urgência**

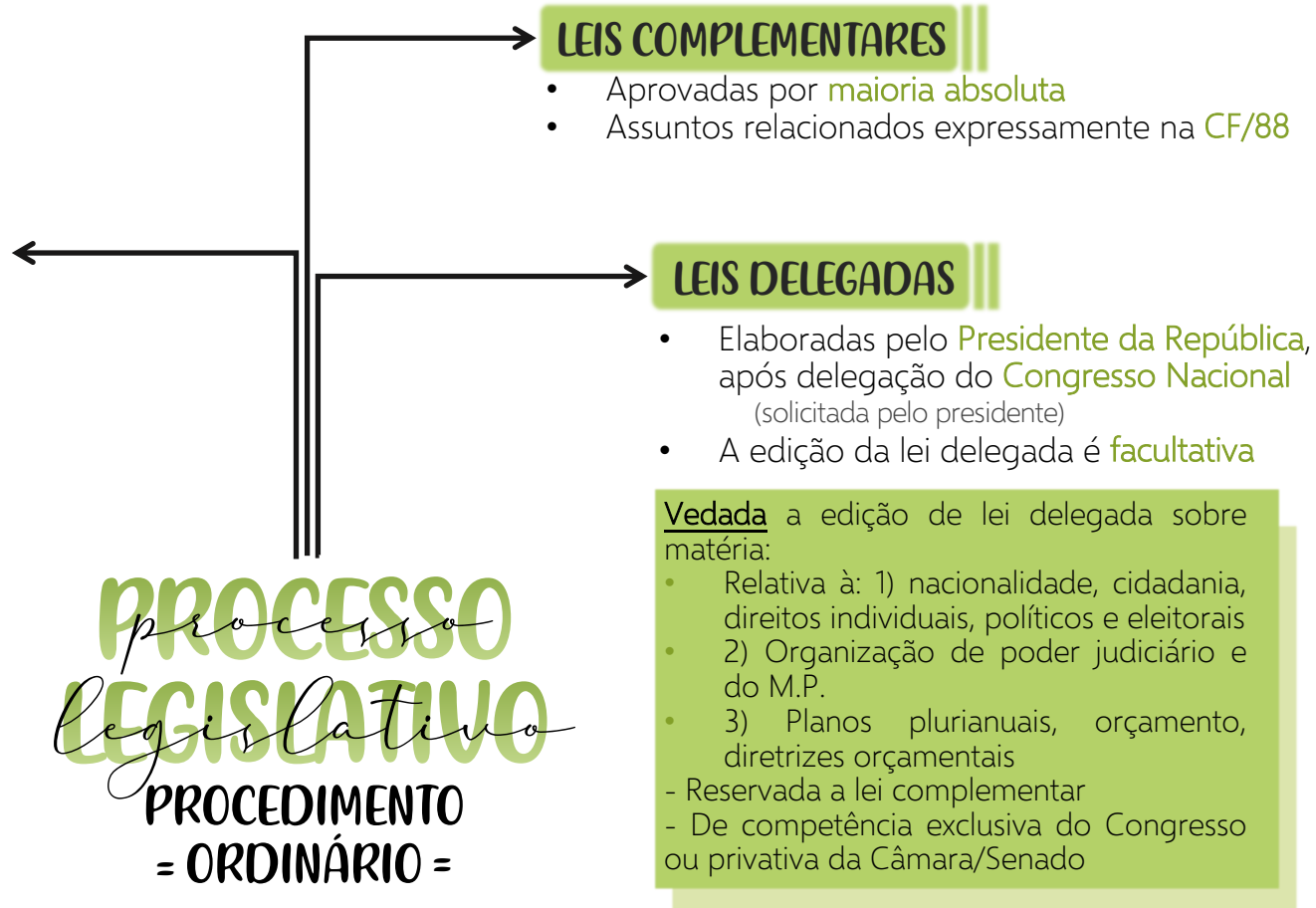
→ Cabe controle jurisdicional se evidentemente ausentes

### LIMITAÇÕES MATERIAIS

- **Vedada** edição de MP sobre matéria:
- Relacionada à:
  - 1) Nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos, direito eleitoral
  - 2) Organização do poder judiciário e do M.P.
  - 3) Direito penal, processual { Penal Civil
  - 4) Planos plurianuais, orçamento, diretrizes orçamentárias e créditos adicionais e suplementares
- Reservada a lei complementar
- Já disciplinada em projeto de lei aprovada pelo Congresso e pendente de sanção/veto pelo presidente
- Que vise a detenção/sequestro de bens/poupança popular

### RITO DE APROVAÇÃO

- Tem **60 dias (+60)** \* para ser apreciada no Congresso (prorrogação automática)
- Se **integralmente rejeitada** ou perder sua eficácia por **decurso de prazo**, o Congresso (em até 60 dias) disciplinará as relações jurídicas dela decorrentes (se não, permanecerão regidas pela M.P.)



COMISSÃO MISTA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SENADO FEDERAL

PROMULGAÇÃO  
(Se integralmente convertida em lei)

- Se introduzidas **modificações**
  - Vira **"projeto de lei de conversão"**
  - Se aprovado → irá ao presidente para sanção ou veto

- \* Se a MP **não** for apreciada em até **45 dias**, entrará em **regime de urgência** (ficando sobrestadas todas as demais deliberações)

## ASPECTOS GERAIS

- Para garantir **maior efetividade** à CF/88: compatibilizando-a com a realidade social
- Por um poder **constituente derivado** (com autorização do originário)
- Procedimentos:
  - Emenda constitucional
  - Revisão constitucional
  - Mutação constitucional (processo informal)

## EMENDA CONSTITUCIONAL (EC)

- Atualmente, é a **única possibilidade** de alteração formal
- Podem ser elaboradas a **qualquer tempo**
- Discutida e votada em **cada casa** do Congresso Nacional :
  - Em **2 turnos**
  - Aprovação: **3/5** dos votos

*Sessão bicameral*
- **Promulgação:** Pelas **mesas** da Câmara e do Senado
- O procedimento é de **observância** obrigatória pelos **estados-membros** (mesma rigidez)

## REVISÃO CONSTITUCIONAL


- Realizada após **5 anos** da promulgação da CF/88
  - ➔ Ano em que previsto o plebiscito para escolha de:
    - Forma de governo
    - Sistema de governo
- É **único** e não voltará a ocorrer (é inconstitucional EC que pretenda estabelecer um novo processo de revisão constitucional)
- Para possibilitar uma alteração **{ geral e global }** da CF com formalidades mais simples
- Se submete às **mesmas limitações** impostas às ECs
- **Não** se aplica aos estados-membros
- Em **sessão unicameral** (Congresso Nacional)
- Voto da **maioria absoluta** dos membros
- **Promulgação:** pela **mesa** do Congresso Nacional

## CONTROLE JUDICIAL

- Cabe **controle de constitucionalidade:** (abstrato ou incidental)
- Inconstitucionalidade:
  - Formal: ofensa de procedimento
  - Material: ofensa a cláusulas pétreas (conteúdo)
- Controle de constitucionalidade de EC **em tramitação:**
  - Por mandado de segurança
  - Ajuizado por congressista
  - Perante o STF
    - ➔ Se a EC for promulgada antes do julgamento, a ação é prejudicada

# REFORMA da CONSTITUIÇÃO


## PROCESSO LEGISLATIVO DAS ECs

- **Iniciativa:**
- Legitimados:
  - 1/3 dos membros da Câmara ou do Senado
  - Presidente da República
  - Mais da metade das assembleias legislativas (manifestando-se cada uma pela maioria relativa de seus membros)
- Os **municípios não** participam
- **Emendas parlamentares:**
  - = Proposição acessória que modifica o texto da PEC.
  - Se houver emenda em uma casa, todo o texto da PEC deve ser revisado pela outra (ainda que já tenha passado por ela)
    - Mas se for uma mudança pouco substancial/não altere seu sentido, a PEC não precisa voltar.
- **Deliberação:**
  - Discutida e votada em **cada casa** do Congresso Nacional :  Sessão bicameral
    - Em **2 turnos**
    - Aprovação: **3/5** dos votos
- **Sanção e veto:**
  - Não se submetem
- **Promulgação e publicação:**
  - Pelas **mesas** da Câmara e do Senado


## REFORMA DA CONSTITUIÇÃO

## LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS

### LIMITAÇÕES MATERIAIS

- **Explícitas:**  Não pode P.E.C. tendente a abolir
- **Cláusulas pétreas:**
  - Forma federativa de estado
  - Voto direto, secreto, universal e periódico
  - Separação dos poderes (obrigatório, não!)
  - Direitos e garantias individuais
    - EC não pode criar novas!
- **Implícitas:**
  - **Titularidade** do poder constituinte { Originário  
Derivado
  - **Procedimento** de reforma constitucional

### LIMITAÇÕES FORMAIS


- Iniciativa restrita
- Deliberação conforme a CF/88
- Promulgação pelas mesas com o número de ordem
- Vedação à representação, na mesma **sessão legislativa**,  **PEGADINHA!** (≠ legislatura) de P.E.C., nela rejeitada ou tida por prejudicada

### LIMITAÇÕES CIRCUNSTANCIAIS

- Situações excepcionais de anormalidade institucional que **vedam a promulgação** de E.C.s (mas podem tramitar)
  - Estado de sítio
  - Estado de defesa
  - Intervenção **federal**

**LIMITAÇÕES TEMPORAIS** Não há!  
(elaboradas a qualquer tempo)

### MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL

- Processo informal de alteração da CF.
- Não produz alterações em seu texto
  - Muda seu sentido e interpretação 
- Decorre da evolução de costumes e valores (para a CF acompanhar as mudanças sociais)
- Formas:
  - Interpretação judicial/administrativa
  - Atuação do legislador
  - Via de costume

## CONCEITO

- = Aferição da **validade** das normas face à Constituição
  - Verifica a **compatibilidade vertical** das normas com a Constituição
- Teoria da nulidade** → a lei inconstitucional é considerada **nula desde o início**. (*ex tunc*)
  - O **STF** pode **modular os efeitos** (por segurança jurídica ou interesse social)

## PRESSUPOSTOS

- Constituição **escrita** e **rígida**
- Mecanismo de **fiscalização**
  - + Previsão de  $\geq 1$  órgão com competência para o controle

## SISTEMAS DE CONTROLE

- Controle **judicial** → pelo poder judiciário
- Controle **político** → por um órgão político (ex.: conselho constitucional na França)
- Controle **misto** → algumas normas são controladas pelo poder judiciário e outras por um órgão político

# CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

## MOMENTOS DE CONTROLE

### PREVENTIVO

- = Fiscalização sobre a norma **em** fase de **elaboração**
- Tipos (no Brasil):
  - Político-preventivo:**
    - Pelo poder **legislativo**: comissões de Constituição e Justiça
    - Pelo poder **executivo**: veto presidencial (jurídico)
  - Judicial-preventivo:**
    - Pelo **STF**, através de **mandado de segurança** impetrado por **parlamentar** (da casa em que transita)
    - Tipos:
      - Projeto de lei** que desrespeita o **processo legislativo** constitucional
      - PEC** que viola:
        - Cláusula pétrea
        - Processo legislativo constitucional

### REPRESSIVO

- = Fiscalização sobre a norma **pronta**
- Tipos (no Brasil):
  - Político-repressivo:**
    - Poder **legislativo** pode sustar atos normativos do executivo que **exorbitem** o poder regulamentar ou a delegação legislativa
    - Rejeição de **MP** considerada **inconstitucional**
    - O Presidente da República pode **deixar de aplicar** uma lei que considere inconstitucional
  - Judicial-repressivo:**
    - Cabe aos **juízes** e **tribunais** do **poder judiciário**

# INCONSTITUCIONALIDADE

*inconstitucionalidade*

= ESPÉCIES =

<p><b>POR AÇÃO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Desrespeito à Constituição</li> <li>Decorre de uma <b>conduta positiva</b> (ex.: edição de uma lei)</li> </ul>	<p><b>POR OMISSÃO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><b>Inércia do legislador</b> frente a um dispositivo constitucional carente de regulamentação (norma de eficácia limitada)</li> </ul>
<p><b>MATERIAL</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>O <b>conteúdo</b> da lei desrespeita a Constituição</li> <li>Há excesso de poder legislativo</li> </ul> <p><b>VÍCIO DE DECORO</b> = vício na formação da vontade do parlamentar (ex.: abuso das prerrogativas ou percepção de vantagens indevidas)</p>	<p><b>FORMAL</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Desrespeito ao <b>processo de elaboração</b> da norma</li> <li>Tipos: <ol style="list-style-type: none"> <li>Orgânica → inobservância da competência legislativa</li> <li>Propriamente dita → inobservância do processo legislativo</li> <li>Por violação dos pressupostos objetivos → inobservância de pressupostos essenciais (ex.: urgência e relevância para MP)</li> </ol> </li> </ul>
<p><b>TOTAL</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>A <b>totalidade</b> do ato normativo é inconstitucional.</li> <li>Em regra, inconstitucionalidade <b>formal</b> resulta em uma inconstitucionalidade <b>total</b></li> </ul>	<p><b>PARCIAL</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Apenas <b>parte</b> do ato é considerada inconstitucional <ul style="list-style-type: none"> <li>Fração de artigo, inciso, alínea, parágrafo ou palavra/expressão</li> </ul> </li> </ul>

# INCONSTITUCIONALIDADE

*inconstitucionalidade*

= ESPÉCIES =



<p><b>DIRETA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Quando um <b>ato normativo primário</b> viola a constituição</li> </ul>	<p><b>INDIRETA</b> (reflexa)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Quando um <b>ato normativo secundário</b> viola a constituição (o <b>STF</b> considera como mera <b>ilegalidade</b>)</li> </ul>
<p><b>ORIGINÁRIA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Quando a norma-parâmetro for <b>anterior</b> à impugnada</li> </ul>	<p><b>SUPERVENIENTE</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Quando a norma-parâmetro for <b>posterior</b> à impugnada</li> <li>Para o <b>STF</b>, não existe (é caso de não recepção)</li> </ul>
<p><b>CIRCUNSTANCIAL</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Quando a norma, embora tenha um <b>enunciado válido</b>, é declarada <b>inconstitucional</b> quando confrontada com uma <b>situação fática específica</b></li> </ul>	
<p><b>PROGRESSIVA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>No <b>HC 70.514</b>, o STF decidiu que o <b>prazo em dobro</b> para recorrer no processo penal para a <b>defensoria pública</b>, até que ela esteja estruturada para <b>atuar</b> em <b>igualdade de condições</b> com o M.P.</li> <li>A lei está "<b>em trânsito para a inconstitucionalidade</b>", mas é "ainda constitucional"</li> </ul>	



# CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

## MODELOS DE CONTROLE

### CONTROLE DIFUSO

- Competência = todos os órgãos do judiciário  
(multiplicidade de órgãos)  
= Modelo **americano**

### CONTROLE CONCENTRADO

- Competência = um único órgão jurisdicional  
(ou um número limitado)  
= Modelo **europeu**

### CONTROLE MISTO

- O judiciário atua de forma:
  - Difusa e
  - Concentrada
- Adotado no **Brasil**:
  - Controle **difuso** → qualquer juiz / tribunal
  - Controle **concentrado** → STF e TJs

## VIAS DE CONTROLE

### VIA INCIDENTAL (de defesa ou exceção)

- Aferição diante de um **caso concreto** em que uma das **partes requer** a declaração de inconstitucionalidade de uma lei  
(mas esse **não** é o objeto principal do pedido)
- Usada pelo controle **concreto**

### VIA PRINCIPAL (abstrata ou de ação direta)

- A aferição da inconstitucionalidade é o **pedido principal** do autor
- Usada pelo controle **abstrato**

## ASPECTOS GERAIS

- Realizado por qualquer **juiz** ou **tribunal**
- Pela via **incidental** (diante de um caso concreto)

Decisão  
monocrática!

## LIGITIMAÇÃO ATIVA

(no curso de qualquer ação)

- Qualquer das partes
- Terceiros intervenientes
- Ministério público
- Juiz ou tribunal (de ofício)

## OBJETO

- Qualquer **lei** ou **ato normativo** (federal, estadual, distrital ou municipal)

## PARÂMETRO

- Norma constitucional que estava **em vigor** no momento da **edição** do ato normativo questionado
- **Exemplo:**  
Lei editada em **1979**, avaliada quanto à:
  - **Recepção/revogação** perante **CF/88**
  - **Constitucionalidade** perante **CF/69**

# CONTROLE difuso

## CONTROLE DIFUSO NOS TRIBUNAIS

- Deve obedecer à "**cláusula de reserva de plenário**" → Só pode declarar a inconstitucionalidade de lei/ato normativo pelo voto da **maioria absoluta** de seus **membros** ou do respectivo **órgão especial**

### ÓRGÃO ESPECIAL:

- Em tribunais com > **25** julgadores
- **11 a 25** membros
  - Metade → antiguidade
  - Metade → eleição
- Atribuições { Administrativas  
Jurisdicionais



IMPORTANTE!

**Órgãos fracionários** dos tribunais:

Podem → Reconhecer  
constitucionalidade

Não podem → Declarar  
inconstitucionalidade  
(ou afastar a incidência da  
norma)

Devem remeter ao plenário  
ou órgão especial

- A cláusula de reserva de plenário **só se aplica** quando o tribunal se depara pela **primeira vez** com a controvérsia constitucional (se já foi decidido pelo plenário do **tribunal** ou do **STF**, **não** é necessário)  
→ Sua decisão prevalece sobre a do tribunal

# CONTROLE DIFUSO

## EFEITOS DA DECISÃO

- Eficácia *inter partes*
- Tem efeitos *retroativos* (*ex tunc*)
  - STF pode modular efeitos (por 2/3 de seus membros)
- Não vincula { a administração  
demais órgãos do  
Judiciário
- A norma continua plenamente *válida*

## ATUAÇÃO DO SENADO FEDERAL

- O Senado pode *suspender a execução* no todo ou em parte de *lei declarada inconstitucional* por *decisão* definitiva do STF em controle *difuso* de constitucionalidade
  - É um ato *discrecionário* e *político*
- Aplica-se a leis *federais, estaduais, municipais* ou *distritais*
- Tem efeitos *prospectivos* (*ex nunc*)

## RECURSO EXTRAORDINÁRIO

- O STF também faz *controle difuso* em sede de recurso extraordinário
- Causas julgadas em única/última instância, quando a *decisão recorrida*:
  1. Contrariar dispositivo da *CF/88*
  2. Declarar a *inconstitucionalidade* de *tratado* ou *lei federal*
  3. Julgar válida *lei ou ato* de governo local contestado em face da *CF/88*
  4. Julgar válida *lei local* contestado em face de *lei federal*
    - ( = conflito constitucional de competências)
    - São conflitos constitucionais


## ASPECTOS GERAIS

- Criada pela **EC 45/2004**
- Aprovada pelo **STF**
- Vincula {
  - a administração
  - demais órgãos do judiciário
 { direta e indireta

### NÃO VINCULA: CAI MUITO!

- O próprio STF
- O poder legislativo no exercício de sua função típica (de legislar)
- O poder executivo no exercício de sua função atípica de legislar

- Terá **validade** a partir da **publicação** na **imprensa oficial**

→ O STF pode **restringir** os **efeitos** ou iniciar sua eficácia a partir de **outro momento** (decisão de 2/3 dos membros)  **ATENÇÃO!**

## PRESSUPOSTOS CONSTITUCIONAIS



1. Existência de **reiteradas decisões**
  - + Matéria constitucional (pelo STF)
2. Existência de controvérsia atual:
  - Órgão judiciário ✕ órgão judiciário
  - Órgão judiciário ✕ administração pública
3. Aprovação por **2/3 dos membros** do STF

## LEGITIMADOS

(edição, revisão ou cancelamento de S.V.)

1. Presidente da República
2. **Governador** de estado/DF
3. Mesa do Senado Federal
4. Mesa da Câmara dos Deputados
5. Mesa de assembleia legislativa ou da CLDF
6. Procurador-geral da república
7. **Defensor público-geral da união**
8. Conselho **federal** da OAB
9. Confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional
10. Partido político com **representação** no **Congresso Nacional**
11. **Tribunais** superiores, TJs, TRFs, TRTs, TREs e tribunais militares

## DESCUMPRIMENTO

- Caso haja {
  - Ato administrativo
  - Decisão judicial
 que

contrarie súmula vinculante, a parte prejudicada pode intentar **reclamação** diretamente ao STF

→ Se procedente, o STF:

- Anulará o ato administrativo
- Cassará a decisão judicial
- + determinará que outra seja proferida

*súmula*  
**SÚMULA**  
*vinculante*  
**VINCULANTE**

# CONTROLE ABSTRATO



## ASPECTOS GERAIS

- Examina a constitucionalidade da lei **em tese** (não há caso concreto)
- A constitucionalidade é arguida na **via principal**
- É efetuado de modo **concentrado**

## AÇÕES

- **ADI**: ação direta de inconstitucionalidade
- **ADC**: ação declaratória de constitucionalidade
- **ADO**: ação direta de inconstitucionalidade por omissão
- **ADPF**: arguição de descumprimento de preceito fundamental

## “DUPLO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE”

- Lei (estadual) questionada:
  - No **TJ** → frente à Constituição **Estadual**
  - No **STF** → frente à Constituição Federal
- Se ajuizadas **simultaneamente**:  
**suspende-se** o processo no **TJ** até a deliberação do STF:
  - STF a considera **inconstitucional** → a ADI no TJ **perde o objeto**
  - STF a considera **constitucional** → o TJ pode **seguir seu julgamento**
- Se **não** simultaneamente:
  - **TJ** a considera **inconstitucional** → Será expurgada do ordenamento
  - **TJ** a considera **constitucional** → Pode ainda ser ajuizada ADI no STF
- Em regra, as decisões do **TJ** são **irrecorríveis**  
 → Cabe **recursos extraordinário** para o STF se o **parâmetro** de constitucionalidade for norma de **reprodução obrigatória** pelos estados-membros

# CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

= ADI =

## PARÂMETROS DE CONTROLE

- Qualquer norma **constitucional** (ainda que só formalmente)
  - Inclusive **normas implícitas** (ex.: princípio da proporcionalidade)
- + **Tratados internacionais** sobre direitos humanos equivalentes a emendas constitucionais

## NÃO PODEM SER PARÂMETRO:

- O preâmbulo
- Normas do ADCT com eficácia exaurida
- Normas de constituições pretéritas

## COMPETÊNCIA

- Exclusiva do **STF**
  - Julga a inconstitucionalidade de **lei** ou **ato normativo** { Federal Estadual em face da **CF/88**

## OBJETOS DE CONTROLE

**PEGADINHA!**  
Municipal, não!

- Lei** ou **ato normativo** { Federal Estadual editado após a promulgação da **CF/88**
- Lei** ou **ato normativo** do **Distrito Federal** editado no exercício de sua **competência estadual**

## PODEM SER OBJETO DE ADI: DECORE!

- Emendas constitucionais
- Leis (complementares, ordinárias, delegadas)
- Medidas provisórias
- Decretos legislativos
- Resoluções do poder legislativo
- Decretos autônomos
- Tratados internacionais
- Regimentos internos de { Tribunais Casas legislativas
- Constituições e leis estaduais

## NÃO PODEM SER OBJETO DE ADI:

- Normas constitucionais originárias
- Leis ou atos normativos revogados ou de eficácia exaurida
- Direito pré-constitucional
- Súmulas e súmulas vinculantes
- Atos normativos secundários

# CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

= ADI =



## LEGITIMADOS ATIVOS (os mesmos da ADC)

### UNIVERSAIS

→ Podem propor ADI sobre qualquer matéria

1. Presidente da República
2. Mesa do Senado Federal
3. Mesa da Câmara dos Deputados
4. Procurador-geral da república
5. Conselho **federal** da OAB
6. Partido político com **representação** no **Congresso Nacional**

### ESPECIAIS

→ Só podem propor ADI quando houver pertinência temática

7. **Governador** de estado/DF
8. Mesa de assembleia legislativa ou da CLDF
9. Confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional

## EFEITOS DA DECISÃO

- Efeitos retroativos (*ex tunc*), em regra é meramente declaratória

### MODULAÇÃO CAI MUITO!

- Por **2/3 dos membros**, o STF pode:
  - Restringir os efeitos
  - Das efeitos prospectivos (*ex nunc*)
  - Fixar outro momento para o início de sua eficácia

- Eficácia **erga omnes**
  - por **2/3 dos membros**, o STF pode **restringir** o alcance
- Efeito **vinculante**
- Efeito **repristinatório** (a legislação anterior volta a ser aplicada)
  - o STF pode **evitar efeito repristinatório** indesejado se houver pedido do autor
- É **definitiva e irrecorrível** (ressalvados os **embargos declaratórios**)

## NATUREZA DÚPLICE OU AMBIVALENTE

- A decisão de mérito em ADI tem **eficácia** quando o pedido for **concedido** ou **negado**

JULGADAS	LEI CONSIDERADA
Procedente	<b>In</b> constitucional
<b>Im</b> procedente	Constitucional



## PROCESSO E JULGAMENTO

### PETIÇÃO INICIAL

- Deve **indicar**:
  1. Dispositivo impugnado da norma
  2. Fundamento jurídico (= causa de pedir)
  3. Pedido (com suas especificações)
- O autor **não** pode **desistir** da ação  
(é um processo objetivo)

### PRINCÍPIO DO PEDIDO

- STF é **vinculando ao pedido**, mas **não à causa de pedir**  
(= causa de pedir aberta)

### INDEFERIMENTO LIMINAR

- Se a petição for: (pelo relator)
  - Inepta
  - Não fundamentada
  - Manifestamente improcedente

### ADI ADMITIDA

- O relator **pedirá informações** do órgão/autoridade que a emanou  
(prestadas em 30 dias)

### IMPRESCRITIBILIDADE

- **Não** há prazo **prescricional** ou **decadencial**  
→ É um processo objetivo  
+ Visa defender a ordem jurídica

## CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE = ADI =

### INTERVENÇÃO DE TERCEIROS

- **Não admitida**, em regra  
(é um processo objetivo)

#### "AMICUS CURIAE"

- Participação **permitida**  
(outros órgãos ou entidades parlamentares, partidos políticos)  
→ Admitido **pelo relator** por despacho irrecorrível  
(se negado, o A.C. pode apresentar **agravo interno**)
- Requisitos:
  - Relevância da matéria
  - Representatividade
  - Pertinência temática
- Visa **pluralizar o debate** constitucional  
(admitida em todas as ações de controle abstrato: ADI, ADC, ADPF e difuso)
- **Não** pode apresentar **recursos**
- Colaborar mediante entrega de **documentos, pareceres, sustentação oral...**

## PROCESSO E JULGAMENTO

### ATUAÇÃO DO AGU

- Tem **manifestação obrigatória** na ADI
- Em regra, atua **em defesa da constitucionalidade** da norma
- ↳ Mas não é obrigado (STF)

### ATUAÇÃO DO PGR

- Tem **manifestação obrigatória** na ADI
- Como **fiscal da Constituição**
- Deve opinar com **independência** (mesmo que tenha sido o autor da ação)

### DELIBERAÇÃO

#### QUÓRUNS:

**Presença:** ≥ 8 ministros (2/3)

**Votação:** ≥ 6 ministros  
(maioria absoluta)

- ↳ enquanto não houver 6 votos em um ou outro sentido, **suspende-se** o julgamento até o comparecimento dos ministros faltantes

## CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE = ADI =

### MEDIDA CAUTELAR EM ADI

- Requisitos:
  - *Fumus boni juris*
  - *Periculum in mora*
- Devem ser **previamente ouvidos** os órgãos ou autoridades dos quais emanou a norma (salvo excepcional urgência)

### EFEITOS DA CONCESSÃO

- São **prospectivos** (*ex nunc*)
  - ↳ Mas podem ser **retroativos** (*ex tunc*) se houver **manifestação** expressa nesse sentido
- Eficácia **geral** (*erga omnes*)
- Efeito **vinculante**
  - ↳ **Suspende** todos os processos que envolvam aplicação da norma impugnada
- Efeito **repristinatório**
  - ↳ Pode ser **afastado** se houver **pedido do autor** e manifestação expressa nesse sentido

### EFEITOS DO INDEFERIMENTO

- **Não** importa o reconhecimento da constitucionalidade da norma
- **Não** produz efeito vinculante

## OBJETOS DE CONTROLE

- Quando há **inércia do legislador** frente a um dispositivo constitucional carente de regulamentação (norma de eficácia limitada)
- Alcança também a **omissão da administração** pública em editar atos **administrativos** necessários à concretização de dispositivos constitucionais
- STF: a inércia nas **deliberações** das casas legislativas pode ser objeto de ADO, quando superarem um **prazo razoável**

- A inércia pode ser { total  
parcial



- ≠ Mandado de injunção → No caso concreto (controle incidental)

# CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

= ADO =

## ATUAÇÃO DO AGU

- Não tem **manifestação obrigatória**!  
O relator pode solicitar (AGU tem 15 dias)

## ATUAÇÃO DO PGR

- Tem **manifestação obrigatória** na ADO (como fiscal da Constituição)

## MEDIDA CAUTELAR

- Concedida por **maioria absoluta** (presentes pelo menos 8 ministros)
- Pode resultar em:
  - Suspensão da norma (caso de omissão parcial)
  - Suspensão de processo judiciais/administrativos
  - Outra providência

## LEGITIMADOS ATIVOS

- = Os mesmos da **ADI** (mas a **própria autoridade** responsável pela omissão não ingressa com ADO contra si mesma!)

## LEGITIMADOS PASSIVOS

- Órgãos ou autoridades **omissos**  
A quem cabe a **iniciativa** da lei

## EFEITOS DA DECISÃO

- O STF **não** pode editar a norma (separação dos poderes)
- Casos:
  - Omissão de um dos **poderes** → o STF dá ciência ao poder competente
  - Omissão de **órgão administrativo** → o STF notifica o órgão para adotar as providências necessárias em **30 dias** (ou outro prazo razoável)

## ASPECTOS GERAIS

- Criada com a **EC 03/93**
- Para resolver uma **incerteza** acerca da legitimidade da lei  
(dissenso entre juízes e tribunais)  
Aumenta a segurança jurídica
- **Não** é possível **desistência**
- **Não** é admitida a participação de **terceiros** (salvo "*amicus curiae*")

## LEGITIMADOS ATIVOS

- **EC 45/04** igualou o rol de legitimados da **ADC** com o da **ADI**

## CUMULAÇÃO DE PEDIDOS

- É **possível** que haja **cumulação** de pedidos típicos de ADI e ADC em um mesmo pedido  
para possibilitar uma maior **celeridade** e **eficiência**

## OBJETOS DE CONTROLE

**ATENÇÃO!**  
Diferente da ADI!

- Leis e atos normativos **federais**  
(estaduais, municipais e distritais, não!)
- **Requisitos** → controvérsia **judicial** demonstrada na **petição inicial**

**PEGADINHA!**  
Mera controvérsia doutrinária não é suficiente

# CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE = ADC =

## MEDIDA CAUTELAR

- Requisitos: {  
• *Fumus boni juris*  
• *Periculum in mora*
- Concedida por **maioria absoluta**

## EFEITOS DA CONCESSÃO

- São **prospectivos** (*ex nunc*)
- Eficácia **geral** (*erga omnes*)
- Efeito **vinculante**  
Suspende os processos que envolvam aplicação da norma impugnada

O **STF** tem **180 dias** para julgar a ação, sob pena de perder sua eficácia  
(mas o STF não tem aplicado)

## ATUAÇÃO DO PGR

- Tem **manifestação obrigatória**  
**ATENÇÃO!** **Não** há participação do **AGU!**

## EFEITOS DAS DECISÃO

- Eficácia **erga omnes**
- Efeito **vinculante**
- É **definitiva** e **irrecorrível**  
(ressalvados os **embargos declaratórios**)
- Natureza **dúplice**:

JULGADA	LEI CONSIDERADA
Procedente	Constitucional
Improcedente	Inconstitucional

## ASPECTOS GERAIS

- Instituído pela **CF/88** (originalmente)  
→ Norma de eficácia limitada
- Introduziu **4 mudanças**:
  - pode **antecipar decisões** sobre questões constitucionais relevantes
  - soluciona **controvérsias** sobre o direito **pré-constitucional** (frente à CF/88)
  - fornece **diretriz** segura para legitimidade ou não de **atos** editados por entidades **municipais**
  - permite aferição de omissão inconstitucional e ação declaratória no âmbito **estadual** e **municipal**

## OBJETO



- Surgiu para suprir uma **lacuna** do controle concentrado.  
Para o STF poder apreciar:
  - Leis/atos normativos municipais
  - Atos administrativos
  - Direito pré-constitucional
  - Direito pós-constitucional já revogado ou de efeitos exauridos
  - Interpretações judiciais violadoras de preceito
- Abrange { **Atos normativos** e **Não-normativos**

# CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE = ADPF =

## LEGITIMADOS ATIVOS

- = Os mesmo da **ADI**

## CARÁTER SUBSIDIÁRIO

- = **Não** é admitida ADPF quando houver qualquer **outro meio** para sanar a lesividade  
→ No controle concentrado

A possibilidade de **recurso extraordinário** não exclui a admissibilidade de **ADPF**

## PARÂMETROS DE CONTROLE

### PRECEITOS FUNDAMENTAIS

→ O parâmetro é mais restrito

- = Normas consideradas **essenciais**
- STF já indicou:
  - Direitos e garantias individuais
  - Cláusulas pétreas
  - Direito à saúde e ao meio ambiente
  - Princípios constitucionais sensíveis (art. 34, VII)

## MODALIDADES DE ADPF

- Arguição **Autônoma**:
  - Visa reparar (repressiva) ou evitar (preventiva) lesão a preceito fundamental resultante de **ato do poder público**
- Arguição **Incidental**:
  - Cabível contra **ato normativo** primário ou secundário
  - Exige a demonstração de relevante controvérsia judicial

## MEDIDA LIMINAR

- Deferida por **maioria absoluta**
  - Ou **pelo relator** *ad referendum*
    - No recesso
    - Extrema urgência ou perigo de lesão grave
- Na ADPF:
  - **Autônoma** → suspende o ato do poder público
  - **Incidental** → pode determinar que juízes e tribunais suspendam processos ou efeitos de decisões judiciais

## INTERVENÇÃO DE TERCEIROS

- Pode ser admitida, a **critério do relator**, a manifestação de outros órgãos ou entidades
  - é necessário **representatividade**

# CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE = ADPF =

## DECISÃO

### QUÓRUNS:

**Presença:** ≥ 8 ministros (2/3)

**Votação:** ≥ 6 ministros (maioria absoluta)

- Eficácia **erga omnes**
- Efeito **vinculante**
- É **definitiva** e **irrecorrível**

Objeto = direito **pré-constitucional**:  
A ADPF reconhecerá a **recepção** ou **revogação** da norma.

## PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE

Pode ser conhecida como

ADI

ADPF

Pode ser conhecida como

### Requisitos:

- **Dúvida razoável** sobre o caráter autônomo dos atos infralegais
- **Alteração superveniente** da norma constitucional usada como **parâmetro** de controle

- **São fungíveis** = uma pode ser substituída pela outra

## MODULAÇÃO

Por **2/3 dos membros**, o STF pode:

- Restringir os efeitos
- Dar efeitos prospectivos (*ex nunc*)
- Fixar outro momento para o início de sua eficácia

# controle de CONSTITUCIONALIDADE = ESTADOS E MUNICÍPIOS =

## COMPETÊNCIA

- O **Tribunal de Justiça** (estadual) realiza o controle abstrato de **leis** ou **atos normativos estaduais** e **municipais**

## PARÂMETRO DE CONTROLE

- Em face da **Constituição Estadual** (ou Lei Orgânica do DF)

## TIPOS

- Normas de observância obrigatória
  - Normas da CF/88 que devem ser obrigatoriamente reproduzidas
- Normas de mera repetição
  - Normas da CF/88 que podem ou não ser reproduzidas
- Normas específicas da Constituição Estadual
  - Presentes exclusivamente na C.E.
- As leis orgânicas municipais **não** são parâmetros para controle! **IMPORTANTE!**

## LEGITIMADOS ATIVOS

- A CF/88 **não** previu os legitimados, mas **proibiu** que fosse um **único órgão**
  - Devem ser previsto na **Constituição Estadual**
- Para o STF: a Constituição Estadual pode **ampliar o rol** de legitimados (não se pronunciou sobre a restrição)
- A doutrina entende ser **possível restringir** o rol (desde que não a um único órgão)



## ASPECTOS GERAIS

= Matérias relacionadas a:

- Despesas
  - Receitas
  - Créditos
- } públicos

## LEI COMPLEMENTAR

- Disporá sobre:  
(em uma ou várias L.C.s)

1. Finanças públicas

2. Dívida pública interna e externa

↳ Inclusive de:

- Autarquias
- Fundações
- Entidades controladas pelo poder público

3. Concessão de garantias pelas entidades públicas

4. Emissão e resgate de títulos da dívida pública

5. Fiscalização financeira da administração pública { direta e indireta

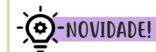
6. Operações de câmbio por órgão e entidades de { União estados/DF municípios

7. Compatibilização das funções das instituições oficiais de crédito da união

↳ Resguardadas características e condições operacionais plenas daquelas voltadas ao desenvolvimento regional

↳ A lei 4.320/64 foi recepcionada pela CF/88 como L.C.

# FINANÇAS PÚBLICAS



**NOVIDADE! EC 109/2021**

8. Sustentabilidade da dívida, especificando:

- 1) Indicadores de sua apuração
- 2) Níveis de compatibilidade dos resultados fiscais com a trajetória da dívida
- 3) Trajetória de convergência do montante da dívida com os limites definidos em legislação
- 4) Medidas de { ajuste suspensões vedações
- 5) Planejamento de alienação de ativos com vistas à redução do montante da dívida

- Essa L.C. pode autorizar as vedações previstas no art.167-A.

# FINANÇAS PÚBLICAS

## BANCO CENTRAL

- Exerce a competência da união de **emitir moeda** de forma exclusiva!
- Pode { comprar e vender } títulos do Tesouro Nacional
  - Para regular:
    - Oferta de moeda
    - Taxa de juros
- É **vedado** ao BACEN conceder (Direta ou indiretamente) empréstimos a:
  - Tesouro nacional
  - Qualquer órgão/entidade que não seja instituição financeira

### DEPÓSITO DAS DISPONIBILIDADES DE CAIXA:

- Da União → no BACEN
- Estados/DF e Municípios
  - + órgão/entidades
  - + empresas controladas pelo poder público
 → Em instituições financeiras oficiais
  - Ressalvados os casos previstos em lei

## NOVIDADES



### EC 108/2020

- União, Estados/DF, Municípios } disponibilizarão suas { Informações e dados }
  - Contábeis
  - Orçamentários
  - Fiscais
- Conforme { Periodicidade, Formato, Sistema } estabelecidos pelo
- órgão central de contabilidade da união
- De modo a garantir { Comparabilidade, Rastreabilidade, E publicidade } dos dados
  - Devem ser divulgados em **meio eletrônico** de acesso **público**

### EC 109/2020

- União, Estados/DF, Municípios } Devem conduzir suas **políticas fiscais** de modo a manter as **dívidas** públicas em níveis **sustentáveis**
- Elaboração** e **execução** de planos e orçamentos
  - Indicadores fiscais ↔ Compatibilidade ↔ Sustentabilidade da dívida

## ASPECTOS GERAIS

- = Plano plurianual  
Instrumento de planejamento
  - Para um período de **4 anos**
  - Pode ser **revisado** durante sua vigência:
    - Inclusão
    - Exclusão
    - Alteração
 de programas
  - Planos e programas previstos na CF/88
    - Nacionais
    - Regionais
    - Setoriais
- Devem ser elaborados em **consonância** com o P.P.A. e apreciados pelo Congresso Nacional.

💡 **NOVIDADE!** EC 109/2021: o PPA deve obedecer, no que couber, os **resultados** do **monitoramento/avaliação** das políticas públicas do §16, do art. 37.

## CONCEITOS IMPORTANTES

- **Diretrizes** → Normas gerais, estratégicas.
  - **Objetivos** → O que deve ser feito
  - **Metas** → Medidas do alcance do objetivo
  - **Programas de Duração Continuada** → Programas governamentais sem prazos de conclusão relacionados às suas finalidades.  
(Não apresentam aqueles das atividades- meio)
- Interpretação restritiva para fins de inclusão no PPA

## CONCEITO

📋 CAI MUITO!

- Estabelece, de forma **regionalizada**:
  - Diretrizes
  - Objetivos
  - Metas
 da administração pública federal
- para as despesas:
  - De capital e outras delas decorrentes
  - Relativas aos programas de duração continuada

**P.P.A.**  
= NA CF/88 =

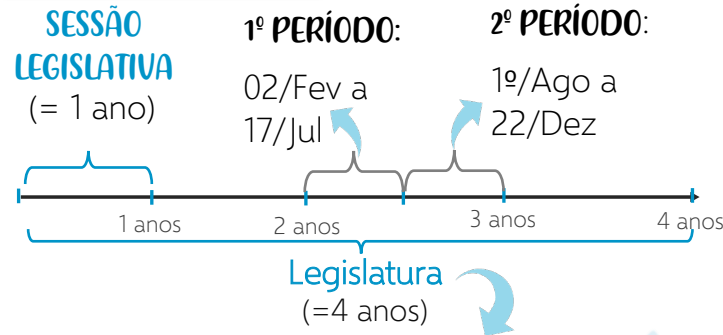
## INVESTIMENTOS

Inclusive com aquisição de imóveis necessários

- = Despesas com:
  - Softwares + Planejamento e execução de obras
  - + Aquisição de
    - Instalações
    - Equipamentos
    - Material permanente
- Nenhum investimento cuja **execução ultrapasse um exercício financeiro** poderá ser iniciado sem:
  - Prévia inclusão no P.P.A. ou
  - Lei que autorize a inclusão

🔄 Sob pena de **crime de responsabilidade**  
(Logo, se sua execução não ultrapassa um exercício financeiro, ele não precisa estar previsto no P.P.A.)

## LINHA DO TEMPO



1 Legislatura = 4 sessões legislativas

1 Sessão legislativa = 2 Períodos legislativos

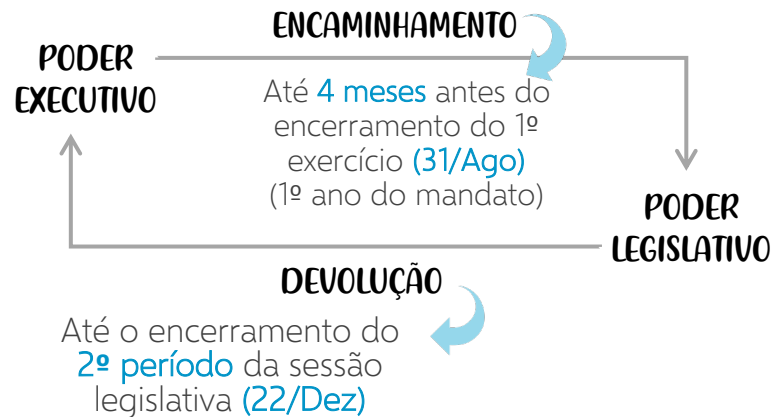
Entre cada período legislativo, há um **recesso legislativo**.

**PPA.**  
= NA CF/88 =

## PRAZOS PARA O P.P.A.

**CAI MUITO!**

(Federal)



## OBSERVAÇÕES

- Cada **Estado/DF** e **município** tem seus próprios PPA/ LDO/ LOA
- A **iniciativa** do PPA é sempre do **Poder Executivo**.

**IMPORTANTE!**

O período de **vigência do P.P.A.** não se confunde com o **mandato** do chefe do executivo.

(Para manter a continuidade dos programas)

Ele é elaborado no **1º ano** do mandato e entra em vigor no **2º ano**

## ASPECTOS GERAIS

- Surgiu com a **CF/88**
- É o elo entre P.P.A. → L.O.A.

- É **anual**.  
Estratégico      Operacional

Obs.: A L.R.F. previu novas funções para a L.D.O.:

- Obrigatoriedade dos anexos de
  - Metas fiscais
  - Riscos fiscais
- Deve dispor sobre o equilíbrio de receitas e despesas

(Detalhadas mais à frente)

## PRAZOS PARA A L.D.O.

(Federal)



PODER  
EXECUTIVO

### ENCAMINHAMENTO

Até **8 meses e meio** antes do encerramento do exercício (**15/Abr**)

PODER  
LEGISLATIVO

### DEVOLUÇÃO

Até o encerramento do **1º período** da sessão legislativa (**17/Jul**)

**L.D.O.**  
= NA CF/88 =

## CONCEITO



- Compreende
  - Metas e Prioridades da administração Pública Federal
- **NOVIDADE!** **EC 109/2021:** estabelecerá **diretrizes** de política fiscal e respectivas **metas**.  
( Em consonância com trajetória sustentável da dívida pública )
- **Orientará** a elaboração da **L.O.A.**
- Disporá sobre **alterações na legislação tributária** (mas não pode criar, suprimir, aumentar, diminuir ou autorizar tributos)
- Estabelecerá a **política de aplicação** das agências financeiras oficiais de **fomento**.  
(Ex.: bens, BB, Caixa,...)

**NOVIDADE!** **EC 109/2021:** a LDO deve obedecer, no que couber, os **resultados** do **monitoramento/avaliação** das políticas públicas do §16, do art. 37.



A sessão Legislativa não será interrompida sem a aprovação da L.D.O.

## ASPECTOS GERAIS

- É o orçamento propriamente dito.
  - Prevé → Arrecadação de **receitas**
  - Fixa → Realização de **despesas**
- Diz respeito ao período de **1 ano**.
- Finalidade = Concretização dos objetivos e metas do **P.P.A.**
  - Em consonância com o estabelecido na L.D.O.
- O **projeto** da L.O.A. deve ser acompanhado de **demonstrativo regionalizado** do efeito sobre receitas e despesas decorrentes de:
  - Isenções
  - Anistias
  - Remissões
  - Benefícios de natureza
  - Subsídios

Financeira  
Tributária  
Creditícia

**NOVIDADE!** **EC 109/2021:** a LOA deve obedecer, no que couber, os **resultados** do **monitoramento/avaliação** das políticas públicas do §16, do art. 37.

## PRAZOS PARA A L.O.A.

**CAI MUITO!**

(Federal)

**PODER EXECUTIVO**

### ENCAMINHAMENTO

Até **4 meses** antes do encerramento do exercício (**31/Ago**)

É igual ao do P.P.A.

**PODER LEGISLATIVO**

### DEVOLUÇÃO

Até o encerramento do **2º período** da sessão Legislativa (**22/Dez**)

## CONCEITO

- A L.O.A. **compreenderá**:
  - Orçamento fiscal
  - Orçamento de investimento das empresas
  - Orçamento da seguridade social
- = **Tripartição orçamentária**

Apenas para melhorar organização da L.O.A.

São 

Integrados  
Organizados e  
Consolidados.

**L.O.A.**  
= **NA CF/88** =

## OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- Não podem existir **orçamentos paralelos!**

### É VEDADO:

- O início de 

Programas ou  
Projetos

 não Incluídos na L.O.A.
- Proíbe a consignação de crédito com 

Finalidade imprecisa ou  
Dotação ilimitada

## ORÇAMENTO FISCAL

- Referente aos poderes da União
  - + Seus
    - Fundos
    - Órgãos
    - Entidades da Administração Direta e Indireta
- Inclusive as **fundações** { Mantidas e Instituídas pelo poder público.

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS ESTATAIS

- Investimento das empresas em que a União,
  - Só os investimentos! As despesas de custeio **não** precisam estar na L.O.A.
  - direta** ou **indiretamente**, detenha a **maioria** do capital social **com direito a voto**.  
(= Empresas controladas pela União)

**L.O.A.**  
= NA CF/88 =

## ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

- Seguridade social = { Saúde  
Previdência  
Assistência social
- Educação **não** faz parte!

- Abrange todos os órgãos e entidades a ela vinculados (Administração direta e indireta)

- Órgãos **vinculados** aos ministérios correspondentes:
  - Todas as despesas independentemente da natureza da despesa
- Órgãos **não vinculados** aos ministérios correspondentes:
  - Só as despesas típicas da seguridade.

- + **Fundos e fundações** { Mantidos e Instituídos pelo poder público



- Os orçamentos { Fiscal e De investimento das estatais } têm o objetivo de reduzir as desigualdades inter-regionais, segundo o critério populacional

**ESTATAIS NÃO  
DEPENDENTES**

Orçamento de  
investimento das estatais

**ESTATAIS  
DEPENDENTES**

Orçamento fiscal e da  
seguridade social



L.O.A.

## ASPECTOS GERAIS

- = Autoriza a **transferência de recursos**

federais a 

{	DF	mediante <b>emendas individuais</b> <b>ao projeto de L.O.A.</b>
	Estados	
	Municípios	

## TIPOS

### TRANSFERÊNCIA ESPECIAL:

- Possibilita ao ente firmar contratos de **cooperação técnica** para subsidiar o acompanhamento da aplicação dos recursos
- Pelo menos 70% → Aplicadas em despesa de capital

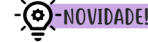
### RECURSOS:

- Repassados **diretamente** ao ente (Independente da celebração de convênios, etc.)
- Pertencerão ao ente quando da efetiva transferência.
- Aplicados em **áreas de competência** do Poder Executivo do ente beneficiado.

### TRANSFERÊNCIA COM FINALIDADE DEFINIDA:

- Os recursos serão:
  - **Vinculados** à programação estabelecida
  - Aplicados em **áreas de competência** constitucional da União

= NA CF/88: EC 105/19 =



## IMPORTANTE

- Os recursos transferidos **não** integrarão a receita dos entes beneficiários para fins de:
  - Repartição
  - Cálculo dos limites de despesa com pessoal (Ativo/inativo)
  - Cálculo dos limites de endividamento do ente.
- **Vedado** o uso dos recursos para:
  - Despesa com **pessoal** e encargos sociais
  - Encargos do **serviço da dívida**

## PRINCÍPIO DA UNIVERSALIDADE

- A L.O.A. deverá conter **todas** as { receitas e despesas } \*

+ seus { Fundos  
Órgãos  
Entidades da administração direta de indireta

Inclusive as **fundações** { mantidas e instituídas }  
pelo poder público

\* Todas as **receitas** → Inclusive as operações de crédito autorizadas em lei.

Todas as **despesas** → Próprias dos órgãos ou que por intermédio deles se devam realizar.

- A **L.O.A.** compreenderá:
  - Orçamento **fiscal**
  - Orçamento **de investimento das estatais**
  - Orçamento **da seguridade social**

## PRINCÍPIO DA UNIDADE

- O orçamento deve ser **uno**.
- = Somente um orçamento por ente da federação
- Visa **eliminar** a existência de **orçamentos paralelos**  
→ Facilita o controle racional e direto das operações financeiras.

### PRINCÍPIO DA TOTALIDADE

- Há coexistência de múltiplos orçamentos que, entretanto, devem ser consolidados.

# PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS

## PRINCÍPIO DA ANUALIDADE OU PERIODICIDADE

- O orçamento deve ser { elaborado e autorizado } para o período de 1 ano.  
( = 1 exercício financeiro)
- Para que o **executivo** tenha que pedir permissão periodicamente ao **legislativo**
- O **P.P.A.** não é considerado exceção.  
(É um plano estratégico e não operacional)
- São considerados **exceções** os créditos **especiais** e **extraordinários** reabertos no exercício seguinte.

## PRINCÍPIO DO ORÇAMENTO BRUTO

- As **receitas** e **despesas** devem constar do orçamento pelos seus **totais**.  
→ Sem qualquer dedução
- **Veda** que sejam incluídas em seus **montantes líquidos**.
- Cotas de receitas que uma entidade pública deva transferir a outra =  
Orçamento da { Transfere: **despesa**  
entidade que { Recebe: **receita**

## PRINCÍPIO DA ESPECIFICAÇÃO OU DISCRIMINAÇÃO

- As **receitas** e **despesas** devem ser discriminadas, demonstrando a Origem e Aplicação } dos recursos.
- A lei orçamentária **não** consignará **dotações globais** destinadas a atender indiferentemente as despesas de:
  - Pessoal
  - Material
  - Serviços de terceiros
  - Transferências
  - Outras.

## PRINCÍPIO DA EXCLUSIVIDADE

- A lei orçamentária **não** conterá dispositivo estranho à { Previsão de receitas  
Fixação de despesas  
→ Excetuando-se da proibição:
  - Autorização para **abertura de créditos suplementares**
  - Contratação de **operações de crédito** (Ainda que por antecipação de receita)
- Para **evitar** que o orçamento seja utilizado para aprovação de **matérias estranhas**. (aproveitando-se da celeridade de sua tramitação)

- **Exceções** = despesas que se referem a :
  - Programas especiais de trabalho.. (Por sua natureza, não podem cumprir as normas gerais de execução da despesa )
  - Reservas de contingência (Para enfrentar possíveis perdas advindas de situações emergenciais)

principios  
orçamentários

## PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DO ESTORNO

- O administrador público não pode:
  - Transpor
  - Remanejar
  - Transferir**Recursos sem** autorização legislativa
- Exceção:** ato do poder executivo pode, **sem prévia autorização do legislativo**,
  - Transpor
  - Remanejar
  - Transferir**Recursos** de uma categoria de programação no âmbito das atividades de
  - Ciência
  - Tecnologia
  - Inovação,com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos a essas funções

## PRINCÍPIO DA QUANTIFICAÇÃO DOS

### CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

- São **vedadas**:
  - Concessão de **créditos ilimitados**
  - Utilização

Cada crédito deve ter e respeitar sua respectiva dotação
- Dotação** = montante de recursos financeiros do crédito orçamentário.

# PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS

## CONCEITOS IMPORTANTES:

### TRANSPOSIÇÃO



### REMANEJAMENTO



### TRANSFERÊNCIA



No mesmo órgão e mesmo programa

= Realocações entre as categorias econômicas de despesas

## PRINCÍPIO DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO

- Visa assegurar que:

Despesas autorizadas

→ Não superem →

Previsão de receitas
- A L.D.O. tratará do **equilíbrio** entre receitas e despesas (Lei de Diretrizes Orçamentárias)
- Contábil e formalmente**, o orçamento estará **sempre equilibrado**.

# PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS

## PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

- Todos os instrumentos de { Planejamento  
Orçamento  
Serão **leis**. (Resultado de um processo legislativo completo)

## PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE

- É **condição de eficácia** do ato sua divulgação em veículos oficiais de comunicação

## PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA ORÇAMENTÁRIA

- Exige a ampla divulgação, inclusive em meio eletrônico de:
  - Instrumentos de (PPA, LDO, LDA) { Planejamento  
Orçamento
  - Prestação de contas + parecer prévio
  - Relatórios (Relatório resumido de execução orçamentária + relatório de gestão fiscal)
  - Anexos
- A transparência será assegurada mediante:
  - Incentivo à participação popular
  - Acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira.
  - Adoção de sistema integrado de administração financeira e controle

## PRINCÍPIO DA PROGRAMAÇÃO

- O **orçamento** deve expressar as
  - Realizações e Objetivos de forma { programada planejada
- O **orçamento** deve ter conteúdo e forma de programação
- Vincula normas orçamentárias a:
  - Consecução e finalidade do PPA
  - Programas { Nacionais Regionais Setoriais de desenvolvimento.

## PRINCÍPIO DA CLAREZA

- O **orçamento** deve ser apresentado em linguagem
  - Clara e Compreensível
- e expresso de forma
  - Clara
  - Ordenada
  - Completa

# PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS

## PRINCÍPIO DA NÃO-AFETAÇÃO DE RECEITAS

- Nenhuma receita de **impostos** poderá ser (das demais espécies tributárias, podem) reservada/comprometida para atender a determinados gastos.
- Salvo as **ressalvas constitucionais**:
  - Repartições constitucionais de impostos
  - Destinação de recursos para:
    - Saúde
    - Desenvolvimento do ensino
    - Administração tributária
  - Prestação de garantias às operações de crédito por A.R.O. (Antecipação de receita orçamentárias)
  - Garantia/contragarantia à União e pagamento de débitos para com esta.

## PRINCÍPIO DA UNIFORMIDADE OU CONSISTÊNCIA

- O orçamento deve manter uma mínima **padronização/uniformidade** na apresentação dos dados
- Para permitir a **comparação entre os orçamentos**

# VEDAÇÕES CONSTITUCIONAIS

## SÃO VEDADOS:

1. Início de { Programas não incluídos na L.O.A.  
Projetos
  2. Realização de despesas ou } que **excedam** os  
assunção de obrigações } créditos orçamentários ou adicionais.
  3. Realização de **operações de crédito** que excedam o montante das **despesas de capital**. (= Regra de ouro)  
→ **Ressalvadas** as autorizadas mediante créditos suplementares/especiais com finalidade precisa → Aprovados pelo Legislativo por maioria absoluta
  4. A **vinculação** da receita de **impostos** a { órgão  
fundo  
despesa
- **RESSALVADAS:**
- **Repartição** constitucional
  - Recursos para { ações e serviços de **saúde**  
manutenção e desenvolvimento do **ensino**  
atividades da **administração tributária**
  - Prestação de **garantias** às operações de crédito por A.R.O. (antecipação de receita orçamentária)
  - Prestação de **garantia** e **contragarantia** à União e pagamento de **débitos** para com esta.

5. A abertura de crédito { Especial ou  
Suplementar } **sem**:
  - Prévia autorização legislativa
  - Indicação dos recursos correspondentes
6. Transpor }  
Remanejar } **Recursos sem** autorização legislativa  
Transferir }
7. Concessão ou utilização de **créditos ilimitados**.  
Proíbe a consignação de crédito com {
  - Finalidade imprecisa ou
  - Dotação ilimitada
8. Instituição de **fundos** de qualquer natureza **sem** autorização legislativa  
(EC 109/2021)
9. **NOVIDADE!** A criação de **fundo público**, quando seus objetivos puderem ser alcançados mediante:
  - **Vinculação** de **receitas**
  - **Execução direta** por programação **orçamentária/financeira** de órgão ou entidade da administração



# VEDAÇÕES CONSTITUCIONAIS

## SÃO VEDADOS:

9. Utilização, sem autorização legislativa, de recursos do orçamento
  - { Fiscal ou Da seguridade social para **suprir necessidades** ou cobrir déficits de
  - { Empresas
  - { Fundações
  - { Fundos
10. A **transferência** voluntária de recursos ou concessão de **empréstimos** (inclusive por A.R.O.) pelos
  - Governos
    - { Federal e Estaduais ou
  - Suas instituições financeiras para o pagamento de despesas com pessoal
    - { Ativo
    - { Inativo
    - { Pensionista
11. O uso de recursos das **contribuições sociais** para **despesas distintas** do pagamento de **benefícios do R.G.P.S.**
12. Nenhum investimento cuja **execução ultrapasse um exercício financeiro** poderá ser iniciado sem
  - { Prévia inclusão no P.P.A. ou
  - { Lei que autorize a inclusão

### -NOVIDADE! (EC 128/22)

A lei não imporá nem transferirá qualquer **encargo financeiro** decorrente da prestação de **serviço público** (inclusive despesas de pessoal e seus encargos) para a União, Estados, DF ou Municípios, sem a previsão de:

- **fonte orçamentária e financeira** necessária à realização da despesa ou
- correspondente **transferência de recursos** financeiros necessários ao seu custeio,



### Ressalvadas as obrigações:

- assumidas espontaneamente pelos entes federados
- decorrentes da fixação do salário mínimo

# ESTADOS DE EXCEÇÃO

= ESTADO DE DEFESA =

## FINALIDADE

- Preservar/restabelecer (locais restritos/determinados) { ordem pública  
paz social
- Ameaçadas por grave e iminente **instabilidade institucional** ou
- Atingidas por **calamidades** de grandes proporções da natureza

## REQUISITOS FORMAIS

- Decreto** do Presidente da República  
 Submetido ao Congresso Nacional em até **24hs** para **aprovação**  
 Se não for aprovado, cessa imediatamente!
- Ouvir:
  - Conselho da república
  - Conselho da defesa nacional
 Não vinculam! (opinativos)
- Duração ≤ **30 dias** + Prorrogação por igual período

## POSSÍVEIS MEDIDAS COERCITIVAS

- Restrição** dos direitos de:
  - Sigilo correspondência
  - Reunião
  - Sigilo de comunicação { telegráfica e telefônica
- Ocupação e uso temporário de bens e **serviços públicos** (em caso de calamidade)

## PRISÃO POR CRIME CONTRA O ESTADO

- Pode ser determinada pelo **executor** da medida (não precisa ser por autoridade judicial)  
 Deve comunicar imediatamente ao juiz competente (pode relaxar a prisão)
- Não pode ser superior a **10 dias**
- É vedada a incomunicabilidade do preso

# ESTADOS DE EXCEÇÃO

= ESTADO DE SÍTIO =



## ESTADO DE SÍTIO SIMPLES

### HIPÓTESES

- Comoção grave de repercussão nacional
- Ineficácia das medidas do estado defesa
  - duração ≤ 30 dias + prorrogação por igual período (quantas forem necessárias)

### POSSÍVEL MEDIDAS COERCITIVAS

- Obrigação de permanecer em um local
- Detenção em edifícios
- Restrições relativas à:
  - Inviolabilidade de correspondência
  - Sigilo das comunicação
  - Prestação de informações
  - Liberdade de imprensa, radiodifusão, TV
- Suspensão da liberdade de reunião
- Busca e apreensão em domicílio
- Intervenção nas empresas de serviço público
- Requisição de bens

## ESTADOS DE SÍTIO QUALIFICADO

### HIPÓTESES

- Declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira
  - pode durar enquanto durar a guerra/agressão

### POSSÍVEIS MEDIDAS COERCITIVAS

- A CF é omissa!
- Doutrina: qualquer garantia pode ser suspensa
 

Desde que
 
  - Respeite os princípios da
 

Necessidade  
 Temporariedade
  - Haja autorização do Congresso Nacional
  - O decreto indique as garantias suspensas



## ASPECTOS GERAIS

- É a medida mais gravosa
- As imunidades de { Senadores e Deputados federais subsistem!
  - Salvo voto de 2/3 dos membros da respectiva casa para atos praticados fora do Congresso Nacional e incompatíveis com a medida

## REQUISITOS FORMAIS

1. Autorização (prévia) do Congresso Nacional
2. Ouvir:
  - Conselho da república
  - Conselho da defesa nacional
 Não vinculam! (opinativos)
3. Decreto do Presidente da República

É vinculante!  
(se não autorizar, não pode!)

## ASPECTOS GERAIS

- É dever do Estado e  
+ direito e responsabilidade de todos

### POLÍCIA ADMINISTRATIVA

- Preventiva/ostensiva
- Visa **evitar** a ocorrência do crime
- **Ex.:** polícia militar estadual

### POLÍCIA JUDICIÁRIA

- Repressiva/de investigação
- Atua após a ocorrência do crime
- **Ex.:** polícia federal

## PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE FEDERATIVA

- A **União** pode firmar **convênios** com **estados ou DF** para executar atividades e serviços imprescindíveis à preservação:
  - Da ordem pública
  - Da incolumidade das pessoas e do patrimônio
- **Decreto 5.289/04:** disciplina as normas gerais para cooperação dos entes em ações de segurança pública

## FORÇA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

- Pode ser empregada em **todo** o território nacional  
A pedido expresso de { Governador ou Ministro de estado
- Atuação **episódica** e planejada

# segurança pública

- Polícia dos estados:
  - **Polícias civis (judiciária)**
  - **Polícias militares (administrativas)**
  - **Corpos de bombeiros militares**
- Polícias do DF  
Organizadas e mantidas pela União (conforme leis federais)
- **Segurança viária** compreende:
  - Educação
  - Engenharia
  - Fiscalizaçãono trânsito

**Guardas municipais** não são responsáveis pela segurança pública, mas pela proteção de bens, serviços e instalações do município  
+ poder de polícia de trânsito **ATENÇÃO!**

Preenchimento:  
• Por concurso  
+ transformação dos cargos de AGEPEN

## POLÍCIAS PENAIS (NOVIDADE! EC 104/19)

- Vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa
- Segurança dos estabelecimentos penais

## ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

- **Polícia federal**
  - Polícia judiciária da União (com exclusividade)
  - Previne e reprime:
    - Tráfico ilícito de entorpecentes
    - Descaminho
    - Contrabando
  - Apura:
    - Infrações penais contra ordem { Política Social
    - + relacionadas à União
    - Infrações com repercussão { Interestadual Internacional
- **Polícia rodoviária federal**
- **Polícia ferroviária federal**  
Patrolhamento ostensivo

## CONCEITOS



- Art. 3º, CTN:

"Tributo é toda **prestação pecuniária compulsória**, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que **não constitua sanção** de ato ilícito, **instituída em lei** e cobrada mediante **atividade administrativa** plenamente **vinculada**"

Cai muito em prova!  
Vamos destrinchar!

# tributos =CONCEITO=

## PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA

- Seu pagamento deve ser **em dinheiro**  
"em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir"
- ↳ **Vedado** o pagamento em bens/serviços

### LC 104/01:

Permitiu sua quitação por dação em pagamento em **bens imóveis**, na forma e condições da lei.

## PRESTAÇÃO COMPULSÓRIA

- Seu **pagamento não** é facultativo, mas **obrigatório**.
- É uma **receita derivada**.

## PRESTAÇÃO INSTITUÍDA EM LEI

- Instituição de tributos:
  - Só por { Lei ordinária  
Lei complementar  
Medida provisória.
  - ↳ **Não** há exceção
- Alteração de alíquotas:
  - Por { Lei ordinária  
Lei complementar  
Medida provisória.
  - ↳ **Há exceções!**

## NÃO CONSTITUI SANÇÃO DE ATO ILÍCITO

- São cobrados em decorrência de um **fato gerador** (FG).
- Diferente de **multas** → têm caráter sancionatório

## PRESTAÇÃO COBRADA MEDIANTE ATIVIDADE

## ADMINISTRATIVA PLENAMENTE VINCULADA

- O servidor encarregado **deve** cobrá-lo!  
↳ havendo os requisitos previstos em lei.

# NATUREZA JURÍDICA DOS TRIBUTOS

- Determinada pelo **fato gerador** (FG)
- São **irrelevantes**: (CTN)
  1. Denominação.
  2. Características formais adotadas pela lei.
  3. Destinação legal do produto da sua arrecadação. (Parcialmente **não** recepcionado pela CF/88)

- Os tributos são {
  - Impostos
  - Taxas
  - Contribuições de melhoria
 Corrente **tripartida** (CTN)

- Corrente **pentapartida** (CF/88) :

- Impostos
- Taxas
- Contribuições de melhoria
- Empréstimos compulsórios
- Contribuições especiais



São **tributos finalísticos** → a **destinação** do produto de sua arrecadação é um **critério relevante** para diferenciá-los dos demais

## IMPOSTOS

- FG **independe** de qualquer atividade estatal específica relativa ao contribuinte.
- Sua **receita** também não está vinculada
- A **CF/88** definiu os impostos que podem ser criados por cada ente da federação
- + competência **residual** (união) → para criar outros impostos não previstos (respeitados requisitos)

## TAXAS

- Seu FG é uma atividade que o poder público realiza para o contribuinte (= **fato do Estado**)  
= tributo contraprestacional
- Podem ser instituídos por **qualquer ente federado** → a depender de suas competências constitucionais. (= competência comum)
- **TIPOS DE F.G.:** Nos limites da lei e, se discriminatória, sem abuso/desvio de poder
  1. Exercício **regular** do **poder de polícia**
  2. **Utilização**, efetiva ou potencial, de **serviço** específico e divisível (*uti singuli*)

### JURISPRUDÊNCIA IMPORTANTE: CAI MUITO!

- **Súmula vinculante n° 41:**  
"o serviço de iluminação pública **não** pode ser remunerado mediante taxa".
- **Não podem** ser remunerados mediante **taxa**:
  1. Segurança pública
  2. Limpeza pública
  3. Emissão/remessa de guias de tributos

**tributos**  
=CONCEITO=

- **Lei complementar** deve definir:
  - Fatos geradores
  - Bases de cálculo
  - Contribuintes

### IMPOSTOS PREVISTOS NA CF/88

#### • União:

II IPI IGF  
IE IOF IEG  
IR ITR Impostos  
residuais

#### • Estados:

IPVA  
ITCD  
ICMS

#### • Municípios:

ITBI  
ISS  
IPTU

## CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA

- Podem ser instituídas por **qualquer ente federado** = competência comum.  
 ↳ Mero recapeamento de via já asfaltada **não** justifica a cobrança do tributo. **PEGADINHA!**
- Para fazer face ao **custo de obras públicas** de que decorram **valorização imobiliária** (tributo vinculado)  
 É indispensável !

## EMPRÉSTIMOS COMPULSÓRIOS

- É uma **espécie autônoma** de tributo.
- Previstos na CF/88
- Devem ser instituídos por **lei complementar** (não pode por medida provisória)
- Competência **exclusiva** da **União**.
- É um empréstimo → deve ser devolvido!

## HIPÓTESES (= situações autorizadoras)

- Atender **despesas extraordinárias**  
 Decorrentes de:
  - Calamidade pública
  - Guerra externa ou sua iminência  
 (exceção aos princípios da anterioridade e a noventena)
- Investimento público**:
  - De caráter **urgente** e
  - De relevante **interesse nacional**  
 (respeitada a anterioridade e a noventena)

# tributos = ESPÉCIES =

## CONTRIBUIÇÕES ESPECIAIS

- Espécie autônoma** de tributo.
- Tributo de **arrecadação vinculada**. **IMPORTANTE!**  
 ↳ Se a finalidade da contribuição for alterada, altera-se a própria exigência.

## COMPETÊNCIA

- Contribuições sociais \*
- Contribuições de intervenção no domínio (CIDE)
- Contribuições corporativas
- Competência da **União**
- \* **Exceção**: **contribuição** dos servidores ao respectivo **RPPS** → pode ser instituída pelo respectivo ente federado

- Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública (**COSIP**)  
 ↳ competência dos **municípios** + **DF**

## CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

### 1. DE SEGURIDADE SOCIAL

(= saúde + assistência social + previdência social)

### 2. OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

- Podem ser criadas pela **União** (contribuições residuais)
- Devem obedecer: **CAI MUITO!**
  - Instituição por **lei complementar**
  - Não cumulatividade
  - B.C e F.G **diferentes** daqueles das contribuições já existentes.

### 3. GERAIS

- Para custeio de atividades do poder público na área **social** (mas não na seguridade social)
- Ex.: salário – educação contribuições ao **sistema "s"**



## CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO (CIDE)

- Competência da **União**
- Tributo **extrafiscal** que visa intervir na economia
- De **arrecadação vinculada** → direciona os recursos arrecadados a um setor específico  
(Ex.: fomentar um setor específico da economia)

### CIDE COMBUSTÍVEIS

- CIDE **prevista na CF/88**
- Incide sobre **importação/comercialização** de:
  1. Petróleo e seus derivados
  2. Gás natural e seus derivados
  3. Alcool combustível
- **Requisitos:**
  - **Alíquota** poderá ser:
    1. Diferenciada por {uso produto (Aumentadas não)
    2. **Reduzidas** e **restabelecidas** por ato do poder executivo

### CONTRIBUIÇÕES CORPORATIVAS

1. Contribuições para o custeio dos conselhos de fiscalização e regulamentação de categorias profissionais.  
**Ex.:** CREA, CRC, CRO... (são **autarquias**)
2. Contribuição sindical (hoje não possui natureza tributária!)
  - Sua **arrecadação** é **vinculada** à respectiva entidade sindical.
  - **Era compulsória** antes da reforma trabalhista de 2017 (natureza tributária)

## CONTRIBUIÇÕES PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO

### DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (COSIP)

- Competência dos **municípios** e **DF**
- Criada pela **EC 39/2002**
- Tributo de **arrecadação vinculada** → para custeio de iluminação pública do município
- É **facultativo** sua **cobrança na fatura** de entrega elétrica.  
(STF: isso não ofende o princípio da isonomia nem da capacidade contributiva)

**STF:** " É um tributo *sui generis*"  
Não se amolda às outras espécies

#### SÚMULA VINCULANTE Nº 41:

" O serviço de iluminação pública **não** pode ser custeado mediante **taxa**"

 **CAI MUITO!**

**tributos**  
= CONTRIBUIÇÕES =  
ESPECIAIS


# competência tributária



## ASPECTOS GERAIS


- = competência para **criar** ou **instituir** tributos.
- Pressupõe a **competência legislativa** para instituir o tributo (Plena)
- Só os **entes federados** têm.

A **destinação dos recursos** arrecadados a outro ente **não altera** a titularidade da competência tributária

(continua sendo daquele a que foi atribuída) 



ATENÇÃO!

- Competência tributária  $\neq$  competência para **legislar** sobre **direito tributário**   
 
- A CF/88 **não** cria ou institui tributo  $\rightarrow$  só estabelece a competência tributária dos entes



## COMPETÊNCIA PRIVATIVA

- Tributos instituíveis por um **único ente**.
- Exemplos:

UNIÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• II</li> <li>• IOF</li> <li>• IGF</li> <li>• Empréstimos compulsórios</li> <li>• Contribuições especiais *</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• IE</li> <li>• ITR</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• IPI</li> <li>• IR</li> </ul>
ESTADOS E DF	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ICMS</li> <li>• ITCD</li> <li>• IPVA</li> </ul>		
MUNICÍPIOS E DF	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ITBI</li> <li>• IPTU</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ISS</li> <li>• COSIP</li> </ul>	

- \* Contribuições especiais para custeio do **RPPS** são de competência **privativa** do respectivo **ente**

# competência tributária

## = CLASSIFICAÇÃO =

### COMPETÊNCIA RESIDUAL

- = Criação de **novos tributos** (Não previstos na CF/88), pelo legislador ordinário.
- Exclusiva da **União**
- Apenas para **impostos** e **contribuições** para a seguridade social.

#### REQUISITOS

IMPOSTOS	CONTRIBUIÇÕES PARA SEGURIDADE SOCIAL
Fato gerador ou base de cálculo diversos dos <u>impostos</u> já existentes.	Fato gerador ou base de cálculo diversos das <u>contribuições</u> já existentes.
instituição por <u>lei complementar</u>	
não cumulativos	

### COMPETÊNCIA CUMULATIVA

- **União**, em **territórios federais**:
  - **Não** divididos em municípios → Acumula competências de **estados** e **municípios**
  - **Divididos** em municípios → Acumula competências de **estados**
- **Distrito Federal**: Acumula competências de **estados** e **municípios**

### COMPETÊNCIA COMUM

- Dos tributos vinculados:
  - **Taxas** e **contribuições de melhoria**
- **Todos** os entes podem instituí-los (respeitadas suas atribuições)

## CLASSIFICAÇÃO (continuação)

### COMPETÊNCIA EXTRAORDINÁRIA

- = Competência exclusiva da **União** de instituir o **IEG** (Imposto extraordinário de guerra)
- Pode ser instituído por { Lei ordinária ou Medida provisória

### HIPÓTESE AUTORIZADORA

Guerra **externa** ou sua iminência (interna, não!)



Isso não é fato gerador !

### IMPOSTO EXTRAORDINÁRIO DE GUERRA

- É **temporário**: deve ser suprimido em até 5 anos após a celebração da paz (pode ser gradativamente)
- Seu **fato gerador** pode ser escolhido pelo legislador (compreendido ou não na competência da União)

IEG compreendido na competência da união → *Bis in idem*

IEG não compreendido na competência da União → Bitributação

# COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

### BIS IN IDEM

- Mais de uma incidência sobre o **mesmo fato** gerador de tributos de competência do **mesmo ente**.
- **Não** há vedação expressa ao *bis in idem* na CF/88. (salvo no caso da competência residual)

**EX.:** IRPJ + CSLL (Sobre o lucro das empresas)

### BITRIBUTAÇÃO

- Mais de uma incidência sobre o **mesmo fato** gerador de tributos de competência de **entes distintos**.  
em regra, há invasão de competência tributária.

**EX.:** dois municípios cobram IPTU sobre o mesmo imóvel

- Há também bitributação **internacional**. (os países celebram tratados para evitar dupla tributação)

## PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

- Exige que uma **lei** seja editada para :
  - Instituir** tributos → **sem** exceção!
  - Aumentá-los** → há exceções!
- Também aplica-se a { extinção, redução } de tributos
  - Definir o **fato gerador** da obrigação tributária **principal**.
  - Fixação de { alíquota, base de cálculo }
  - Cominação de **penalidades** (multas)
- O **chefe do executivo** pode editar:
  - Lei delegada
  - Medida provisória
 } sobre matéria tributária

## EXCEÇÕES AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE CAI MUITO!

- Alterações de **alíquotas** (dentro do limites legais)
  - Imposto de importação ( II )
  - Imposto de exportação ( IE )
  - Imposto sobre produtos industrializados ( IPI )
  - Imposto sobre operações financeiras ( IOF )
- poderá ser feito por **atos infralegais**.
- Redução e reestabelecimento** de alíquotas da CIDE-combustíveis.
- Fixação** de alíquotas do **ICMS-combustíveis** (= ICMS Monofásico) mediante **deliberação** dos estados e DF (= convênio do CONFAZ)

# PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS

## Tributos a serem instituídos por **LEI COMPLEMENTAR**:

- Imposto sobre grandes fortunas ( IGF )
- Empréstimos compulsório
- Impostos residuais
- Contribuições residuais

Também **não** é necessária a edição de lei para :

- Atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo.
- Fixação do prazo de pagamento.
- Para **taxas** → a lei deve definir um **limite máximo**, mas a administração estipula seu valor com base no **custo da atividade** estatal.

## PRINCÍPIO DA ISONOMIA

- É **vedada** a:
  - Instituição de **tratamento desigual** entre contribuintes que se encontrem em **situação equivalente**.
  - Distinção em razão de **ocupação profissional** ou função exercida
- Deve ser **observado** no momento da { elaboração aplicação da lei

## PRINCÍPIO DA LIBERDADE DE TRÁFEGO

- É **vedado** aos entes federados estabelecer limitações ao tráfego de { pessoas ou bens
- por meio de tributos { interestaduais ou intermunicipais

**Ressalvada** a cobrança de **pedágio** pela utilização de vias conservadas pelo poder público

# princípios tributários

## = ISONOMIA =

## PRINCÍPIO DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA

- Acepções de **equidade**:
  - Equidade **vertical** → contribuintes com capacidades contributivas **diferentes** devem contribuir de forma **desigual**.
  - Equidade **horizontal** → contribuintes com capacidades contributivas **iguais** devem contribuir de forma também **igual**.

“ **Sempre que possível**, os **impostos**:  **DECORE!** ”

- Terão caráter pessoal e
- Serão graduados segundo a capacidade contributiva do contribuinte “.

Extensível a outras espécies tributárias

## PRINCÍPIO DO NÃO CONFISCO

- Para evitar a tributação com **efeito confiscatório** (que se assemelha a uma punição)
- Trata-se de um **conceito indeterminado**:
  - Uso dos princípios da **razoabilidade** e **proporcionalidade**
  - Deve-se analisar a **totalidade** de tributos a que o contribuinte está submetido { dentro de um período, em relação à **mesma pessoa política**
- Cabe sua **análise** em sede de controle normativo **abstrato**.

# princípios tributários

## = ANTERIORIDADE =

### PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE

- É **vedado** cobrar tributos no **mesmo exercício financeiro** em que haja sido **publicada a lei** que os { instituiu ou aumentou  
(Redução ou extinção de tributo, não!)  
Para proteger os contribuintes de surpresas
- Refere-se à **eficácia da lei** (Independentemente da data de entrada em vigor)
- Atualização do valor monetário da base de cálculo **não** constitui **majoração** do tributo  
→ não se submete ao Princípio da Anterioridade
- STF**: a **majoração indireta** de tributo, via redução de benefício fiscal, atrai o Princípio da Anterioridade.  
→ para o CTN: redução/extinção de isenções de impostos sobre o patrimônio e renda só entram em vigor no 1º dia do exercício seguinte.


**SÚMULA VINCULANTE 50:** norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária não se sujeita ao Princípio da Anterioridade.

### EXCEÇÕES AO PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE (Anual)

- II • IPI } → Tributos  
IE • IOF } → extrasfiscais
- Imposto extraordinário de guerra } → Situações que demandam urgência  
Empréstimos compulsórios (guerra ou calamidade)
- ICMS-Combustíveis } → Para redução e reestabelecimento  
CIDE-Combustíveis
- Contribuições para seguridade social → Regra do art.195 §6º



## ANTERIORIDADE NONAGESIMAL (NOVENTENA)

- A cobrança de tributos deve ocorrer apenas após **90 dias** após a **publicação** de uma lei que  $\left\{ \begin{array}{l} \text{institua ou} \\ \text{majore} \end{array} \right.$  tributos.
- Em regra, é aplicada **em conjunto** com o princípio da anterioridade anual.  
 prevalece aquele com o prazo **mais longo**
- STF**: a **prorrogação** de alíquota já aplicada anteriormente não está sujeita ao prazo nonagesimal.



## EXCEÇÕES AO PRINCÍPIO DA NOVENTENA

- $\left. \begin{array}{l} \text{II} \\ \text{IE} \\ \text{IOF} \end{array} \right\} \rightarrow \text{Tributos extrasfiscais (IPI } \underline{\text{não}} \text{ é exceção!)}$
- $\left. \begin{array}{l} \text{Imposto extraordinário de guerra} \\ \text{Empréstimos compulsórios (Guerra ou calamidade)} \end{array} \right\} \rightarrow \text{Situações que demandam urgência}$
- Imposto de renda
- Base de cálculo** do  $\left\{ \begin{array}{l} \text{IPTU} \\ \text{IPVA} \end{array} \right.$  (Alíquotas não!)

# PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS

= ANTERIORIDADE =

## MEDIDAS PROVISÓRIAS

- MP que  $\left\{ \begin{array}{l} \text{institua ou} \\ \text{majore} \end{array} \right.$  **impostos** só produzirá efeitos no **exercício seguinte** se houver sido **convertida em lei** até o último dia daquele em que foi editada  
 Demais espécies não!  **PEGADINHA!**
- Exceções:  $\begin{array}{ccc} \bullet \text{ II} & \bullet \text{ IE} & \bullet \text{ IEG} \\ \bullet \text{ IPI} & \bullet \text{ IOF} & \end{array}$
- Se houver **alterações substanciais** na MP, **reinicia-se** a contagem dos prazos da anterioridade a partir da publicação da lei de conversão

# PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS

## PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE

- É **vedado** cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos **antes** do início da **vigência** da lei que os houver { instituído ou aumentado (não é publicação!) para garantir a segurança jurídica.
- **Não** há **exceções** ao princípio da irretroatividade! (mas o CTN prevê situações em que a lei retroage)

## JURISPRUDÊNCIAS IMPORTANTES

CSLL :

- O **STF** tem como referência, para a análise da irretroatividade, o **aspecto temporal** da hipótese de incidência.  
(= quando considera-se ocorrido o fato gerador)

**Retroatividade imprópria** = quando uma lei tem aplicação a fatos que se iniciaram no passado, mas que **ainda não foram concluídos** (desconsidera-se o aspecto material) **⚠ ATENÇÃO!**


## PRINCÍPIO DA NÃO DISCRIMINAÇÃO

### BASEADA EM PROCEDÊNCIA/DESTINO

- Aplica-se a { Estados, DF e Municípios
- Os entes federados devem tratar igualmente o produto **nacional** e o **importado**.  
→ tanto na entrada do exterior, como na circulação interna entre estados e municípios.
- À **União** é **permitido** criar distinções entre as regiões do país → incentivos fiscais para promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico

# PRINCÍPIOS tributários = APLICÁVEIS À UNIÃO =

## PRINCÍPIO DA UNIFORMIDADE GEOGRÁFICA

- É **vedado à União** instituir tributo que:  **DECORE!**
  - Não seja uniforme em todo o território nacional
  - Venha implicar em distinção em relação a outro ente federativo (em detrimento dos demais)
- É **permitida** a concessão de incentivos fiscais para promover o desenvolvimento socioeconômico de determinadas regiões do país.

## PRINCÍPIO DA UNIFORMIDADE DA TRIBUTAÇÃO DA RENDA

- Servidores de { Estados/DF  
Municípios } **não** podem  
ser tributados em **alíquota superior** à que foi  
fixada para aquelas da **união**

## PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO ÀS ISENÇÕES HETERÔNOMAS

- É vedado que um ente **conceda isenção** sobre tributos instituídos **por outros**.  
( Ex.: a união não pode instituir isenções de tributos estaduais/municipais)
- **Exceções** : lei complementar federal pode excluir da incidência do **ICMS** (estadual) e do **ISS** (municipal) as exportações.



➡ Chefe de estado

O presidente da república, ao celebrar um **tratado internacional**, age em nome da **República Federativa do Brasil**  
(Não da União)




pode conceder a isenção de impostos { Estaduais  
Municipais }

# IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS

## ASPECTOS GERAIS

- A CF/88 confere aos entes o poder para **instituírem tributos** por meio de **lei**.  
( = competência tributária)  
a CF/88 não institui tributos!
- A **imunidade tributária** é uma "incompetência tributária".

A imunidade **não exige** o contribuinte do cumprimento de **obrigações acessórias** instituídas pela legislação tributária.  **DECORE!**

## IMUNIDADE RECÍPROCA

- É vedado a { União  
Estados, DF  
Municípios } instituir **impostos** (não abrange as outras espécies)
- sobre { renda  
serviços  
patrimônio } uns dos outros quando na qualidade de **contribuinte de direito**
- Visa proteger { a autonomia financeira dos entes e o pacto federativo }
- É uma **cláusula pétrea**.


## STF

- É **ilegítima** a incidência de { IOF → aplicações financeiras dos entes  
IR → sobre a renda resultante }

## IMUNIDADE RELIGIOSA

- Visa proteger a liberdade de culto
- É uma **cláusula pétrea**.
- É **incondicionada**
- Alcançada **todas as religiões** (o Brasil é um estado laico)
- Alcança somente os **impostos**. (STF: não se estende às contribuições sociais)
- Protege os " **templos** "
  - + { Renda  
Serviços  
Patrimônio } vinculados a suas **atividades essenciais** →  
Para o **STF**, basta que os **recursos gerados** estejam sendo **vertidos** às **atividades essenciais**
- Abrange** :
  - Seus imóveis, ainda que alugados a terceiros.
  - Seus cemitérios que são extensões da entidade religiosa

**STF:** A **maçonaria** **não** é alcançada pela imunidade religiosa (não se professa qualquer religião)

 **NOVIDADE!** (EC.116/22)

O **IPTU** **não incide sobre templos de qualquer culto**, ainda que as **entidades religiosas** imunes sejam apenas **locatárias** do bem imóvel.

## IMUNIDADE DOS PARTIDOS POLÍTICOS,

## ENTIDADES SINDICAIS DOS TRABALHADORES

## INTUIÇÕES DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

- É vedado a { União  
Estados, DF  
Municípios } instituir **impostos** (Não abrange as outras espécies)

- sobre {
- Partidos políticos e suas fundações
  - Entidades sindicais dos **trabalhadores**,
  - Instituições de **educação** e **assistência social** \* (sem fins lucrativos)
- atendidos os requisitos da lei  
= Lei complementar (CTN)

- \* Os sindicatos de não são imunes! { empregadores  
setores/categorias  
econômicas }

- Só se aplica a { renda  
serviços vinculados  
patrimônio }
- as suas **atividades essenciais**

## IMUNIDADE EM FAVOR DA PRODUÇÃO

## MUSICAL BRASILEIRA

- É vedado a { União  
Estados, DF  
Municípios } instituir **impostos** (Não abrange as outras espécies)

sobre **fonogramas** e **videofonogramas** produzidos no Brasil:

- com obras { musicais ou  
literomusicais } de **autores brasileiros** e/ou
- obras em geral interpretadas por **artistas brasileiros**.

- + Suporte materiais ou arquivos digitais } que os contenham **Salvo** na etapa de **replicação** industrial de **ópticas** de a laser

## IMUNIDADE CULTURAL

- É **vedado** a { União  
Estados, DF  
Municípios } instituir **impostos** (Não abrange as outras espécies)
- sobre { Livros  
Jornais  
Periódicos } + papel destinado a sua impressão.
- É imunidade **objetiva** → sobre coisas.  
↪ não se estende a autores, editoras, jornalistas
- É uma **cláusula pétrea** → visa proteger a liberdade de expressão.

### STF:

#### Abrange :

- Filmes e papéis fotográficos necessários
- Álbuns de figurinha (não importa o valor cultural)
- Livros eletrônicos e os suportes próprios para sua leitura.

#### Não abrange :

- Serviços de composição gráfica ou de impressão onerosos
- Serviços de distribuição de { Livros  
Jornais  
periódicos }

## IMUNIDADE DAS ENTIDADES ASSISENCIAIS, RELATIVAS

## À CONTRIBUIÇÃO PARA SEGURIDADE SOCIAL

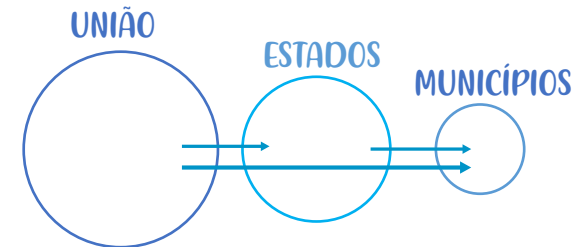
- "São **isentas** de **contribuições** para a seguridade social mas é imunidade!  
as **entidades beneficentes de assistência social** que atendam às exigências estabelecidas em **lei**" = literalidade na CF/88

*imunidades*  
**IMUNIDADES**  
*tributárias*  
**= ESPÉCIEIS =**

# REPARTIÇÃO de receitas

## ASPECTOS GERAIS

- Previsão **constitucional**.
- A repartição das receitas com outro ente **não altera** a titularidade da **competência** tributária (continua sendo daquele a que foi atribuída)
- Pode ser **total** ou **parcial**.
- Sempre de entes **maiores para menores**:



- Visa proteger a **autonomia financeira** dos entes federativos **menores**

## TIPOS:

- **Direta**: recursos recebidos do ente diretamente sem a presença de qualquer intermediários.
- **Indireta**: recursos são enviados a fundos especiais e então direcionados aos entes

## IMPOSTOS NÃO SUJEITOS A REPARTIÇÃO

- Todos os impostos **municipais** (ITBI, IPTU, ISS)
- Todos os impostos de competência do DF (Não é dividido em municípios)
- ITCD (dos estados)
- II, IE, IGF, IEG (da União)

# REPARTIÇÃO DE RECEITAS

## UNIÃO

## ESTADOS E DF

## MUNICÍPIOS

### IR RETIDO NA FONTE

(pago aos servidores)

100%

100%

IR ( Demais hipóteses ) + IPI

(total distribuído=50%)

21,5% - FPE

3% para regiões

Norte

Centro-oeste

Nordeste (metade para o semi-árido)

22,5% - FPM

+ 1% julho (EC 84/2014)

+ 1% setembro (EC 112/2021)

+ 1% dezembro (EC 55/2007)

### IPI

10% FPEX \*

(Fundo de compensação de exportações)

\* Distribuição proporcional ao valor das exportações de produtos industrializados (limitado a 20% por estado)

25%  
(2,5% do total)

### IOF SOBRE O OURO

(ativo financeiro/ instrumento cambial)

30%

70%

### IMPOSTOS RESIDUAIS

20%

—

### ITR cobrado pela união

—

50%

### ITR cobrado pelo município

—

100%

### CIDE - COMBUSTÍVEIS

(único que não é imposto)

29%

25%  
(7,25% do total)

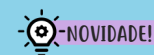
### ICMS

25%

### IPVA

50%

- No mínimo **65%**:  
Na proporção do valor adicionado no território do município
- Até **35%**:  
Conforme dispuser lei estadual.  
No mínimo 10 pontos percentuais com base em indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e aumento da equidade (Atualizado conforme a EC 108/20)



**-NOVIDADE!**



## CONCEITUAÇÃO

- Um conjunto integrado de ações:
    - De iniciativa de { poderes públicos  
sociedade
    - Para assegurar os direitos relativos à { saúde  
assistência social  
previdência social
- PEGADINHA!** Educação não faz parte da seguridade! →

## SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

- É uma rede { regionalizada  
hierarquizada

### DIRETRIZES:

- Descentralização ( Direção única em cada esfera de governo )
  - Atendimento integral ( Com prioridade para atividades preventivas )
  - Participação da comunidade
- sem prejuízo dos serviços assistenciais

### COMPETÊNCIAS:

- Controlar e fiscalizar procedimentos/substâncias relacionados à saúde; participar da produção de medicamentos/equipamentos e outros insumos
- Executar vigilância sanitária/epidemiológica/saúde do trabalhador
- Formação do RH na saúde
- Formulação de políticas e execução do saneamento básico
- Incrementar sua área de atuação (desenvolvimento tecnológico e inovação)
- Fiscalizar e inspecionar alimentos
- Participar do controle/fiscalização relacionados a substâncias/produtos psicoativos, tóxicos e radioativos
- Colaborar na proteção do meio ambiente

## SAÚDE

- É { direito de todos  
dever do Estado
  - Os serviços são { gratuitos  
independentes de contribuição
  - Será garantida mediante políticas { sociais  
econômicas
- que visem { redução do risco de doenças  
acesso universal e igualitário  
às ações e serviços

Pobres ou ricos, necessitados ou abastados

**ATENÇÃO!**

### PODER PÚBLICO

- Regulamentação
- Fiscalização
- Controle

### EXECUÇÃO

- Diretamente
- Através de terceiros
- Por PF ou PJ de direito privado

É livre à iniciativa privada

(Podem complementar o SUS via contrato de direito público ou convênio)

→ Entidades filantrópicas e sem fins lucrativos têm preferência

### IMPORTANTE!

É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos

É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no Brasil, salvo nos casos previstos em lei

seguridade  
social

## ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Destinatários: a quem dela necessitar
- Contribuição: independe de contribuições

### OBJETIVOS:

1. Proteção à { Família  
Maternidade  
Infância  
Adolescência  
Velhice
  2. Amparo à crianças e adolescentes carentes
  3. Promoção da integração ao mercado de trabalho
  4. (Re)habilitação dos portadores de deficiência e sua integração à vida comunitária
  5. Garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que não tenham meios de prover a própria manutenção ou por sua família
- Recursos do orçamento da seguridade social de outras fontes

### DIRETRIZES:

- Descentralização político-administrativa
- Participação da população

#### Equilíbrio financeiro:

Equivalência entre receitas auferidas e as obrigações do regime previdenciário

#### Equilíbrio atuarial:

Equivalência entre o fluxo das receitas estimadas e as obrigações projetadas a valor presente

## PREVIDÊNCIA SOCIAL



- Destinatários: aos beneficiários { Segurados  
Dependentes
- Previdência: regime geral de **filiação obrigatória** e caráter contributivo

Observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial

Toda pessoa física que exerça atividade remunerada deve filiar-se (salvo se RPPS)

- A previdência atenderá:

#### 1. Cobertura

- Incapacidade permanente ou temporária para o trabalho
- Idade avançada

( Antes da reforma: { Doença Invalidez  
Morte Idade avançada )

#### 2. Proteção à maternidade (especialmente à gestante)

#### 3. Proteção ao trabalhador em situação de **desemprego involuntário**

#### 4. Salário-família e auxílio reclusão para os dependentes dos segurados de **baixa renda**

#### 5. Pensão por morte do segurado **ao cônjuge** ou **companheiro e dependentes**

# SEGURIDADE SOCIAL

## OBSERVAÇÕES IMPORTANTES



- Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou rendimento do trabalho do segurado poderá ser inferior ao salário mínimo
- É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes o valor real (conforme critérios em lei)
- Vedados { Requisitos  
Critérios } diferenciados para concessão de aposentadoria

(EC 103/2019) **Ressalvada** a possibilidade (nos termos de lei complementar) de previsão de **idade** ou **tempo de contribuição** distintos em favor dos segurados:

- Com deficiência
- Cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes ( químicos, físicos ou biológicos ) prejudiciais à saúde

vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação

## UNIFORMIDADE E EQUIVALÊNCIA DOS BENEFÍCIOS E SERVIÇOS ÀS POPULAÇÕES URBANAS E RURAIS

Igualdade quanto aos **eventos** a serem cobertos

Valor **pecuniário** dos benefícios ou **qualidade** da prestação dos serviços

## SELETIVIDADE E DISTRIBUTIVIDADE

Delimitação do **rol de prestações** mantido pela seguridade

Nem todos os segurados têm direito a todas as prestações que o sistema pode oferecer

Há atendimento **distintivo e prioritário** aos **mais necessitados**

## UNIVERSALIDADE DA COBERTURA E DO ATENDIMENTO

Deve alcançar todos os **riscos sociais** (infortúnios)

Deve alcançar todas as **pessoas** (nacionais ou estrangeiras)

**CAI MUITO!**

Saúde: universal  
Assistência: necessitados  
Previdência: beneficiários

## EQUIDADE NA PARTICIPAÇÃO E CUSTEIO

Busca observar {  
Justiça e Igualdade  
= tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais  
Contribuições de acordo com a capacidade econômica do contribuinte

# PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS = OBJETIVOS =

## IRREDUTIBILIDADE NO VALOR DOS BENEFÍCIOS

- Segundo o:
  - Regulamento da Previdência Social: "para manter o **valor real** do benefício"
  - STF: Veda a redução do **valor nominal** do benefício

Refere-se apenas ao **valor dos benefícios**, não ao valor dos **serviços**! **PEGADINHA!**

## DIVERSIDADE NA BASE DE FINANCIAMENTO (Por toda a sociedade)

- Há maior segurança ao sistema → várias fontes
- (EC 103/2019) Deve-se identificar em **rubricas contábeis** especificadas para cada área as receitas/despesas vinculadas a ações de **saúde, previdência e assistência social**
- Contribuições sociais:
  - Empregador ou empresa equiparada
  - Trabalhador e demais segurados
  - Receita de concursos de prognósticos
  - Importador e equiparados

Folhas de salários  
Receita ou faturamento  
Lucro
- Lei complementar pode estabelecer outras fontes
- A união pode instituir via lei complementar **novas contribuições** para seguridade, desde que
  - Não cumulativas
  - Novo fato gerador
  - Nova base de cálculo

## CARÁTER DEMOCRÁTICO E

## DESCENTRALIZADO DA ADMINISTRAÇÃO

- Gestão quadripartite:  DECORE!

1. Trabalhadores
2. Empregadores
3. Aposentados
4. Governo

Assegura a participação da sociedade na gestão (não só o poder público)

Em órgão colegiados

# PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

## SOLIDARIEDADE

- Buscar reduzir as desigualdade sociais alguns podem contribuir mais e outros menos

Não faz por si, mas por toda a sociedade

## ANTERIORIDADE NONAGESIMAL

- Visa proteger o contribuinte do fator surpresa
- As novas contribuições sociais só poderão ser exigidas após **90 dias** da publicação da lei que as houver instituído ou modificado

De forma danosa ao contribuinte

- Não se aplica a **anterioridade anual**

# MEIO AMBIENTE

## CONCEITO

- Aspectos:
  - Meio ambiente **natural**
    - Seres vivos + solo, água, ar...  
(seu meio)
  - Meio ambiente **artificial**
    - Espaço urbano construído
  - Meio ambiente **cultural**
    - Patrimônio histórico, artístico, arqueológico, paisagístico...
- É bem de **uso comum do povo**

## DIREITO AO MEIO AMBIENTE

- = Direito fundamental de **3ª geração**
- Todos têm direito ao meio ambiente **ecologicamente equilibrado**
- Poder público e coletividade têm o **dever** de
  - defendê-lo
  - preservá-lo

## OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- Quem explorar **recursos minerais** fica obrigado a **recuperar** o meio ambiente degradado
- Condutas/atividades **lesivas** ao meio ambiente:

Sanção penal + Sanção administrativa + Obrigação de reparar o dano

→ Há possibilidade de responsabilização penal da **P.J.**!

- São **patrimônio nacional**: (não são "bens da união")
  - Floresta Amazônica
  - Mata Atlântica
  - Serra do Mar
  - Pantanal Mato-Grossense
  - Zona Costeira

**EC 96/2017: não** se consideram cruéis as práticas desportivas que utilizem **animais**, desde que sejam manifestações culturais registradas (ex. vaquejada)

# EDUCAÇÃO



## APLICAÇÃO MÍNIMA OBRIGATÓRIA DE RECURSOS

União	≥ 18%
Estados/DF	≥ 25%
Municípios	≥ 25%

% da receita resultante de impostos (inclusive transferências)

Prioridade ao atendimento das necessidades do **ensino obrigatório**

## ASPECTOS GERAIS

- = Direito de todos e dever { do estado e da família
- É livre à **iniciativa privada** (cumprimento das normas + autorização e avaliação pelo poder público)
- **Gratuidade** do ensino público (vedada cobrança de taxa de matrícula)
  - = Direito público subjetivo
- A **gestão** do ensino público será **democrática**

## COMPETÊNCIA

### UNIÃO

- Sistema federal de ensino
- Função redistributiva e supletiva
- Assistência técnica e financeira a estados/DF e municípios
- Ensino superior

### ESTADOS/DF

- Ensino fundamental + ensino médio

### MUNICÍPIOS

- Ensino fundamental + educação infantil

Mostra maior preocupação com a educação!

## NOVIDADE! (EC 108/2020)

- Foi acrescentado como **princípio** do ensino:
- "garantia do direito à **educação** e à **aprendizagem** ao **longo da vida**"
- Nova distribuição da **receita do ICMS aos municípios**:
  - Até **35%**: conforme dispuser lei estadual, sendo no mínimo 10 pontos percentuais com base em indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e aumento da equidade, considerado o nível socioeconômico dos educandos

## OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- Plano nacional de educação:
  - Lei o estabelecerá
  - Articular o sistema nacional
  - Definir diretrizes, objetivos e metas
    - + estratégias de implementação
- **Universidades** têm **autonomia** { Didático-científica, Administrativa, De gestão financeira e patrimonial

# CULTURA



## ASPECTOS GERAIS

- Estado **garantirá** o pleno exercício dos direitos culturais
  - + Pleno acesso às fontes de cultura nacional
- Estado **apoiará** e **incentivará** a valorização e difusão das manifestações culturais

## PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO

- = Bens de natureza {
    - Material
    - Imaterial
- tomados {
  - individualidade ou
  - em conjunto
- que referenciem:
- Identidade
  - Ação
  - Memória
- dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira

## SISTEMA NACIONAL DE CULTURA

- Criado por **lei**
- De duração plurianual

### PRINCÍPIOS

- Diversidade das expressões
- Universalização do acesso
- Fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento/bens culturais
- Cooperação entre entes federados
  - + agentes públicos e privados
- Transparência e compartimento
- Transversalidade das políticas
- Ampliação progressiva
- Descentralização articulada e pactuada de gestão, recursos e ações

## OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- Os estados/DF podem **vincular** a fundo estadual de fomento à cultura **até 0,5%** de sua receita tributária líquida, vedado utilizá-los para:
  - Pessoal
  - Serviço da dívida
  - Despesa corrente não vinculada diretamente



# desporto

## ASPECTOS GERAIS

- = Direito individual
- É **dever** do estado fomentar as práticas desportivas { formais e não formais

## PRINCÍPIOS

- **Autonomia** das entidades desportivas dirigentes e associações
- Destinação de **recursos**:
  - Prioritariamente: desporto educacional
  - Em casos específicos: desporto de alto rendimento
- Tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional
- Proteção e incentivo às manifestações desportivas de criação nacional

## JUSTIÇA DESPORTIVA

- Tem natureza **administrativa** (não integra o judiciário) ↪ Magistrados não podem atuar!
- Tem o prazo máximo de **60 dias**, contados da instauração do processo, para proferir decisão final
- O poder **judiciário** só aceitará ações de matéria desportiva após se **esgotarem** as instâncias da **justiça desportiva** (aí caberá recurso ao judiciário)

# família



## ASPECTOS GERAIS

- = Base da sociedade entre pessoas casadas ou com união estável ou monoparental
- Princípio da **reciprocidade** da assistência entre pais e filhos
- A lei estabelecerá:
  - Estatuto da juventude
  - Plano nacional da juventude

## ENTENDIMENTOS IMPORTANTES (STF)

- É **inconstitucional** a diferenciação de regimes sucessórios entre **cônjuges** e **companheiros**
- **Não** há prevalência do vínculo parental **biológico** sobre o **afetivo**
- A **união homoafetiva** também está abrangida pelo conceito de família



## PROTEÇÃO ESPECIAL A CRIANÇAS, ADOLESCENTES

- Idade mínima para trabalho = **16 anos** (salvo como aprendiz = 14 anos)
- Direitos previdenciários e trabalhistas
- Acesso do trabalhador jovem e adolescente à escola
- Igualdade na relação processual e defesa técnica por profissional no caso de ato infracional
- Prevenção e atendimento especializado ao dependente de entorpecentes e drogas

O estado promoverá programas de **assistência integral** à sua saúde mediante políticas específicas (admitida a participação de entidades não governamentais)

## PROTEÇÃO AOS IDOSOS

- = Idade  $\geq 60$  anos
- Têm o dever de **amparar** o idoso:
  - Família
  - Sociedade
  - Estado

Preferencialmente em seus lares

- **Gratuidade** no transporte coletivo urbano  $\rightarrow \geq 65$  anos

# ciência

## ASPECTOS GERAIS

- Tratamento **prioritário** à pesquisa científica básica e tecnológica
- Busca da **autonomia tecnológica** do país
- A **pesquisa** científica deve priorizar:
  - Solução dos problemas brasileiros
  - Desenvolvimento do sistema produtivo nacional
- O **mercado interno** integra o patrimônio nacional → regulação em lei ordinária
- **EC 85/2015**: criação do **SNCTI**  
(sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação)
  - ↳ Será constituído em regime de **colaboração** entre entes (públicos e privados)

## NORMAS PROGRAMÁTICAS NA CF/88

- O estado apoiará a formação de **recursos humanos**.
- O estado apoiará **empresas** que invistam, em pesquisa e criação de tecnologia
  - + Formação de seus recursos humanos
  - + Que assegurem ao empregado participação nos ganhos (**desvinculada** do salário)
- Estados/DF podem vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento a educação e pesquisa
- O estado estimulará formação e fortalecimento de **inovação** nas empresas
  - + criação e manutenção de parques e polos tecnológicos

**ATENÇÃO!** Não há impedimento à participação de empresas ou capitais **estrangeiros** em ciência, pesquisa, tecnologia e inovação no país

## ASPECTOS GERAIS

- A CF/88 deu ampla **proteção** a:
  - Manifestação de pensamento
  - Criação • Expressão • Informação
- Liberdade de imprensa
  - ↳ É **desnecessário o diploma** de ensino superior para o exercício da profissão de **jornalista** (STF)

## PRODUÇÃO/PROGRAMAÇÃO DE EMISSOIRAS

### PRINCÍPIOS

- Preferência a **finalidades**:
  - Educativas • Culturais
  - Artísticas • Informativas
- Promoção da cultura nacional/regional
- Regionalização da produção  
(percentuais em lei)
- Respeito aos **valores** éticos e sociais da pessoa e da família

## CONCESSÃO, PERMISSÃO E AUTORIZAÇÃO

- Compete ao poder **executivo**
  - ↳ Só produz efeitos após deliberação do **Congresso Nacional**
- Prazo** de concessão ou permissão:
  - Rádio: **10 anos** } Cancelamento antes do prazo
  - TV: **15 anos** } depende de decisão judicial
  - ↳ A não renovação depende de  $\geq 2/5$  do Congresso Nacional

# COMUNICAÇÃO SOCIAL

## COMPETÊNCIA

- Compete a **lei federal**:
  - Regular diversões e espetáculos públicos
  - Estabelecer os meios legais para a pessoa e a família se **defenderem** de:
    - Programações que violem os princípios
    - Propagandas de produtos nocivos

## OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- Propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é **privativa** de:
  - Brasileiro nato
  - Brasileiro naturalizado há **> 10 anos**
  - PJ constituída sob leis brasileiras
    - ↳ Se for sociedade:  $\geq 70\%$  do capital total e votante deve ser de brasileiro nato ou naturalizado há **> 10 anos**

# ÍNDIOS

## ASPECTOS GERAIS

- Têm especial **proteção** da CF/88  
( para preservar sua cultura  
+ integrá-los progressiva e harmoniosamente com a sociedade)
- Regulação jurídica pelo **estatuto do índio**
- A **União** tem competência privativa para legislar sobre índios

## SÃO RECONHECIDOS AOS ÍNDIOS

- Sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições
  - Os direitos originários sobre as **terras** que **tradicionalmente** ocupam  
( = habitadas em caráter permanente  
+ usadas nas atividades produtivas)
- Os índios têm usufruto exclusivo:
- Das riquezas do solo (do subsolo, não!)
  - Dos rios
  - Dos lagos

## PRINCÍPIO DA IRREMOVIBILIDADE

- É **vedada a remoção** dos grupos indígenas de suas terras, salvo em caso de:
  - Catástrofe } *Ad referendum*
  - Epidemia } do Congresso Nacional
- No interesse da soberania do país → Após deliberação do Congresso Nacional  
→ Garantindo, em qualquer hipóteses, o retorno imediato logo que cesse o risco

## INGRESSO EM JUÍZO

- Os índios, suas comunidades e organizações } São **partes legítimas** para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses  
O MP intervém em todos os atos do processo

## ASPECTOS GERAIS

- Fundada em:
  - Valorização do trabalho humano
  - Livre iniciativa
- Para assegurar a todos **existência digna** (conforme justiça social)

## PRINCÍPIOS

- Soberania
- Propriedade privada
- Função social da propriedade
- Livre concorrência
- Defesa do consumidor
- Busca do pleno emprego
- Redução das desigualdades sociais/regionais
- Defesa do meio ambiente
- Tratamento favorecido às empresas de pequeno porte **ATENÇÃO!**

## EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS/HIDRÁULICOS

Jazidas + Demais recursos minerais + Potências de energia hidráulica

- Pertencem à **União**
- São propriedade **distinta** da do solo (para efeito de exploração/aproveitamento)
- Garantida ao **concessionário** a propriedade do **produto** da lavra

# Ordem Econômica

## ATUAÇÃO ESTATAL

### INTERVENÇÃO DIRETA

- Exploração direta de atividade econômica pelo Estado só:
  - Nos casos previstos na **CF/88**
  - Se necessário aos imperativos da **segurança nacional**
  - Relevante **interesse coletivo**
- Por meio de { Empresas públicas  
Sociedades de economia mista

### INTERVENÇÃO INDIRETA

- Como agente **normativo** e **regulador**
- Funções:
  - Fiscalização
  - Incentivo
  - Planejamento

(**Determinante** para o setor **público** e **indicativo** para o **privado**)

## MEDIANTE MONOPÓLIOS

- Pesquisa/lavra de petróleo/gás natural
- Refinação do petróleo nacional ou estrangeiro
- Importação/exportação dos produtos e derivados básicos de 1 e 2
- Transporte de petróleo bruto:
  - Marítimo → nacional/produtos no país
  - Por conduto → qualquer origem (+ derivados e gás natural)
- Pesquisa/lavra/industrialização/comércio... de minérios/minerais **nucleares** e derivados (salvo radioisótopos que podem ser autorizados por permissão)

! A união pode contratar com empresas { Estatais ou Privadas

# política urbana



## ASPECTOS GERAIS

- Política de desenvolvimento urbano  
= pelo poder público **municipal**  
conforme diretrizes de **lei federal**  
(caráter nacional)
- Para ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade + garantir o bem-estar de seus habitantes
- Instrumento básico = **plano diretor**  
É obrigatório para cidades com mais de **20.000** habitantes

## USUCAPIÃO CONDICIONAL DO IMÓVEL URBANO

- Requisitos:
  - Área  $\leq 250 \text{ m}^2$
  - Posse por  $\geq 5$  anos para sua **moradia**
  - Não possuir outro imóvel  
(urbano ou rural)
- Não seja imóvel público
- Não** será concedido ao mesmo possuidor **> 1 vez**
- Será conferido ao **homem/mulher** ou **ambos**

## DESAPROPRIAÇÃO-SANÇÃO

- Pelo **município**
- Quando a propriedade **não** estiver cumprindo sua **função social**
  - Solo urbano:
    - Não edificado
    - Subutilizado
    - Não utilizado
- Indenização será em **títulos da dívida pública** com emissão aprovada pelo Senado  
Resgatáveis em **< 10 anos**
- Só pode ser realizada **após** o município ter aplicado as seguintes **medidas**
  - Parcelamento ou edificação compulsórios
  - IPTU progressivo no tempo

## DESAPROPRIAÇÃO CONFISCATÓRIA

- Não há indenização
- Imóvel urbano ou rural
- Hipóteses:
  - Culturas ilegais de plantas psicotrópicas
  - Exploração de trabalho escravo
- STF: fica afastada se o proprietário provar que não incorreu em culpa (*nem in vinculando*)



## POLÍTICA AGRÍCOLA

- Orientar as atividades agropecuárias com o objetivo de promover
  - Desenvolvimento } da comunidade rural
  - Bem-estar }
- Será planejada e executada na forma da **lei**
  - ➔ Com a participação efetiva do **setor de produção** (produtores/trabalhadores rurais
    - + setor de comercialização
    - + armazenamento
    - + transportes)
- Inclui atividades:
  - Agroindustriais
  - Agropecuárias
  - Pesqueiras
  - Florestais

## REFORMA AGRÁRIA

- Competência da **União**
- **Desapropriação** por interesse social para fins de reforma agrária:
  - Propriedade **rural** que não esteja cumprindo sua **função social**
  - Mediante prévia e justa **indenização** em **títulos da dívida agrária** com cláusula de preservação do valor real (resgatáveis em  $\leq 20$  anos)
    - ➔ **Benfeitorias** úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro

## POLÍTICA FUNDIÁRIA

- Determina o destino das terras { públicas e devolutas
  - ➔ Deve ser **compatível** com a política agrícola e o plano nacional de reforma agrária

Alienação/concessão de **terras públicas** com área **> 2500 hectares** à PF/PJ depende de prévia aprovação do Congresso Nacional

- A **lei** regulará/limitará a aquisição/arrendamento de **propriedade rural** por PF/PJ **estrangeira**
  - ➔ + casos que dependerão do Congresso Nacional

## USUCAPIÃO PRO LABORE

- Aquisição, por aquele que não tenha outro imóvel, de terra, em zona **rural**,  **$\leq 50$  hectares**, em que esteja produzindo, em virtude de seu trabalho, por **5 anos** sem oposição

# política agrícola e fundiária

- São **isentas de impostos** as transferências de imóvel desapropriados para reforma agrária
- Cabe a **lei complementar** estabelecer procedimento **contraditório especial** (rito sumário)
- **Não** são passíveis da desapropriação:
  - A propriedade **produtiva**
  - A **pequena** e **média** propriedade rural (se o proprietário não possuir outra)

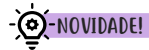
Federais, estaduais e municipais

# previsões da EC 109/21

## MEDIDAS

- **Vedação de:**
  1. concessão de **vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração** de membros de Poder/órgão, servidores e empregados públicos e militares; (exceto dos derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior)
  2. **criação de cargo**, emprego ou função ou **alteração de estrutura de carreira** que implique **aumento de despesa**;
  3. **admissão/contratação de pessoal**, a qualquer título, **ressalvadas**:
    - a) as **reposições** de cargos de chefia e de direção que **não** acarretem aumento de despesa;
    - b) as **reposições** decorrentes de vacâncias de cargos { **efetivos** ou **vitalícios**
    - c) as **contratações temporárias**; e
    - d) as **reposições de temporários para serviço militar** e de alunos de órgãos de formação de militares;
  4. realização de **concurso público**, **exceto** para as reposições de vacâncias previstas acima; ↖ inclusive de cunho indenizatório
  5. **criação/majoração de benefícios de qualquer natureza**, em favor de membros de Poder, do MP, da DP, de servidores e empregados públicos e de militares, ou seus dependentes; (exceto dos derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior)
  6. criação de **despesa obrigatória**;
  7. medida que implique **reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação**;
  8. criação/expansão de **programas e linhas de financiamento**, bem como remissão, renegociação ou refinanciamento de dívidas que impliquem **ampliação das despesas com subsídios e subvenções**;
  9. concessão/ampliação de **incentivo ou benefício tributário**.

## MECANISMO DE AJUSTE FISCAL



- **Condição:**
  - ↪ A relação entre **despesas correntes e receitas correntes** superar **95%** (no período de 12 (doze) meses).
- **Aplicabilidade:**
  - ↪ **Esferas:** Estados, DF e Municípios.
  - ↪ **Poderes/órgãos:** Executivo, Legislativo e Judiciário; MP, TCs e DP
- **Prazo:** enquanto permanecer a situação;
- É um mecanismo **facultativo**. (permite a aplicação das medidas listadas ao lado)

Se **despesa corrente** **> 85%** da **receita corrente** (mas **< 95%**), as medidas ao lado podem ser implementadas por atos do **Chefe do Poder Executivo** com **vigência imediata**.

- ↪ submetido, em regime de urgência, à **apreciação do Legislativo**;
- ↪ **facultado** aos demais Poderes e órgãos autônomos implementá-las em seus respectivos âmbitos.

# previsões da EC 109/21



-NOVIDADE!

## ATOS NORMATIVOS

(durante calamidade pública de âmbito nacional)

- Proposições legislativas e
  - Atos do Poder Executivo
- ficam dispensados da observância das limitações legais

quanto à criação/expansão/aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa e à concessão/ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita.

### Condições:

- com propósito exclusivo de enfrentar a calamidade e suas consequências
- com vigência e efeitos restritos à sua duração
- desde que não impliquem despesa obrigatória de caráter continuado

## CONTRATAÇÕES

(durante calamidade pública de âmbito nacional)

- Condição:
  - propósito exclusivo de enfrentamento da calamidade pública e de seus efeitos sociais e econômicos (no seu período de duração).
- O Poder Executivo federal poderá adotar processos simplificados de contratação de:
  - Pessoal (em caráter temporário e emergencial);
  - Obras, serviços e compras
- Deve ser assegurada, quando possível, competição e igualdade de condições a todos os concorrentes,
- Sem prejuízo do controle dos órgãos competentes.

- Durante a vigência da calamidade pública de âmbito nacional:

a) são dispensados os limites, as condições e demais restrições aplicáveis à União para a contratação de operações de crédito, bem como sua verificação; (durante todo o ano em que vigore a calamidade pública)

b) o superávit financeiro do ano anterior pode ser destinado à cobertura de despesas das medidas de combate à calamidade e ao pagamento da dívida pública.

- Lei complementar pode definir outras suspensões, dispensas e afastamentos aplicáveis